



UNIVERSIDADE
ESTADUAL de LONDRINA

RODOLFO IGLEZIA PALMIERI

SUJEITO APENADO E CUIDADO DE SI:
A MATERIALIZAÇÃO DISCURSIVA DO “PIPO”



UNIVERSIDADE
ESTADUAL de LONDRINA

CENTRO DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM

RODOLFO IGLEZIA PALMIERI

**SUJEITO APENADO E CUIDADO DE SI:
A MATERIALIZAÇÃO DISCURSIVA DO “PIPO”**

Londrina
2026

RODOLFO IGLEZIA PALMIERI

SUJEITO APENADO E CUIDADO DE SI:
A MATERIALIZAÇÃO DISCURSIVA DO “PIPO”

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina – UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Estudos da Linguagem.

Área de concentração: Estudos da Linguagem

Linha de pesquisa: Estudos do Texto/Discurso

Orientadora: Profa. Dra. Isabel Cristina Cordeiro

Coorientador: Prof. Dr. Nilton Milanez

Londrina
2026

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Palmieri, Rodolfo Iglezia.

Sujeito apenado e cuidado de si: a materialização discursiva do "pipo" / Rodolfo Iglezia Palmieri. - Londrina, 2026.
164 f. : il.

Orientador: Isabel Cristina Cordeiro.

Coorientador: Nilton Milanez.

Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, 2026.

Inclui bibliografia.

1. Pupos - Tese. 2. Poder - Tese. 3. Ethos - Tese. 4. Cuidado de si - Tese. I. Cordeiro, Isabel Cristina. II. Milanez, Nilton. III. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. IV. Título.

CDU 8

RODOLFO IGLEZIA PALMIERI

SUJEITO APENADO E CUIDADO DE SI:
A MATERIALIZAÇÃO DISCURSIVA DO “PIPO”

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Estudos da Linguagem.

Área de concentração: Estudos da Linguagem

Linha de pesquisa: Estudos do Texto/Discurso

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Isabel Cristina Cordeiro
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Coorientador: Prof. Dr. Nilton Milanez
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Prof. Dr. João Marcos Mateus Kogawa
Universidade Federal de São Paulo - Unifesp

Prof. Dr. Fábio Arcanjo
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Prof. Dr. Antonio Lemes Guerra Junior
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dra. Rosemeri Passos Baltazar Machado
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 27 de abril de 2026.

À minha amada irmã que sempre serviu de exemplo tanto na vida pessoal quanto na profissional, bem como sempre acreditou em mim.

Às minhas sobrinhas por quem me esforço diariamente para que sempre se orgulhem do tio que possuem.

A Ela... K. C. B. que acreditou no meu potencial e se esforçou para me mostrar que eu era capaz de ir além do que acreditava.

Agradecimentos

Apesar do processo de escrita de um trabalho acadêmico ser individual, diversas pessoas contribuíram direta e indiretamente para que essa tese fosse concluída. Sendo assim, há a necessidade de mostrar gratidão a todas elas, porém me resguardo apenas a algumas que contribuíram de forma mais ativa.

Agradeço, primeiramente, à minha querida irmã, Rafaela Iglezia Maulaz, por ter se preocupado e por ter insistido em mim, mesmo quando nem eu acreditava mais, por ser fonte de inspiração, de conhecimento e de persistência, por ter me mostrado que eu conseguiria alcançar algo que nem imaginava.

Agradeço às minhas sobrinhas, por serem os serezzinhos que, mesmo sem saberem, mantiveram-me com os pés no chão e me deram forças para ser uma pessoa de quem se orgulhassem.

Agradeço à minha orientadora, Isabel Cristina Cordeiro, por ter aceitado o desafio de me orientar nesta etapa, mesmo sabendo das dificuldades que enfrentaria, por ter me dado apoio e por ser compreensível quando necessário, bem como por investir no meu potencial.

Agradeço também ao meu coorientador, Nilton Milanez, por ter me apresentado, no decorrer de vários anos, percepções que aguçaram não apenas meu viés acadêmico, mas modificaram minha percepção de sujeito e de sociedade.

Agradeço à minha querida ex-orientadora, eterna professora e amiga, Rosemeri Passos Baltazar Machado, por todos os ensinamentos desde a graduação até hoje e, principalmente, por ter acreditado em mim quando ninguém mais acreditava. Grande parte dessa conquista é devido ao incentivo e ao apoio direto dela.

Agradeço à Isabela Rodrigues Vieira por ter contribuído para minha evolução como pesquisador e por ter me apoiado em todos os momentos de dificuldades pelos quais passei durante esse processo, por ter me mostrado que sou capaz, mesmo que eu não acreditasse.

Agradeço à banca, composta pelo Prof. Dr. Antonio Lemes Guerra Junior, pelo Prof. Dr. Fábio Arcanjo, pelo Prof. Dr. João Marcos Mateus Kogawa e pela Prof. Dra. Rosemeri Passos Baltazar Machado, por ter aceitado colaborar com meu trabalho e por

ter disponibilizado não apenas tempo para ele, mas principalmente conhecimentos e experiências para que ficasse melhor.

Agradeço aos membros da minha família que serviram de apoio para o meu crescimento, como minha mãe, Nereide Iglezia dos Santos, e meu irmão, Rômulo Iglezia Palmieri.

Agradeço aos meus amigos, os quais, apesar das brincadeiras e das sacanagens, sempre me apoiaram e ficaram felizes com cada conquista minha, assim como sempre me incentivaram a lutar pelo que acredito, mesmo que não concordássemos.

Agradeço, de forma geral, a todos que contribuíram com minha formação, já que sou apenas um sujeito atravessado sócio-historicamente pelas vozes que me constituem, e que ecoam, e que significam através dos meus discursos.

“Mas há também, creio eu, em todas as sociedades, quaisquer que sejam elas, técnicas que permitem aos indivíduos efetuar por seus próprios meios, e com a ajuda de outras pessoas (ou sob a direção de outras pessoas), certo número de operações sobre o corpo, sobre sua alma, sobre seus pensamentos, sobre sua conduta; e isso de maneira a se transformar, a se modificar e a alcançar certo estado de perfeição, de felicidades, de pureza, de iluminação: a tornar-se um sábio, um feiticeiro, a atingir a luz, a imortalidade, a insensibilidade.”

Foucault, 2022, p. 29.

PALMIERI, Rodolfo Iglezia. **Sujeito apenado e cuidado de si: a materialização discursiva do “pipo”**. 164 folhas. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2026.

RESUMO

Este trabalho pauta-se na experiência do professor-pesquisador que atuou no projeto de remição de pena pela leitura na Penitenciária Estadual de Londrina e, dessa forma, percebeu as ações discursivas de poder e de cuidado de si produzidas por meio de seu contato com os *pipos* e com os sujeitos apenados, fato que o impulsionou à produção desta pesquisa. Com base na Análise de Discurso francesa, em conjunto com os estudos foucaultianos, esta tese tem como objetivo principal demonstrar que há resistência de sujeitos apenados aos “jogos de poderes” históricos e ideológicos existentes na sociedade, com foco no ambiente prisional em que estão encarcerados, uma vez que a constituição discursiva de todo sujeito se dá pelas relações sócio-histórico-ideológicas às quais sempre estiveram expostos na sociedade (Foucault, 2022). Para tanto, nosso *corpus* é constituído por “pipos”, gênero discursivo semelhante ao bilhete, de uma Penitenciária Estadual do Norte do Paraná, produzidos pelos sujeitos detentos nela aprisionados, com os quais o professor-pesquisador teve contato direto por atuar nessa instituição em 2013 e 2014, fato que possibilitou a coleta dos pipos de vários setores. Devido à quantidade de pipos e às várias destinações espaciais deles, dividimos o *corpus* em séries enunciativas, conforme determinado por Foucault (2022), de acordo com os setores aos quais eram encaminhados e com as temáticas que constituem cada um, limitando-nos a quatro séries com quatro “pipos” cada, os quais possuem alocutários e assuntos comuns. Analisamos as séries a fim de percebermos e de demonstrarmos alterações na articulação de poder no discurso, principalmente, no que se refere aos sujeitos apenados, bem como a alteração de saber transpassado pela discursividade dos sujeitos em privação de liberdade para o cuidado de si, já que essa instituição, historicamente, enquadra-se nos Aparelhos Repressores de Estado (Althusser, 1980). Quando começam a fazer parte da sociedade condenada, os sujeitos apenados passam por um “novo” processo de autopreservação, processo que os obriga a repensarem o conhecimento de si devido às condições nas quais estão inseridos para que se posicionem discursivamente em prol do bem próprio e, portanto, discurssem de forma a projetarem um *ethos* determinado, o qual contribua positivamente para seu bem-estar. Visando a alcançar nossos objetivos, utilizamos os conceitos de Poder, de Verdade e de Cuidado de si para análise, porque as condições de possibilidades são ricas em relações de poderes, logo há “aprimoramentos” das formações discursivas por se tratar de uma esfera de ressocialização (Foucault, 2020). Utilizamos, para a comprovação de nossa tese, também, a constituição linguístico-semântica dos “pipos”, a fim de demonstrarmos essa relação entre os sujeitos e os assujeitados discursivos por meio dos posicionamentos discursivos. A partir dessas abordagens, percebemos que os “pipos” possuem estruturas semelhantes quanto sua composição, porém há grandes diferenças quando destinados a setores administrativos da penitenciária, sendo mais formais, descritivos e objetivos, no entanto, quando destinados a outros detentos, são mais informais, contêm mais gírias, intimidade e deixa-se a entender algo, não sendo

explícitos. Assim, com os resultados obtidos na análise, esta tese comprova seu objetivo, que há posicionamentos discursivos dos produtores dos pipos para busca de um cuidado de si, mesmo pertencendo a um ambiente em que não são, historicamente, vistos assim, por meio dos discursos e dos efeitos de sentido e há alternância de poder por meio deles.

Palavras-chave: Pipos, Poder, Verdade, Cuidado de Si, *Ethos*.

PALMIERI, Rodolfo Igreja. **Incarcerated subjects and care of the self: discursive materialization through the “pipo”**. 164 pages. Doctoral Dissertation (Doctorate in Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2026.

ABSTRACT

This study is grounded in the experience of the teacher-researcher who worked in the Reading-for-Sentence-Reduction Program at the Penitenciária Estadual de Londrina. Through this experience, the researcher became aware of the discursive practices of power and care of the self produced through contact with “pipos” and incarcerated subjects, which motivated the development of the present research. Drawing upon French Discourse Analysis (FDA) in conjunction with Foucauldian studies, the main objective of this Doctoral Dissertation is to demonstrate that incarcerated subjects resist the historical and ideological “games of power” operating within society, particularly within the prison environment in which they are confined, since the discursive constitution of every subject is shaped by the socio-historical and ideological relations to which they have always been exposed (Foucault, 2022). To this end, the corpus consists of “pipos” - discursive genre similar to a note or written message - collected from a state penitentiary located in northern Paraná, Brazil, and produced by incarcerated individuals. The teacher-researcher had direct access to these materials while working in the institution between 2013 and 2014, which enabled the collection of “pipos” from several prison sectors. Given the quantity of “pipos” and their diverse destinations within the institution, the corpus was organized into enunciative series, following Foucault’s (2022) methodological framework, according to both the sectors to which they were addressed and the themes they encompass. The analysis was limited to four series composed of four “pipos” each, whose addressees and thematic contents are similar. The enunciative series were analyzed in order to identify and demonstrate shifts in the articulation of power within discourse, especially regarding incarcerated subjects, as well as transformations in the knowledge conveyed through the discursivity of subjects deprived of liberty in relation to care of the self, given that the prison has historically been classified as an Ideological State Apparatus (Althusser, 1980). Upon becoming part of the condemned segment of society, incarcerated subjects undergo a “new” process of self-preservation, one that compels them to rethink their self-knowledge in light of the conditions in which they are situated. This process enables them to position themselves discursively in pursuit of their own well-being and, consequently, to construct a specific *ethos* that contributes positively to their survival and welfare. In order to achieve our objectives, we employ the concepts of Power, Truth, and Care of the Self as analytical categories, since the conditions of possibility that characterize the prison environment are deeply permeated by power relations. As a result, discursive formations undergo processes of transformation and refinement within a sphere ostensibly dedicated to resocialization (Foucault, 2020). To support our thesis, we also examine the linguistic-semantic constitution of the “pipos”, seeking to demonstrate the relationship between subjects and discursive subjectification through their discursive positionings. The analysis revealed that “pipos” exhibit similar structural characteristics regarding their composition; however, significant differences emerge depending on their intended recipients. When addressed to administrative sectors of the penitentiary, they tend to be more formal,

descriptive, and objective. In contrast, when directed to fellow inmates, they are more informal, containing slang, markers of intimacy, and implicit meanings rather than explicit statements. The findings confirm the central argument of this dissertation: the producers of “pipos” adopt discursive positionings aimed at the pursuit of care of the self, even within an environment where such subjects have historically not been recognized in these terms. Through discourse and the effects of meaning it generates, incarcerated individuals negotiate forms of self-care and produce shifts in power relations, thereby demonstrating the dynamic and relational nature of power within the prison context.

Keywords: “Pipos”; Power; Truth; Care of the self; *Ethos*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo de prisão	45
Figura 2 – Processo de análise	92
Figura 3 – Pipo I – Série Enunciativa I.....	101
Figura 4 – Pipo II – Série Enunciativa I.....	102
Figura 5 – Pipo III – Série Enunciativa I.....	103
Figura 6 – Pipo IV – Série Enunciativa I	104
Figura 7 – Pipo V – Série Enunciativa II	113
Figura 8 – Pipo VI – Série Enunciativa II	114
Figura 9 – Pipo VII – Série Enunciativa II	115
Figura 10 – Pipo VIII – Série Enunciativa II	116
Figura 11 – Pipo IX – Série Enunciativa III	124
Figura 12 – Pipo X – Série Enunciativa III	125
Figura 13 – Pipo XI – Série Enunciativa III	126
Figura 14 – Pipo XII – Série Enunciativa III	127
Figura 15 – Pipo XIII – Série Enunciativa IV	137
Figura 16 – Pipo XIV – Série Enunciativa IV	138
Figura 17 – Pipo XV – Série Enunciativa IV	138
Figura 18 – Pipo XVI – Série Enunciativa IV	139

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	15
CAPÍTULO I - PERCURSO DISCURSIVO: A ANÁLISE DE DISCURSO	23
1.1 Os Discursos	26
1.2 O Sujeito e suas Formações	28
1.3 Condições de Possibilidade: As Penitenciárias	35
CAPÍTULO II - RELAÇÕES DE PODER	50
CAPÍTULO III - CONSTITUIÇÃO DO GÊNERO DISCURSIVO	61
3.1 Gênero Discursivo	61
3.2 Discurso materializado.....	66
3.3 A heterogeneidade discursiva dos pips	71
3.4 Argumentação, ethos e estereótipos nos pips.....	75
CAPÍTULO IV - METODOLOGIA	85
CAPÍTULO V - SÉRIES ENUNCIATIVAS – ANÁLISE	94
5.1.1 Série enunciativa I – Setor Educacional.....	100
5.1.2 Série enunciativa II – Setor Jurídico	112
5.1.3 Série enunciativa III – Setor Segurança	123
5.1.4 Série enunciativa IV – Setor de resistência.....	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	150
REFERÊNCIAS.....	155

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

“Parece-me que se pode distinguir, de modo geral, quatro tipos principais de tecnologias. As que permitem produzir, transformar, manipular as coisas. As que permitem utilizar sistemas de signos. As que permitem fixar a conduta dos indivíduos, impor-lhes certas vontades ou submetê-los a certos fins ou objetivos. Isto é: tecnologias de produção, tecnologias de significação, tecnologias de dominação.”

Foucault, 2022, p. 29.

O sistema penitenciário é marcado historicamente pela privação de liberdade, assim como pelo controle/pela privação de comunicação. Porém, essa ação é de extrema importância entre os detentos, uma vez que contribui para o bom convívio coletivo e para o próprio cuidado individual e, devido à escassez dela por imposição dos agentes do Estado, distintas formas para que a interação ocorresse foram desenvolvidas com o tempo pelos sujeitos apenados. Uma dessas possibilidades é o *corpus* deste trabalho, os pipos¹. Esse gênero foi desenvolvido para que a comunicação entre os sujeitos em privação de liberdade fosse possível sem ser percebida pelos agentes penitenciários, afinal tal ato é censurado pela Instituição Penal e a prática dele pode ocasionar represálias e punições.

Os pipos² possuem uma estrutura relativamente fixa semelhante à do bilhete e, apesar de terem sido criados como forma de resistência às censuras interacionais e para comunicação entre detentos, hoje são utilizados também para comunicação com os setores administrativos, fato que faz a linguagem neles utilizada ser flexível, isto é, varia de acordo com o destinatário. Importante abordar que a maioria dos detentos não possui o Ensino Fundamental II completo, o que denota uma defasagem de repertório de

¹ Ressaltamos, aqui, que os pipos utilizados fazem parte do nosso acervo que foi construído e autorizado pela penitenciária para pesquisa científica de mestrado (ANEXO II). Inicialmente, utilizaríamos pipos mais recentes, porém as tentativas para conseguirmos nova autorização, por ligações e por e-mail, e novos *corpora* não foram respondidas, o que nos fez optar por utilizar pipos que já possuíamos com autorização.

² Ressaltamos, para contextualização da nomenclatura, que esse nome, pipo, no local em questão, foi criado/inspirado no brinquedo infantil “pipa”, as quais eram derrubadas nos pátios de sol contendo mensagens e/ou drogas ilícitas e, como mencionado na penitenciária pelos seus integrantes, “os pipos voam de cela em cela”.

vocábulos cultos e das regras da gramática normativa, porém os pipos possuem grande variação linguística, adequação vocabular formal, conforme o destinatário ao qual são encaminhados. Os sujeitos apenados, quando destinam seus discursos a outros detentos, utilizam-se de gírias e de não ditos por vários motivos, que retomaremos na análise do *corpus*. No entanto, mesmo com pouco conhecimento escolar e com vários desvios das normas de escrita padrão, tentam, ao máximo, enquadrar-se às regras formais tanto de escrita quanto de tratamento, quando esses discursos são destinados aos setores administrativos, características que também abordaremos na análise.

Apesar dos pipos terem sido desenvolvidos para quebrarem uma das censuras impostas por um poder dominante, tal estratégia comunicativa mostrou-se extremamente funcional, não apenas na comunicação entre os sujeitos detentos, a qual continua proibida como forma de evitar trocas de informações que prejudicariam a ordem e a segurança do estabelecimento, como rebeliões, informações pessoais dos funcionários, entre outros, mas também entre os setores constituintes da penitenciária³. Nesses âmbitos, as interações por meio dos pipos com os setores constituintes, por sua vez, são permitidas, pois a penitenciária conta com um número elevado de detentos e é impossível atendê-los de forma rápida e eficaz pessoalmente devido a ser um ambiente de alta periculosidade, bem como devido ao número baixo de funcionários. Esse fato possibilitou que os pipos, hoje, na instituição em questão, sejam usados pelos sujeitos em privação de liberdade, com autorização da Diretoria, para se comunicarem com os setores administrativos da penitenciária a fim de facilitar/viabilizar a interação entre eles e o atendimento de pedidos básicos, como solicitação de roupas, de cobertores, de mudanças de galerias, de pareceres dos advogados, de pedidos para serem inscritos na escola/no vestibular, entre outros.

Ademais, esses sujeitos, com formação escolar baixa, a partir do contato com os discursos dos funcionários da penitenciária, que possuem, no mínimo, ensino médio completo, têm a amplificação de seus conhecimentos linguístico-sociais, uma vez que

³ As penitenciárias são compostas por vários setores que a constituem, cada um responsável por algum processo ligado à administração tanto dos sujeitos em privação de liberdade, como o Setor Educacional, a Assistência Social, o Judiciário, à Divisão de Segurança e Disciplina (DISED), entre outros, quanto do próprio estabelecimento, como o Setor Administrativo, de Informática, entre outros. Cada um é localizado em um lugar do prédio, a fim de facilitar toda logística de organização.

possuem contato com outros campos discursivos, assim seus discursos se adequam às condições de possibilidades em que se encontram a fim de alcançar algo que os favoreça. Nesse sentido, como aborda Foucault (2022), os sujeitos são constituídos por vários discursos com os quais obtiveram contato no decorrer de toda sua formação sócio-histórica, ou seja, os sujeitos apenados são atravessados por discursos que compõem a memória discursiva, discursos esses que contêm/determinam os padrões dominantes discursivos estabelecidos sócio-historicamente em determinadas condições de possibilidades para produção discursiva.

Sendo assim, devido ao uso e à constituição discursiva dos pipos, que se alternam de acordo com o destinatário, torna-se relevante o estudo desse gênero, já que, além de uma forma de interação, é uma forma de manifestação discursiva dos sujeitos detentos que denota resistência a um sistema dominante em busca de um cuidado próprio, ora com os próprios detentos, ora com os setores administrativos com a finalidade de se obter algo, seja concreto, seja abstrato. Além disso, os pipos são o foco desta pesquisa não apenas por serem produzidos em uma esfera em que a interação dos detentos sem autorização é vetada, mas principalmente pela sua composição sócio-histórica e por demonstrar as resistências e as mutabilidades das relações de poder em um ambiente em que, teoricamente, os sujeitos apenados não possuem poder algum, já que seus direitos de cidadãos foram “removidos” para que sejam ressocializados. Ressaltamos que a comunicação dos detentos para com outros sujeitos é censurada e complexa devido ao ambiente em que ocorre e à organização dele, porém, mesmo assim, eles buscam estratégias para que ela ocorra. Assim, tendo como problemática principal a censura que dificulta a comunicação entre os detentos com outros sujeitos, sendo detentos ou não, temos como foco analisar os discursos produzidos por eles e encaminhados a destinatários distintos para comprovar que há, por meio dos discursos, a tentativa, mesmo que inconsciente, de criar/estabelecer um/outro *ethos* que contribua para que haja alternâncias das relações de poderes estabelecidas sócio-historicamente e, assim, a “conquista” do requisitado no pipo em prol do cuidado de si.

Diante disso, nesta tese, trabalharemos com a investigação de práticas discursivas escritas produzidas por sujeitos em privação de liberdade da Penitenciária Estadual de Londrina II (PEL II), a qual possui possibilidades de formações básicas e complementares

para seus integrantes, como o Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBEJA), cursos do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), além do Projeto de Remição pela Leitura, aprovado pela Lei Estadual nº 17.329 em 08 de outubro de 2012 (anexo I), pelo qual adentramos ao estabelecimento com contrato de estágio em 2013, e que nos possibilitou o contato gradativo com o *corpus*. Esse fato foi possível devido ao vínculo da Universidade Estadual de Londrina em parceria com a Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos por meio do Programa para o Desenvolvimento Integrado (PDI Cidadania), que possibilitou que a referida Lei fosse colocada em prática.

Portanto, devido à constituição do estabelecimento e das produções discursivas escritas, optamos por trabalhar com a teoria científica da Análise de Discurso de linha francesa, que determina que os sujeitos são formados por duas vertentes. Segundo Pêcheux (2014), uma delas é pela Formação Ideológica, a qual é responsável pela constituição do sujeito social, ou seja, como ele é formado culturalmente; e a outra é pelas Formações Discursivas, que são responsáveis por todo conhecimento adquirido pelos sujeitos a partir das experiências vividas, assim sempre sendo a constituição de “novas” FDs, desde que haja alternância das condições às quais eles são expostos.

Para complementar os aportes teóricos da Análise de Discurso em sua vertente francesa de viés materialista, adicionamos alguns conceitos foucaultianos com foco nas relações de poder, “saber/poder” (Foucault, 2022), nas condições de possibilidades e no cuidado de si, uma vez que os sujeitos apenados são impostos a várias regras do sistema prisional, o qual, como aborda Foucault (2013, p. 29), determina o sujeito apenado a:

relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e submisso. Essa sujeição não é obtida só pelos instrumentos da violência ou da ideologia; pode muito bem ser direta, física, usar a força contra a força, agir sobre elementos materiais sem no entanto ser violenta; pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer uso de armas e nem do terror, e no entanto continuar a ser de ordem física.

A partir disso, ressaltamos que, devido às imposições feitas pelo Estado, as FDs dos sujeitos apenados são “atualizadas” de acordo com os novos discursos e as novas estratégias discursivas com que passam a ter contato. Logo, visam à comunicação com os diversos alocutários dentro da penitenciária por meio dos pipos, para que, assim, os discursos contribuam para que suas necessidades sejam supridas, bem como tentem ficar em harmonia, não apenas no ambiente em que se encontram, mas principalmente com os sujeitos que integram esse ambiente que é constituído por relações de poderes flexíveis (Foucault, 2022).

A AD aborda os discursos como mutáveis de acordo com as condições de possibilidades em que são produzidos e determina que todo discurso é originalmente argumentativo. Assim, para as análises, utilizamos conceitos como interdiscurso, memória discursiva e *ethos*, uma vez que, conforme Maingueneau (2007), os discursos são dinâmicos. Em outras palavras, o discurso, por meio da memória discursiva, é um fenômeno aberto, o qual pode ser transformado, reconstruído e recategorizado a partir de um contexto sócio-histórico. Portanto, os discursos se flexionam para produzirem efeitos de sentido a sujeitos ou a setores distintos, mesmo que de forma inconsciente devido às condições de possibilidades em que se encontram.

Nessa perspectiva, um dos conceitos foucaultianos que utilizamos é o de Saber/Poder (Foucault, 2022), pois as condições de possibilidades dos discursos são ricas em relações de poder, tanto envolvendo os funcionários do Estado quanto os sujeitos apenados, já que há o atravessamento de ambos em “novas” formações discursivas, não apenas por se tratar de uma esfera distinta da hegemônica, sociedade não apenada, mas também por, como ressalta Foucault (2022), ser necessária uma “adaptação” de formações discursivas (FDs) e não um esquecimento de uma para adentramento de outra, assim adaptando os discursos a determinados campos discursivos. Também usamos o conceito de *ethos*, afinal, segundo Maingueneau (2007), é a partir dele que as várias posições-sujeito são assumidas pelos sujeitos para práticas discursivas, conforme a alteração de seu ideal de alocutário. Além da relação de poder e da posição-sujeito, analisamos a constituição linguística e semântica dos pipos para demonstração de uma Verdade de si a partir da necessidade de um Cuidado de si nessa relação entre os sujeitos integrantes de tal ambiente.

Com isso, por se tratar de um local em que há relações de poder pré-determinadas e determinadas sócio-historicamente, as quais atravessam todos os sujeitos pertencentes ao ambiente em questão, abordamos a análise de condições de possibilidades, discursiva e argumentativa, em autores com trabalhos voltados para análise de discursos em contextos formados por relações de poder marcadas não só pela submissão⁴, mas pela polifonia, pela imagem que constrói dos sujeitos, pelos silêncios e ressignificações, pelos discursos polêmicos e pelas relações intertextuais e interdiscursivas, como Foucault, Maingueneau, Amossy, entre outros.

Assim sendo, para esta tese, o objetivo geral é, por meio da análise de discursos de detentos de uma penitenciária do Norte do Paraná produzidos em condições de possibilidades “específicas”, demonstrar que há resistência desses sujeitos aos “jogos de poderes” histórico e ideologicamente existentes na sociedade, uma vez que a constituição discursiva se dá por toda relação sócio-histórico-ideológica experimentada pelos sujeitos. Para demonstrar essa resistência a um sistema penitenciário opressor, buscamos comprovar, a partir da análise discursiva, que os discursos possuem: a) vocabulários adequados às condições de possibilidades em que são produzidos; b) relações de poderes a partir de um saber; c) *etxe* distintos do determinado aos detentos pela sociedade; d) a busca por um cuidado de si.

Para que haja comprovação dos nossos objetivos, o *corpus* de análise é composto de quatro séries enunciativas, conforme Foucault (2014), as quais possuem quatro pipos cada. Uma série é constituída por pipos destinados ao setor educacional; outra ao setor jurídico; outra ao setor de segurança; e outra aos próprios sujeitos apenados. Esses pipos foram selecionados conforme a legibilidade da letra e a setor ao qual eram destinados, juntamente com o tema que fosse coerente à responsabilidade daquele setor. Diferentemente dos pipos trocados entre detentos, que não possuem setor de destinação, apenas vocativo do alocutário. Ressaltamos que os pipos serão reproduzidos na íntegra, uma vez que possuímos autorização para usá-los, porém, por motivos éticos

⁴ Esse termo, submissão, não deve ser visto, aqui, como submissão de obediência, mas discursiva, pois os discursos possuem efeitos de sentido historicamente determinados, que também determinam a hierarquia discursiva em determinadas condições de possibilidades, fazendo que, devido à censura comunicativa, os detentos procurem estratégias discursivas para assumirem posições de poder distintas das pré-estabelecidas sócio-historicamente, seja produzindo discursos a outros detentos, seja produzindo discursos aos setores administrativos.

e morais, serão excluídos nomes próprios, tanto de detentos quanto de funcionários, localização (galeria/cela) na penitenciária e dia e mês do ano, já que essas informações podem possibilitar que se identifiquem os detentos que produziram os discursos. Salientamos que o sujeito “autor” não importa para a AD, mas sim os efeitos de sentidos que esses discursos produzem em determinadas condições de possibilidades, os quais são apreendidos pelos sujeitos que leem aquele discurso de acordo com as formações discursivas individuais (Orlandi, 2015).

Por fim, este trabalho não pretende apenas provar, mas também revelar que, diferentemente do que se prega na sociedade, há alternância das relações de poder dentro do sistema penitenciário, assim como em qualquer lugar, e há alteração do *ethos* nessa estratégia interativa/argumentativa (Maingueneau, 2007). Além disso, pretendemos demonstrar que, devido a determinadas condições de possibilidades, há diversas posições-sujeito, produzidas em variadas cenas enunciativas, resultantes da ilusão de posição assumida pelos locutores e de seus esquecimentos, bem como suas memórias discursivas. Logo, abordaremos a determinação de uma verdade de si produzida discursivamente para produção do cuidado de si, já que esse cuidado deve ser repensado devido às novas condições de possibilidades experienciadas pelos sujeitos apenados.

Assim sendo, para que nossos objetivos sejam demonstrados coerentemente, a tese foi dividida em quatro capítulos. No Capítulo I – Percorso discursivo: a Análise de Discurso, realizamos as explicações necessárias sobre a Análise do Discurso francesa, bem como os conceitos por ela desenvolvidos e utilizados para comprovações científicas de forma a facilitar a compreensão deles pelos leitores. No Capítulo II – Relações de poder, abordamos as relações de poderes possíveis na sociedade, principalmente no sistema penitenciário, com base em Foucault, para esclarecer que o poder dominante não se dá apenas por determinações de autoridades governamentais, pelo Estado, ou por conquistas acadêmicas, por diplomas, mas que há outras formas de poderes que regem sociedades, principalmente as que possuem sujeitos que não se enquadram no estabelecido sócio-historicamente. Em sequência, o Capítulo III – Constituição do gênero discursivo pipo, integra a parte fundamental para explicação das condições de possibilidades em que os pipos são produzidos, bem como a explicação das

determinações de censuras contidas em tal ambiente as quais criaram a necessidade de formas/estratégias de resistência de sujeitos em processo de ressocialização. Após esses três capítulos, Capítulos IV – Metodologia, explicamos como se deu todo processo de contato com o ambiente prisional e com o *corpus*, bem como exemplificamos como foi feito todo processo de divisão das séries enunciativas e de seleção dos pips a serem analisados com base nos conceitos da Análise do Discurso e nas abordagens de Foucault. Posterior a esses quatro capítulos contextualizantes, adentramos com a análise, Capítulo V – Séries enunciativas, dos pips e de suas constituições discursivas para comprovações de nossos objetivos, exemplificando por meio de recortes, de citações de bases teóricas, de análises de efeitos de sentidos e de estratégias para construções de *ethos* a busca dos sujeitos por um cuidado de si por meio do discurso. Finalizamos com a conclusão, em que fizemos uma retrospectiva de toda a tese para comprovação dos objetivos salientados, bem como ressaltamos os impactos deste trabalho na sociedade.

CAPÍTULO I

PERCURSO DISCURSIVO: A ANÁLISE DE DISCURSO

“Compreende-se, pois, que o idealismo não é, de início, uma posição epistemológica, mas, sobretudo, o funcionamento espontâneo da forma-sujeito, por meio do qual se dá como essência do real aquilo que constitui seu efeito representado por um sujeito.”

Pêcheux, 2014, p. 150.

Foi por volta de 1960 que a Linguística passou a ser vista como importante viés teórico para as outras ciências, como a política, unindo, assim, filosofia e linguística. Em consequência de tal percepção, no fim dessa década, a Análise de Discurso surgiu na França com Michel Pêcheux a partir da publicação do livro *Análise automática do discurso* publicado em 1969. Dessa forma, com essa teoria, segundo Souza (2006, p. 80), reformula-se

o modo da Linguística trabalhar a relação linguagem-história e questiona o Marxismo para além da filosofia marxista da linguagem, que vê a língua como um veículo através do qual as pessoas são levadas a acreditar em idéias que não são verdadeiras ou que não interessam à sua classe.

A partir desse surgimento e da utilização dessa ferramenta de análise, a teoria passou a ser desenvolvida e modificada com o tempo, o que possibilitou que teóricos, como o próprio Pêcheux, em seu artigo “A análise de discurso: três épocas” (1983), a dividisse em três momentos.

A AD-1 (1969 – 1975), conforme Pêcheux (2014, p. 309):

[...] é o procedimento por etapa, com ordem fixa, restrita teórica e metodologicamente a um começo e um fim predeterminados, e trabalhando num espaço em que as “máquinas” discursivas constituem unidades justapostas. A justaposição do *outro* está pois subordinada ao primado do *mesmo*.

Sendo assim, a AD aborda, inicialmente, que o sentido não é fixo, que há mutabilidade dele de acordo com as formações discursivas de cada sujeito. Além disso,

também focaliza nas instituições sociais, as quais possuem os discursos doutrinários e que, teoricamente, são fechados, ou seja, as instituições dominantes possuem discursos que determinam a forma geral de como os sujeitos devem se portar naquela sociedade (Foucault, 2021).

A segunda fase (1976 – 1979) busca abranger algumas percepções, como a de existirem discursos “fechados”, para tanto se utiliza da Língua juntamente com a História. Ainda se utiliza do conceito, ressignificando-o, de Formação Discursiva do filósofo Michel Foucault (2022, p. 142), o qual a define como “[..] um sistema enunciativo geral ao qual obedece a um grupo de performances verbais – sistema que não o rege sozinho, já que ele obedece, ainda, e segundo suas outras dimensões, aos sistemas lógico, linguístico, psicológico”. A partir dessas mudanças teóricas, Pêcheux (2014, p. 311) aborda que a AD-2 possui “muito poucas inovações: o deslocamento é sobretudo sensível no nível da *construção* dos *corpora* discursivo, que permitem trabalhar sistematicamente suas influências internas desiguais, ultrapassando o nível da justaposição contrastada”.

O terceiro momento (1980 – 1983) tem marco inicial na cidade de Nanterre, em 1980, no colóquio *Materialidades Discursivas*, que contou com a presença de vários estudiosos da área. Essa fase possui mais amplitude teórica que a segunda, pois as pesquisas estão mais voltadas aos encadeamentos intradiscursivos, diferentemente das anteriores. Assim, segundo Pêcheux (2014, p. 312), essa abordagem faz a AD-3 abordar “o estudo da *construção* dos objetos discursivos e dos acontecimentos, e também dos ‘pontos de vista’ e ‘lugares enunciativos intradiscursivos’”. Nesse momento, a AD começa a abordar, fortemente influenciada por Jacqueline Authier-Revuz, o conceito de heterogeneidade, ou seja, os discursos são vistos como heterogêneos, como constituídos por vários outros discursos já produzidos, sendo eles perceptíveis (heterogeneidade mostrada), ou não (heterogeneidade constitutiva).

Dessa forma, alguns pensamentos são reconsiderados/reformulados em relação aos iniciais, como de memória discursiva e de interdiscurso. Aqui, esses conceitos abordam que, devido a todos os discursos que compõem as formações discursivas de cada sujeito, “novos” discursos sejam produzidos, porém tais discursos são constituídos por vários outros que os servem de base. Nessa fase, segundo Souza (2006, p. 99):

O procedimento da análise vai levar em consideração os vestígios da memória discursiva que se inscrevem no interdiscurso. Isso é feito não mais por meio de um procedimento por etapas, de ordem fixa, como nas ADs anteriores, e, sim, através de uma produção *em espiral* de reconfiguração do *corpus*. A análise lingüística e a análise discursiva se alternam, levando em conta a incessante desestabilização do “corpo” das regras sintáticas e das formas “evidentes” de seqüencialidade.

Portanto, é evidente que a AD passou por várias alterações teóricas e práticas conforme foi sendo desenvolvida. Ela sai de uma análise com noções “fechadas”/“fixas” e passa para noções “abertas”/“expandidas”, isto é, o determinismo, o foco no *um*, não move mais essa teoria, mas sim a História, o *outro* e suas formações discursivas, bem como os vários efeitos de sentidos que são percebidos devido aos atravessamentos sócio-histórico-ideológicos.

Essa sequência evolutiva da AD se passou toda na França, porém se espalhava a outros países. Tal disseminação teórica possibilitou que o Brasil começasse a fazer análise de discurso bem como progredir com a teoria desenvolvida por Michel Pêcheux. Inicialmente, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Eni Orlandi e um grupo de pesquisa em AD começaram a desenvolver teorias discursivas nessa área com grande maestria, fato que permite que falemos sobre uma quarta fase brasileira de Análise de Discurso. Conforme Souza (2006, p. 101):

A prática teórica da AD no Brasil a qualifica como tendo configuração igual e diferente daquela de Michel Pêcheux. Igual no solo teórico em comum, diferente na utilização de procedimentos informatizados para implementar sua teoria. Ao mesmo tempo, sabemos que sem a teoria de discurso de Pêcheux, a prática do que chamamos de Escola Brasileira de Análise do Discurso apontaria para outros caminhos, talvez bem diferentes dos agora trilhados. É, materializada na prática científica, a heterogeneidade constitutiva.

Assim, com base em toda evolução teórica e nas aplicações práticas dessa teoria, afirmamos que a AD é uma ferramenta de percepção/de elaboração de sentidos, já que, segundo Orlandi (2015, p. 57):

A Análise de Discurso não procura o sentido “verdadeiro”, mas o real do sentido em sua materialidade lingüística e histórica. A ideologia não se aprende, o inconsciente não se controla com o saber. A própria língua funciona ideologicamente, tendo em sua materialidade esse jogo.

Nessa perspectiva, ressaltamos que a Análise de Discurso não aborda o sentido de um discurso, mas os efeitos de sentido que esse discurso transmite a partir das formações discursivas de cada sujeito exposto a ele. Logo, a língua, aqui, não é vista como transparente em relação aos sentidos, mas sim como fosca, como opaca, uma vez que os sentidos são abstratos, pois dependem das formações ideológicas, das formações discursivas, do interdiscurso, da memória discursiva e das condições de possibilidades em que são apreendidos para que transmitam sentidos.

1.1 Os DISCURSOS

Todo sujeito é constituído sócio-historicamente desde seu nascimento, sendo assim todo discurso é constituído a partir de conhecimentos tanto sociais quanto linguísticos que o atravessam, que constituem todo ser social. Devido a essa afirmação, ressaltamos que a AD trabalha com a linguagem em funcionamento, já que se trata de uma teoria que engloba o discurso e seus efeitos de sentidos produzidos, como afirma Orlandi (2012).

Abordamos que a linguagem deve ser percebida como sistema de significação geral, já que é dividida em verbal e não verbal, o que possibilita a interação em amplos aspectos, não apenas a partir da língua. Portanto, a linguagem é a forma que os sujeitos possuem de se comunicarem de diferentes modos e em diferentes condições, uma vez que se valem de vários fatores, como fala, escrita, sinais com as mãos, expressões faciais, entre outros. Enfatizamos que os sentidos apreendidos, pelos sujeitos, dos discursos a que são expostos não dependem deles em si, mas de sua constituição sócio-histórica que os “guia” às possibilidades interpretativas, visto que a linguagem não é homogênea, mas sim heterogênea.

Assim, com o surgimento da AD, a percepção de interpretação teve alteração, porque o sentido não se faz mais único, mas um mesmo discurso possui vários sentidos, os quais só são possíveis devido à materialidade discursiva. Ou seja, o discurso produzido não possui sentido fixo, mas amplos sentidos por ser constituído por processos históricos e ideológicos, sendo agora objeto de reflexão, pois, de acordo com Orlandi, (2012, p. 21):

A Análise do Discurso é a disciplina que vem ocupar o lugar dessa necessidade teórica, trabalhando a opacidade do texto e vendo nesta opacidade a presença do político, do simbólico, do ideológico, o próprio fato de funcionamento da linguagem: a inscrição da língua na história para que ela signifique.

Dessa forma, o discurso é abordado integralmente, em seu uso social, como possuidor de efeitos de sentidos, já que é composto sócio-historicamente e alterado conforme as condições em que é produzido/apreendido. Para tanto, abordamos que os sujeitos são formados por várias vozes no decorrer de seu crescimento, fato que reflete diretamente em seus discursos, isto é, como aborda Brait (1999, p. 14):

[...] tudo que é dito, tudo que é expresso por um falante, por um enunciador, não pertence só a ele. Em todo discurso são percebidas vozes, às vezes infinitamente distantes, anônimas, quase impessoais, quase imperceptíveis, assim como as vozes próximas que ecoam simultaneamente no momento da fala.

Então, afirmamos que, para a AD, todo sujeito é constituído por vozes históricas que o determinam como ser social. Logo, todo processo de interação produzido por ele é composto por vários discursos que fizeram parte de sua formação social por meio das materialidades discursivas com que obteve contato. Além disso, partindo desse pressuposto de que tudo que é dito é constituído por diversas vozes históricas, ressaltamos, conforme Foucault (2022, p. 121), que

Não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistência, efeitos de série e de sucessão, uma distribuição de funções e de papéis. Se se pode falar de enunciado, é na medida em que uma frase (uma proposição) figura em um ponto definido, com uma posição determinada, em um jogo enunciativo que a extrapola.

Sendo assim, salientamos que os discursos não são apenas representações de signos linguísticos materializados, mas sim formas de (re)significação produzidas por sujeitos discursivos que são atravessados sócio-historicamente por ideologias diversas e (re)produzem, assim, efeitos de sentido que são “determinados” devido às condições de produção em que são materializados e em que ecoam. Portanto os discursos não possuem, jamais, um sentido intrínseco, mas produzem efeitos de sentido diversos a

sujeitos diversos, sempre (re)significando, já que todo sujeito também é atravessado ideologicamente.

1.2 O SUJEITO E SUAS FORMAÇÕES

A AD considera que o sujeito é atravessado sócio-historicamente por diversos discursos que determinam sua constituição como ser social, que estruturam sua ideologia e suas formações discursivas. Ou seja, desde o primeiro contato com a sociedade, cada sujeito começa a ser moldado, a viver de acordo com o que convém com os preceitos pré-determinados da localidade em que habita. Sendo assim, todo sujeito possui duas formações básicas, que o acompanham durante toda sua atuação em sociedade. São essas formações que possibilitam que o sujeito interaja com outros seres, bem como o determinam, ou seja, a formação ideológica e as formações discursivas permitem que os sujeitos possuam papéis sociais por meio dos discursos que os constituem.

Primeiramente, a formação ideológica dos sujeitos é responsável pela constituição base do ser para viver na sociedade em que habita, que possibilita que se encaixe em determinada classe, a qual possui uma ideologia específica determinante de regras a serem seguidas por seus constituintes. Essa formação determina como os discursos devem ser produzidos, ou seja, instrui os sujeitos a viverem numa sociedade, que é determinada pelo poder dominante vigente para que o sujeito se adapte a ele. Pêcheux (2014, p. 132) afirma que:

A instância ideológica existe sob a forma de *formações ideológicas* (referidas aos aparelhos ideológicos de Estado), que, ao mesmo tempo, possuem um caráter “regional” e comportam posições de classes: os “objetos” ideológicos são sempre fornecidos ao mesmo tempo que a “maneira de se servir deles” – seu “sentido”, isto é, sua orientação, ou seja, os interesses de classe aos quais eles servem –, o que se pode comentar dizendo que as ideologias práticas são práticas de classes (de luta de classes) na Ideologia.

A partir dessa afirmação, ressaltamos que a sociedade é constituída por poderes dominantes (ideologias dominantes) sócio-históricos, os quais determinam como os sujeitos devem se portar por meio de regras abstratas que moldam as ideias de todas as sociedades, de todos os membros da sociedade, transmitidos a partir de efeitos de

evidência e de naturalização, os quais variam de acordo com as classes que compõem a sociedade, fato que determina as lutas de classes. Devido a essas imposições abstratas, as determinações refletem no concreto, no real, na prática, isto é, os membros das sociedades, teoricamente, seguem padrões estipulados pelas classes dominantes para que se enquadrem ao imposto por elas e, assim, sejam aceitos, tratados como cidadãos seguidores de padrões pré-estipulados. Porém, devido às desigualdades e às discordâncias das classes “dominadas” e “dominantes”, como a classe média e baixa, há as lutas de classes que modificam as regras pré-determinadas de forma a ocasionarem mudanças sociais.

Desse modo, as ideologias dominantes se alternam com as condições de possibilidades, uma vez que as classes dominantes também se alternam, com exceção da classe trabalhadora, a qual, conforme Pêcheux (2014), necessita ser conscientizada dessas condições. Sendo assim, em cada momento histórico, há mudanças de ideologias por haver mudanças de classes dominantes. Conforme Marx e Engels (1998, p. 48):

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder *material* dominante numa determinada sociedade é também o poder *espiritual* dominante. A classe que dispõe dos meios da produção material dispõe também dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também à classe dominante. Os pensamentos dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes consideradas sob forma de idéias, portanto a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; em outras palavras, são as idéias de sua dominação.

Logo, fica evidente que todo sujeito é impactado por uma classe dominante e que, teoricamente, tem consciência disso. Tal fato faz as relações de poder serem estabelecidas na sociedade, pois as classes são pré-determinadas. E, ainda, essas determinações são reflexos dos acontecimentos sócio-históricos, os quais são ocasionados pelas lutas de classes de cada época a partir da disseminação de pensamentos que determinam como os membros devem agir.

Nesse aspecto, o discurso é determinado ideologicamente, pois são as ideologias que determinam a forma de se portar de cada membro da sociedade à qual ele pertence. Ademais, segundo Chauí (2012, p. 131 – 132):

A ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes a partir das divisões na esfera de produção.

Assim, ressaltamos que a ideologia é responsável pela constituição social do sujeito bem como por toda sua produção discursiva e por sua apreensão dos efeitos de sentidos de discursos com o quais tem contato, bem como ela é responsável pelas “determinações” que os discursos possuem para sujeitos específicos, isto é, toda constituição ideológica dos sujeitos e suas experiências contribuem para que o sentido seja apreendido em condições de possibilidades específicas. Além disso, para complementar a abordagem desse conceito, ressaltamos que ele é mutável e composto de acordo com a época e seus atravessamentos, bem como ressaltamos que essa ideologia é percebida apenas nos discursos que os sujeitos produzem, pois, como salienta Orlandi (2007, p. 20):

É nesse lugar teórico que aparece a necessidade da ideologia na relação com a produção de sentidos. A ideologia se produz justamente no ponto de encontro da materialidade da língua com a materialidade da história. Como o discurso é o lugar desse encontro, é no discurso (materialidade específica da ideologia) que melhor podemos observar esse ponto de articulação.

A partir disso, afirmamos que os sujeitos são constituídos por discursos sociais que os moldam a agirem de formas, a produzirem discursos, de acordo com o que lhes é imposto em determinada condição e que, teoricamente, determina-os em classes específicas. Conforme Pêcheux (2014, p. 146):

Desse modo, é a ideologia que, através do “hábito” e do “uso, está designando, ao mesmo tempo, *o que é e o que deve ser*, e isso, às vezes, por meio de “desvios” linguisticamente marcados entre a constatação e a norma e que funcionam como um dispositivo e “retomada do jogo”. É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que

é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos *o caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados.

Ou seja, é por meio da ideologia que os sujeitos e os sentidos se (re)significam, já que, devido às variantes das condições discursivas, das produções e das recepções dos discursos, há significações diversas. Assim, enfatizamos que esse conceito é relevante para a análise do *corpus*, pois a constituição dos sujeitos é de extrema importância, já que, nas penitenciárias, os detentos saem da sociedade em que foram determinados como seres sociais discursivos por regras pré-estipuladas, sujeitos sociais vistos como cidadãos e passam a fazer parte de uma condição distinta dessa, pois, conforme Foucault (2013, p. 219):

Uma coisa, com efeito, é clara: a prisão não foi primeiro uma privação de liberdade a que se teria dado em seguida uma função técnica de correção; ela foi desde o início uma “detenção geral” encarregada de um suplemento corretivo, ou ainda uma empresa de modificação dos indivíduos que a privação de liberdade permite fazer funcionar no sistema legal. Em suma, o encarceramento penal, desde o início do século XIX, recobriu ao mesmo tempo a privação de liberdade e a transformação técnica dos indivíduos.

Apesar de as formações ideológicas não serem foco de nossas análises, a (re)constituição social do sujeito e a alternância das condições de possibilidades, agora no sistema prisional, faz que ele se (re)adeque a “novas” condições discursivas, às quais está exposto enquanto apenado. Afinal, os sujeitos, que são ideologicamente constituídos, vivem em uma sociedade determinada por macropoderes, os quais determinam as regras básicas a serem seguidas por todos os sujeitos membros dela, e por micropoderes, que não têm apenas ligação com a relação sócio-histórica que constitui a sociedade, mas principalmente relação com o conhecimento específico de cada sujeito.

Assim, agora em uma sociedade distinta da que foram criados⁵, os apenados, com base na ideologia que os constitui, são atravessados por essas novas condições de possibilidades em que se encontram e que ocasionam percepções discursivas “novas” a eles, exigindo ressignificações deles. Para tanto, são expostos a novas formações discursivas (FDs), as quais são determinadas, segundo Pêcheux (2014, p. 147), como:

[...] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, sermão, um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.).

Logo, as formações discursivas constituem os sujeitos devido ao contato que, no decorrer de sua existência, ocorre com “novos” discursos que não fazem parte das condições interativas rotineiras às quais estão dispostos. Como consequência de tal situação, de uma mudança de produção discursiva, “As diferentes formulações de enunciados se reúnem em pontos do dizer, em regiões historicamente determinadas de relações de força e de sentido: as formações discursivas” (Orlandi, 2007, p. 20), o que faz que os sujeitos, por meio do contato com ela, produzam discursos que acreditam serem coerentes às condições em que se encontram para que a comunicação seja possível de forma mais adequada em determinados contextos com determinados sujeitos.

A partir da definição de Orlandi (2007), depreendemos que os sentidos dos discursos só são possíveis de serem apreendidos devido às formações discursivas. Se todos os discursos são produzidos sócio-historicamente, os sujeitos que são expostos a eles são diretamente impactados pelas condições em que os discursos foram produzidos e, para tanto, suas formações discursivas são essenciais para apreensão dos efeitos de sentidos por eles produzidos.

⁵ Abordamos, aqui, dois tipos de sociedades maiores: a sociedade que vive em liberdade e que possui os direitos básicos garantidos pela Constituição Brasileira Federal de 1988 a todos os cidadãos; e a sociedade encarcerada, na qual, apesar de os sujeitos não possuírem mais alguns direitos de cidadão, como de ir e vir, o de liberdade de expressão, as interações e as manifestações ideológicas ainda acontecem, mesmo que de formas distintas.

As FDs são determinadas (estipuladas) pelo contexto histórico ao qual pertencerem, ou seja, assim como as formações ideológicas, as formações discursivas também se alteram de acordo com as condições em que são produzidas, pois são responsáveis pelas informações de cada conteúdo. Assim, ambas as formações estão interligadas diretamente e ambas são definidas socialmente.

Ressaltamos, desse modo, que a apreensão de sentidos só é possível devido aos conhecimentos, às FDs, que os sujeitos possuem, as quais são construídas de acordo com as experiências vividas por eles. A partir disso, adentramos no conceito de Interdiscurso, o qual, para Pêcheux (2014, p. 149), “[...] é esse ‘todo complexo dominante’ faz formações discursivas, esclarecendo que também ele é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que, como dissemos, caracteriza o complexo das formações ideológicas”.

Nesse sentido, essa mesclagem entre as informações necessárias para a interpretação se dá por meio do interdiscurso, que, segundo Maingueneau (1989), é a parte que constitui todo sujeito e a partir da qual esse sujeito faz referências mentais, de forma que enquadre as informações dentro do melhor contexto possível para que façam sentido. Logo, é por meio dos contrastes entre as FDs de um mesmo espaço discursivo que o receptor apreende o efeito de sentido mais coerente, em teoria, para ele.

Fica evidente, então, que, para que um discurso seja interpretado, o sujeito não precisa apenas de uma FD, mas de FDs sobre determinados assuntos que se contrastam por meio de toda composição interdiscursiva e, assim, os efeitos de sentido a serem apreendidos daquele discurso. Porém, nenhuma dessas ligações seria possível sem a memória discursiva que cada sujeito possui, já que, conforme Pêcheux (1999, p. 52):

Tocamos aqui um dos pontos de encontro com a questão da memória como estruturação de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização: a memória discursiva seria aquilo que face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.

Sendo assim, todo discurso apreendido pelo sujeito no decorrer de sua história é “arquivado” na memória discursiva, mesmo que esse sujeito, devido aos esquecimentos, não se recorde deles, das condições em que foram proferidos. Além disso, é ela a responsável por “organizar” esses enunciados “armazenados” de forma que haja uma sequência discursiva lógica para apreensão de outros discursos. Essas referências discursivas, essas informações que são acessadas pelos sujeitos, quando discursos são proferidos, possuem base na memória do sujeito, já que, segundo Pêcheux (1999, p. 50), a “Memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador”.

Logo, salientamos que todo sujeito é determinado por ideologias sociais dominantes, as quais são exteriorizadas por instituições dominantes, como o Estado, o qual dita normas, por meio da Constituição Brasileira Federal de 1988, por exemplo, a fim de “assegurar a submissão à ideologia dominante ou o domínio de sua ‘prática’” (Althusser, 1980, p. 58). No entanto, a sociedade não é formada apenas por macropoderes. Também há os poderes dominantes sociais que não estão relacionados ao Estado, os quais determinamos, segundo Foucault (2021), como micropoderes, que são estabelecidos na sociedade de forma distinta dos impostos sócio-historicamente, como conhecimento sobre determinando assunto, independentemente de sua formação acadêmica. Para exemplificarmos, citamos que, no quesito conhecimento, um sujeito apenas possui mais conhecimento do vocabulário gírio utilizado dentro da penitenciária do que o diretor dela. Nesse caso, o poder social se faz pelo conhecimento acumulado do sujeito e não pelo que é determinado por instituições com regras dominantes/determinantes para classes sociais.

Partindo da percepção de dominação social via poderes, destacamos que há normas que são seguidas devido a uma ideologia à qual o sujeito foi exposto e constituído, a qual está assujeitado, mesmo que inconscientemente, pois essa ideologia é “imposta” de forma silenciosa, o que faz os membros da sociedade a seguirem, a obedecerem, assujeitarem-se a ela. Há ainda a segunda forma de dominação, que não é controlada por determinações sócio-históricas, mas por relações lógicas: se um sujeito sabe mais que outro em determinada área, naquela área, o que sabe mais tem mais

poder. Porém, ressaltamos aqui que esse poder de conhecimento é intimidado pela posição social de superioridade assumida pelo outro, fato que não faz que haja alternância de poder devido simplesmente a possuir mais sabedoria em determinada área.

A partir disso, ressaltamos que todo sujeito está exposto a práticas discursivas que são atravessadas por discursos que produzem efeitos de sentido. Assim, segundo Pêcheux (2015, p. 56),

Não se trata de pretender aqui que todo discurso seria como um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas de sublinhar que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço: não há identificação plenamente bem sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra, por uma “infelicidade” no sentido performativo do termo – isto é, no caso, por um “erro de pessoa”, isto é, sobre o *outro*, objeto da identificação.

Portanto, o sujeito social é constituído por meio de uma ideologia determinada pelas instituições dominantes, como o Estado, poder mais explícito, uma vez que apresenta regras a serem seguidas. Essas normas são seguidas pelo sujeito, no decorrer de sua vida, mesmo que seja formado por diversas formações discursivas contrastantes, pois não apenas é a base que constitui o seu ser, mas principalmente por seu o maior poder dominante ao qual está exposto. Além disso, a sociedade também é composta por um poder mais velado, o poder determinado pelas relações interacionais, como as demonstrações de conhecimentos, as quais são possíveis devido às formações discursivas e à amplidão delas que o sujeito possui.

1.3 CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE: AS PENITENCIÁRIAS

A sociedade sempre foi composta por jogos de poderes, os quais são determinados de acordo com as classes dominantes de cada época. Sendo assim, lembramos que as punições evoluem com o passar do tempo a partir de todos os

acontecimentos sócio-históricos pelos quais uma sociedade passa. Isso faz as formas de punições sempre serem repensadas de maneira que melhor “instruam” os infratores a viverem em sociedade, porém as punições sempre causam tormentos, sendo elas físicas ou psicológicas, em qualquer época, aos punidos, tormentos esses que visam à desconstrução dos sujeitos apenados, já que, segundo Goffman (2015, p. 24):

O novato chega ao estabelecimento com uma concepção de si mesmo que se tornou possível por algumas disposições sociais estáveis no seu mundo doméstico. Ao entrar, é imediatamente despido do apoio dado por tais disposições. Na linguagem exata de algumas de nossas mais antigas instituições totais, começa uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu. O seu eu é sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente, mortificado. Começa a passar por algumas mudanças radicais em sua *carreira moral*, uma carreira composta pelas progressivas mudanças que ocorrem nas crenças que têm a seu respeito e a respeito dos outros que são significativos para ele.

Portanto, não importa o momento histórico, o poder dominante sempre existirá e quem não faz parte dele estará mais passível de receber as punições (Galvez; Kato; Roberts, 2019). Dessa forma, em consequência de toda relação de macro e de micropoderes⁶, salientamos que os métodos de punição também sempre existiram. Isso é inegável, uma vez que não há momento histórico sem regras a serem cumpridas pelos sujeitos constituintes de uma sociedade, as quais, caso desobedecidas, geram punições de acordo com a instituição que as determina. Citamos, como primeira forma de punição, as determinadas pelas religiões que, a partir da prática do pecado, pregam formas de se redimir, seja por meio de orações, seja por meio de ações, como a prática de jejum, de confissões, de doações, entre outros.

Com foco inicialmente nessa percepção religiosa, ressaltamos que, conforme Foucault (2013, p 36), “O suplício não corresponde a qualquer punição corporal: é uma produção diferenciada de sofrimentos, um ritual organizado para marcação das vítimas e a manifestação do poder que pune”. Sendo assim, comprova-se que a punição é eficiente em se tratando de dominação do ser humano, já que é por meio dela que o poder

⁶ Devemos abordar tais conceitos como determinados por Foucault (2021), em que a demonstração de poder não depende unicamente da posse de mais capital, mas também se dá tanto em macroestruturas quanto em microestruturas por várias determinações sócio-históricas e de conhecimento.

dominante, sendo ele abstrato ou concreto, tenta domesticar os sujeitos para mantê-los passíveis às leis determinadas, aos ideais de comportamento social.

Ressaltamos que as formas de punições variam de acordo com os momentos históricos, uma vez que as classes dominantes são atravessadas por esses contextos e, a partir disso, determinam as regras a serem seguidas, ou não, pelos sujeitos. Partindo dessa afirmação, para contextualização, citamos que, na Antiguidade (até o século V d. C.), as prisões eram usadas apenas como locais para manter os sujeitos em custódia e lhes propiciar tormentos (Greco, 2015), isto é, nessas prisões, os sujeitos sofriam torturas a fim de que confessassem⁷ o crime cometido e, após a confissão, a condenação fosse possível. Portanto, devido aos processos violentos de interrogatórios, comprova-se que o foco das prisões dessa época não era a justiça, mas a condenação de alguém para que a lei fosse cumprida, sendo esse alguém realmente culpado ou não.

Após a Antiguidade, na Idade Média (até o século XV), a privação de liberdade não era mais vista como forma de retenção e de tortura, mas assumiu caráter processual (Greco, 2015). Nesse momento histórico, as prisões eram utilizadas apenas para manterem o sujeito acessível enquanto ele aguardava o julgamento e a determinação da pena por métodos investigativos e comprobatórios, teoricamente. Porém, nesse momento, os tormentos, nas prisões, ainda existiam, porque a própria população se satisfazia com o sofrimento do infrator. Logo, a dignidade humana ainda não é considerada para composição das prisões, fato comprovado pelas condições às quais os detentos eram expostos, pois “os acusados ficavam, normalmente, presos em lugares fétidos, em masmorras, sem alimentação adequada, privados, muitas vezes, do sol e do próprio ar” (Greco, 2015, p. 100). Assim, afirmamos que, nesse momento histórico, as prisões servem não apenas como um local de retenção do sujeito enquanto aguarda julgamento, mas também como forma de possibilidade reflexiva do sujeito, local no qual ele refletirá sobre o que fez, possivelmente se arrependerá e se enquadrará nos padrões vigentes pelo poder dominante. Essa forma de prisão é chamada “eclesiástica”, segundo Greco (2015), pois é baseada no método punitivo dos monges, os quais se isolavam dos

⁷ Lembramos que a tortura, como forma de interrogatório, era uma estratégia de culpar alguém, sendo realmente culpado ou não, pois, uma vez que o crime é confessado, a sentença pode ser pronunciada, mesmo que a confissão seja falsa/forçada/induzida. Devido à persuasão pela dor e às várias confissões falsas, há tempos, a tortura deixou de ser uma prática de interrogatório.

outros apenas com o livro sagrado para que o lessem, que orassem, que refletissem, que se arrependessem, que pedissem perdão para só então voltavam a viver em sociedade.

Na Idade Moderna (até o século XVIII), os métodos de punições físicas ainda se faziam muito presentes para que servissem de exemplo para o resto da sociedade e a criminalidade fosse contida pelo medo. Tais punições causavam grande temor aos sujeitos, o que impulsionava as tentativas de fugas; assim, caso a fuga ocorresse, o poder dominante não poderia cumprir sua função de punir e, automaticamente, perderia sua credibilidade. Dessa forma, a prisão ainda assume caráter de privação de liberdade para que o corpo do condenado se faça presente e seja punido, pois faz o possível para que as fugas não ocorram (Greco, 2015).

Abordamos, aqui, para comprovação das mudanças dos sistemas punitivos, que as punições, antes do século XVIII, visavam tormentos principalmente físicos, “o corpo do homem pagava pelo mal que ele havia praticado” (Greco, 2015, p. 86). Nessa época, apesar das punições serem físicas, afetavam diretamente o psicológico dos punidos, assim, refletindo na afetação não só do corpo, mas do próprio “eu”. Essas punições físicas não possuíam caráter (re)educativo/(re)socializativo, mas visavam demonstrar qual era o poder dominante e as consequências para quem o desobedecia. Fato comprovado por várias punições serem feitas em praças públicas. Ou seja, a identidade dos sujeitos era “moldada” de acordo com as condições sociais em que se encontravam. Caso essa modelagem se mostrasse falha, o sujeito cometesse crimes, era necessário que o poder dominante interviesse por meio de punições físicas, causando não apenas medo ao infrator, mas também ao restante da população para que atos semelhantes não fossem incentivados ou vistos como impunes.

Foi após a Revolução Francesa (1789) que a dignidade humana passou a ser considerada e as formas de punições questionadas, pois, apesar das punições brutais (torturas, remoção de membros, mortes, entre outras), os crimes ainda continuavam comprovando que tais métodos de “ensinamentos” não eram tão eficazes. Devido a tais questionamentos e reflexões, a decisão de excluírem-se as penas físicas e de considerar a dignidade humana foi tomada reinventando um sistema de punição historicamente atravessado por discursos que pregavam os tormentos e os suplícios. Porém, em relação a essa mudança, Foucault (2013) ressalta que, com a exclusão da punição física, a carga

punitiva recairia sobre a alma do punido, afetando-o na essência diretamente. Ou seja, agora a afetação não recai sobre o corpo, mas sim sobre o próprio “eu”, modificando-o.

Foi também na Idade Moderna, na Holanda, devido a todos os questionamentos dos métodos punitivos anteriores, que foi construída uma das primeiras casas de reforma, de ressocialização, do mundo, a *Tuchthuis*. Essa prisão considerava a privação de liberdade como punição, como pena a ser cumprida, e era destinada a punir pessoas condenadas a penas pequenas, logicamente, relativas aos crimes cometidos, como pequenos roubos e infrações de menores graus. Esse novo método foi tão bem-visto e funcional, teoricamente, que a *Tuchthuis* serviu de modelo para as prisões existentes hoje na sociedade, as quais consideravam o regime fechado como forma e como oportunidade de ressocialização do indivíduo (Greco, 2015). Logicamente que as penitenciárias de hoje possuem muitas mudanças executivas para tentarem ressocializar o indivíduo em comparação com a prisão de base.

Seguindo a linha cronológica de transformações e de mudanças das prisões, na contemporaneidade (após o século XVIII), o sistema penitenciário passou a considerar novos objetivos e novas formas de pensar os detentos e as punições. Agora, a dignidade humana é um fator essencial a ser considerado, o que faz as práticas punitivas ligadas aos suplícios e às punições físicas serem excluídas dos métodos de ressocialização. Teoricamente, o ideal não é mais punir o infrator de forma que ele possa voltar à sociedade com medo das consequências, mas sim o ressocializar de forma que reflita, entenda e viva em sociedade, respeitando as leis do bom convívio, no caso do Brasil, da Constituição Brasileira Federal de 1988.

A penitenciária em que o *corpus* foi coletado é baseada, evidentemente, nos princípios que visam a ressocialização dos sujeitos, de acordo com a leis brasileiras. Portanto, leva em consideração, teoricamente, todo processo que não fira, de forma alguma, os direitos dos detentos, nem a dignidade deles. Para tanto, a instituição é estruturada, física e executivamente, por processos que objetivam, em tese, a ressocialização dos condenados, sem causar maus físicos, nem psicológicos.

Atualmente, assim que um detento adentra a essa penitenciária, ao sistema penitenciário brasileiro em comum, é submetido a uma triagem, a qual objetiva obter informações sobre o sujeito para determinar seu perfil de acordo com suas condições

sociais e educacionais. O perfil é feito por vários profissionais de áreas distintas (psicologia, direito, ciências sociais e pedagogia) para que, assim, entenda-se mais sobre as condições que o detento se encontra, uma vez que cada detalhe é importante para que sua posição na penitenciária seja determinada.

Com foco na relação educacional, o setor educacional age como forma de intervenção na educação do detento, uma vez que ele demonstre interesse em estudar na triagem. Se ele não possui o ensino básico, há a possibilidade de que ele o conclua enquanto em regime fechado, pois o Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBEJA) visa que a educação aja de forma ressocializadora, bem como, quando liberto, possua essa formação para que o sujeito leve uma vida dentro da lei. Além disso, como não há vagas para todos os detentos da penitenciária, ela também disponibiliza cursos profissionalizantes do SENAI e o projeto de Remição da pena através da leitura⁸. Ressaltamos que os detentos participam de projetos educacionais voluntariamente e de forma selecionada. Se não cumprem as obrigações assumidas, são removidos, e a chance de participar é oferecida a outro interessado, pois há uma grande lista de quem quer participar.

A maioria dos detentos não possui o Ensino Fundamental I completo, o que torna as vagas para esse seguimento mais escassas do que para o Fundamental II e para o Ensino Médio⁹. Logo, a penitenciária, juntamente com o CEEBEJA, não consegue atender toda população carcerária, uma vez que conta com um número limitado de professores, de agentes, de ambientes propícios para aulas, de tempo hábil, bem como condições diárias desfavoráveis a tais ações, pois há procedimentos a serem seguidos para remoção de cada detento de sua cela, os quais visam diminuir os riscos aos agentes e ao estabelecimento, o que faz que mais tempo seja utilizado para encaminharem os alunos às salas de aula.

Por se tratar de uma penitenciária grande, que comporta mais de 1000 detentos, as ações estratégicas são de extrema importância. Assim, a Divisão de Segurança e

⁸ Há várias formas de se estudar dentro da penitenciária e, claro, é um modo do apenado sair de sua cela além do dia de pátio de sol. Mas é importante ressaltar que toda possibilidade educativa, quando feita de forma coerente e a nota mínima alcançada, gera, aos detentos, dias de remição em sua pena, possibilitando que, além da educação, o tempo de pena seja reduzido.

⁹ Ressaltamos aqui que, para os detentos que possuem o ensino médio completo, a única forma de remir a pena pelo estudo são os Curso do SENAI e o projeto de Remição da pena através da leitura.

Disciplina (DISED), juntamente com o CEEBEJA, estipularam galerias¹⁰ voltadas para detentos que frequentam a escola. As galerias são determinadas de forma a facilitar o trabalho dos agentes e o funcionamento harmônico da penitenciária, já que eles ficam localizados o mais próximo possível das salas de aula. Dessa forma, existem galerias específicas para quem estuda, para quem trabalha, para quem pertence a alguma facção, para pessoas que precisam de proteção etc.

Esse fato diminui o risco e o tempo de locomoção de um detento. Se ele está na galeria próxima de onde as aulas são ministradas, a movimentação dele na penitenciária é mais ágil, bem como diminui a possibilidade comunicativa com detentos que pertencem a outros blocos, reduzindo as trocas de informações que podem prejudicar o bom funcionamento da penitenciária. Além disso, a organização de horários de cada galeria é calendarizada. A maior parte do tempo, os detentos ficam dentro de suas celas, tendo direito a pátio de sol duas vezes por semana, normalmente. Porém, a galeria dedicada à escola é organizada de forma que as aulas não coincidam com esses momentos, para que os detentos não precisem escolher o que fazer, mas possam tanto ter acesso ao pátio de sol quanto ao estudo¹¹.

Há vários seguimentos que são responsáveis por um detento poder estudar no sistema penitenciário. Cabe à escola a verificação de escolaridade e o interesse do sujeito em estudar, pois deverá ser realocado para galeria de estudo, o que pode ocasionar em mudanças de dias de visitas que, para eles, pode ser um grande impeditivo, pois afeta a rotina dos visitantes. Além da mudança de dias de visita, normalmente os detentos desenvolvem cumplicidade com os sujeitos da mesma cela, o que pode também ser um impeditivo para estudar, pois teriam que se alocar com outros detentos. Após o interesse demonstrado e a aceitação das mudanças serem confirmadas, o nome do sujeito passa pela DISED, para que os responsáveis verifiquem se o comportamento do

¹⁰ A penitenciária foi construída com o modelo de Bentham, uma adaptação. Assim, ela é dividida em três blocos que possuem três andares. Somando as celas dos três blocos, há 240 celas com capacidades, teoricamente, para cinco detentos cada. Entre esses blocos há um corredor central e, no decorrer desse corredor, há ramificações para a direita e para a esquerda, onde ficam as celas, nas galerias. Os blocos possuem a mesma quantidade de celas. Tanto as galerias quanto as celas são enumeradas da entrada até o final.

¹¹ Apesar dos detentos quererem estudar e quererem os dias de pena remidos, o pátio de sol é o único momento que estão “livres” e tendo interação com detentos que não estão em suas celas, mesmo que essa interação seja controlada. Assim, a escolha pelo pátio de sol ao invés de algo que os deixem ainda encarcerados é bem comum.

sujeito possibilita que ele realmente frequente a escola, pois, como a demanda por estudar é grande, há vários critérios a serem preenchidos, como bom comportamento, grau de periculosidade etc. Essa análise é feita da forma mais rápida possível, pois há necessidade de realocação desse detento.

As galerias de estudo estão sempre cheias, e as vagas são abertas por motivos específicos. Um deles é a soltura de um preso. Outro é a desistência por estudar, normalmente incentivada por uma necessidade particular, como ficar alojado com um parente, ou a necessidade de mudança de dias de visitas para facilitar para a família. Apesar de menos comum, na galeria de estudo, também ocorre a indisciplina, como possuir material ilícito, o que gera, automaticamente, a remoção desse detento da galeria de estudo e impossibilita que ele continue a estudar, ou seja, enquanto um é penalizado pelo mau comportamento, perdendo o direito a estudar, outro é beneficiado, pois agora há uma vaga naquela galeria. Assim, fica claro que apenas o interesse por estudar não é suficiente, já que há vários fatores que agem como impeditivos e como benéficos.

Outro impeditivo é a quantidade de alunos por sala. Por questões internas, como já vimos, o número máximo de aluno por turma é de 15, o que limita ainda mais a quantidade de sujeitos a serem beneficiados com o ensino básico nesse ambiente. Muitas vezes, as turmas não contam com o número máximo de alunos, apesar de matriculados, e isso ocorre devido a diversos fatores. Quando a narrativa parte dos agentes penitenciários, responsáveis por retirar os detentos das celas e os guiarem às salas de aula, dizem que o detento não quis sair, que ele alegou não estar bem, que foi trocado de cela, que a penitenciária está sob pressão, possibilidade de rebelião e, devido a isso, o número de retirados foi reduzido. Quando a explicação parte dos detentos, dizem que os agentes não os chamaram, que não estavam bem para estudar, que não havia roupa limpa, que estavam esperando visita do advogado, entre outros fatores. Logo, fica evidente que os discursos são diversos quando se trata de faltas escolares, sendo impossível elegê-los como verdadeiros ou não, uma vez que todos contêm possibilidades verídicas.

Apesar dessas oportunidades serem dadas a poucos, o contato com a leitura, teoricamente, é possível, uma vez que há uma biblioteca interna. Infelizmente, esse fato não facilita a disponibilização de material de leitura aos detentos, pois o responsável pela

biblioteca, um funcionário do Estado, seleciona alguns títulos para que um detento, responsável por ajudá-lo, coloque-os em um carrinho de compra e saia oferecendo de cela em cela, função árdua: são mais de 1000 detentos, o controle de livros entregues e devolvidos precisa ser feito, e os agentes precisam liberar a passagem para que as obras sejam entregues, liberação que não ocorre em determinados momentos devido a fatores realizados pelos agentes.

Além disso, os materiais são controlados. Quando se trata de literatura, livros de capas duras não são permitidos, porque elas podem ser usadas para esconder algo ou como arma; assim, ou não são escolhidos ou as capas são removidas e jogadas fora. Materiais com conteúdos atuais, como revistas, são extremamente censurados, já que podem conter informações que comprometam o bom funcionamento da penitenciária, como política, imagens relacionadas à sensualidade, que também não são permitidas. Todo esse material, doado à penitenciária por instituições públicas e privadas, passa por inspeção de funcionários para que se enquadre nas regras pré-determinadas e possa ser disponibilizado aos detentos.

Assim, comprovamos que a penitenciária em questão, bem como as penitenciárias brasileiras, hoje, diferencia-se muito das dos séculos anteriores em métodos de funcionamento e em consideração ao detento, já que não está focadas em puni-los ou em fazê-los refletir apenas a partir da leitura do livro sagrado, a bíblia. O sistema penitenciário atual visa, teoricamente, à ressocialização dos detentos. Logo, o sistema penitenciário brasileiro, em tese, não objetiva a punição, nem o medo, muito menos a reflexão e o arrependimento de forma individual, mas objetiva a ressocialização do sujeito condenado por meio, principalmente, da educação formal.

No entanto, apesar da quantidade de detentos e do foco na ressocialização, as autoridades prezam pela censura comunicativa¹² entre os detentos, já que as informações podem ser prejudiciais ao bom funcionamento do estabelecimento, como passar informações de agentes ou de detentos específicos de forma a ameaçá-los, combinar rebeliões, entre outros. Tal atitude de silenciamento não é recente, é reflexo histórico das prisões anteriores e dos poderes dominantes.

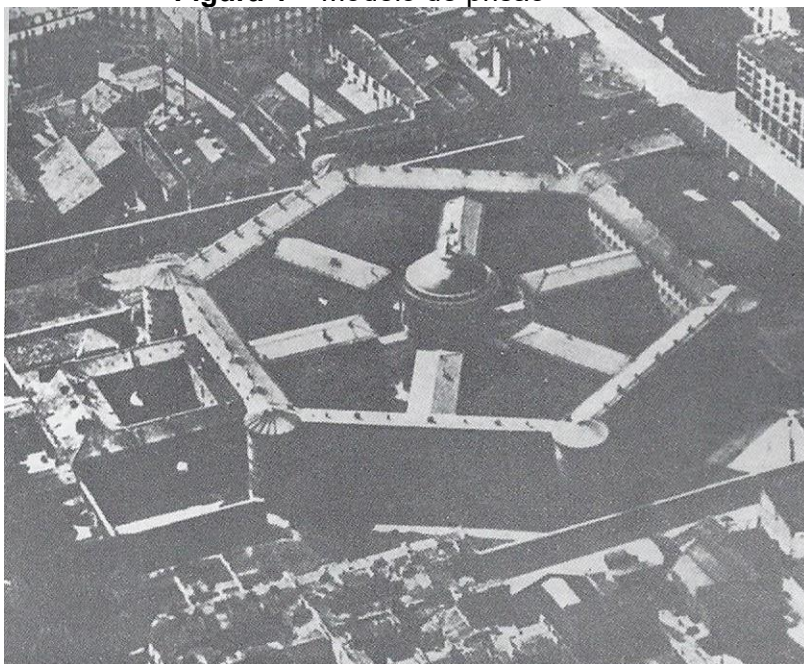
¹² Os detentos são proibidos de conversarem nos corredores entre eles, de fazerem rodas de conversa com mais de quatro sujeitos no pátio de sol, de conversarem por cartas e pelos pipos, bem como não podem se comunicar com nenhum funcionário, desde que seja autorizado.

Nos anos iniciais do método penitenciário punitivo que leva em consideração a dignidade humana (pós século XVIII), em Nova Iorque, na cidade de Alburn (1818), o silêncio já era imposto aos presos. Esse sistema priorizava o silêncio absoluto dos detentos de forma que pudessem refletir sobre os crimes cometidos e, por meio dessa reflexão, arrepender-se e voltar à sociedade livre, como aborda Foucault (2013). Porém ressaltamos que o controle de comunicação também é uma prática de demonstração de poder e de dominação dos detentos, uma vez que os priva de se expressarem, principalmente entre eles. Assim, uma das formas de punição era o silêncio absoluto, no entanto há grande dificuldade em se obter com sucesso essa punição, já que os detentos ficavam, normalmente, em um espaço comum e com apenas poucos guardas para censurá-los.

A partir dessa dificuldade de controle efetivo e de observação dos discursos e dos atos dos detentos, Jeremy Bentham, no fim do século XVIII, projetou um novo modelo de prédio, o Panóptico, que possibilitou a “efetividade” dessa censura, pois consistia, segundo Foucault (2013, p. 190) em:

[...] uma construção em anel; no centro, uma torre: esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente.

Figura 1 – Modelo de prisão



Fonte: Foucault, 2013, [p. i].

Esse modelo de prisão objetivava que todos os condenados ficassem visíveis aos observadores, no caso, os guardas, o tempo todo, sem a necessidade de haver um para cada cela, porém os detentos não conseguiam verificar se os guardas os observavam devido à estrutura. A partir dessa incerteza/sensação de ser observado a todo momento, induzia-se “no detendo um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder” (Foucault, 2013, p. 191).

A condição de silêncio absoluto da prisão de Alburn, construída com molde no panóptico, exigiu que os detentos fossem os mais discretos possíveis para que pudessem se comunicar, o que impulsionou, segundo Greco (2015), a criação de várias estratégias comunicativas, principalmente não verbais, mesmo com os riscos punitivos. Ou seja, por não terem certeza se estavam sendo observados, houve a necessidade da criação de estratégias discursivas que possibilitassem que os detentos se comunicassem entre si sem serem percebidos para que não fossem repreendidos, já que, ao se comunicarem sem autorização do responsável, do poder dominante, estavam submetidos às punições cabíveis.

É fato que essa imposição de silêncio, desde antigamente, fez que os detentos criassem formas de se comunicarem, como já abordamos neste trabalho, ou seja,

estratégias para quebrarem as regras impostas por um poder dominante do Estado, como gestos, batidas nas paredes, comunicação por meio dos encanamentos (Greco, 2015). Essas ações, assim como os métodos de censura, o panóptico a exemplo, são atualizadas conforme as condições discursivas sócio-históricas em que os sujeitos estão integrados, conforme as suas realidades a fim de que consigam se comunicar sem serem percebidos, como a significação de determinadas tatuagens¹³.

Assim, apesar de a maior parte dos detentos não possuírem o Ensino Fundamental I completo, com o surgimento do ensino público no século XIX, as minorias começaram a ser alfabetizadas, o que possibilitou que os escritos se transformassem em uma das principais formas comunicativas ilícitas do sistema penitenciário, já que, além de serem fáceis de se esconder, o vocabulário gírio e os não ditos contribuíam para não deixar explícito quem é o enunciador, quem é o enunciatário e qual é o assunto. Ou seja, a alfabetização da população, o ensino público, possibilitou que uma estratégia discursiva fosse desenvolvida com base na escrita a fim de se esquivar de uma das regras impostas aos detentos por séculos para que pudessem, sem serem vistos/percebidos/punidos, comunicarem-se entre eles. Salientamos que os pipos, estratégia de comunicação escrita que se esquia da proibição de comunicação imposta pelos agentes, foram criados como forma de quebrar a lei do silêncio e de possibilitar que os detentos se comunicassem entre eles, bem como forma de resistência a um sistema/poder de dominação impositivo/punitivo que os proíbe, até hoje, de se comunicarem.

Essa forma de comunicação não é rotineira¹⁴ em toda sociedade, ocorre mais especificamente no sistema penitenciário, já que nele a comunicação entre detentos é censurada/vetada. Assim, como consequência dessa nova realidade, dessas novas produções discursivas, todo novo detento da penitenciária é exposto a “novas” formações discursivas produzidas em condições de possibilidades distintas das quais ele se encontrava quando não condenado, na sociedade livre. A partir disso, se considerarmos

¹³ Paredes (2003) aborda que várias tatuagens possuem significados específicos entre os integrantes do sistema penitenciário e, a partir delas, conseguem saber algo sobre o outro, como quando um sujeito tem uma cruz tatuada nas costas, que significa alta periculosidade.

¹⁴ Abordamos como forma não rotineira a utilização da escrita dos pipos em um ambiente em que a comunicação é proibida sócio-historicamente, o sistema penitenciário, e não a comunicação comum feita na sociedade não apenada. Os pipos, diferentemente da comunicação sem restrição, devem ser ora ocultos, ora explícitos, dependendo do enunciador e do enunciatário, pois, hoje, na penitenciária em questão, são utilizados/autorizados para comunicação com os setores administrativos.

a posição-sujeito de novo detento, cabe ao sujeito que adentra à penitenciária, como condenado do Estado, assumir posições discursivas distintas às quais estava submetido quando em regime aberto a fim de seus discursos condizerem com as novas condições de possibilidades com as quais está sujeito em regime fechado. Portanto, abordando a condição discursiva da penitenciária, o sujeito é exposto não apenas a discursos de outros detentos, mas também a discursos específicos, por exemplo, das forças militares e dos agentes penitenciários, como o Código Q¹⁵, com o qual passa a ter contato e apreendê-lo devido às condições em que se encontra. Isto é, o sujeito-detento é exposto a novas formações discursivas que compõem seu dia a dia e com as quais passará a interagir rotineiramente, sendo com outros detentos ou com agentes do Estado.

Historicamente, os pipos foram criados como forma de resistência à imposição do silêncio do sistema penitenciário a fim de possibilitar a comunicação entre detentos sem ocasionar punições. Porém, hoje, os pipos possuem também outra função, também de resistência, a função de possibilitarem comunicações lícitas, autorizadas pela administração da penitenciária, com os setores administrativos da instituição. Para tanto, partindo do fato/preceito de que a maior parte dos detentos não possui Ensino Fundamental I completo e de que não possuem conhecimento para produzirem discursos adequados, levando em consideração o português formal, a sujeitos em posições de poder e com, no mínimo, ensino médio completo, é por meio do contato com os discursos de detentos e de funcionários que atravessam a penitenciária que esses sujeitos serão submetidos a novas formações discursivas que os constituirão, que constituirão suas FDs a fim de possibilitar que seus discursos estejam condizentes com as condições de possibilidades às quais são expostos. Exemplificando, o detento possui contato, mais assíduo, com a FD jurídica, devido a esse fato, ao contato com discursos dessa FD, teoricamente, é capaz de entender e de se comunicar claramente com o advogado responsável por seu caso, assim como entender casos de outros detentos, saber seus

¹⁵ O Código Q é frequentemente utilizado por agentes via rádio para se comunicarem sobre as situações que ocorrem na penitenciária, porém não é de utilização específica do sistema penitenciário. Segundo Bueno e Moraes (2014, p. 551), o Código Q é “um conjunto universal de expressões utilizado pelos diferentes órgãos militares do Brasil e do mundo com o intuito de padronizar, aperfeiçoar ou tornar mais rápida a comunicação interna, principalmente em operações policiais ou militares, além de servir como um código linguístico de identificação dos indivíduos pertencentes a esse contexto.”

direitos constitucionais, discursos que não faziam parte, teoricamente, de suas realidades quando livre e agora obrigatórios. Salientamos que esses contatos não são referentes apenas aos níveis linguísticos, mas também referentes às relações de poderes que transpassam a penitenciária, que a determinam sócio-historicamente.

Apesar de a construção do *corpus* ter se dado devido à censura da comunicação, devido à imposição do silêncio, ressaltamos que o silêncio não deve ser visto aqui como ausência de comunicação, conforme o define socialmente Bechara (2011), pois todo discurso produz efeitos de sentidos. Neste trabalho, o silêncio deve ser abordado pelo viés da Análise de Discurso, a qual aborda que mesmo o silêncio significa de acordo com as condições em que o encontram, pois, como discorre Orlandi (2007, p. 13):

[...] silêncio é assim a “respiração” (o fôlego) da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. Reduto do possível, do múltiplo, o silêncio abre espaço para o que não é “um”, para o que permite o movimento do sujeito.

Assim, apesar da imposição do silêncio, antes para reflexão e hoje para prevenção, teoricamente, os sujeitos continuaram a se (re)significar, a produzirem discurso de forma que seus silêncios ecoam, até hoje, gritos de resistências contra a censura a eles imposta por meio dos pipos. Para tanto, não se (re)significam por meio da fala, já que essa é impossibilitada pelo poder dominante que determinam “quando”, “onde” e “com quem” podem se comunicar oralmente. (Re)significam-se, resistem, por meio dos pipos, pelo uso da língua escrita, uma vez que as condições às quais estão expostos assim exigem deles, que quebrem os silêncios, bem como todos os atravessamentos sócio-históricos exigem que haja a materialização da ideologia por meio de discursos.

Portanto, devido a essa lei do silêncio, os pipos surgiram como forma de manifestação contrária a ela e de (re)significarem cada vez mais em um ambiente em que a tentativa de proibição de (re)significação existe, porém, segundo Orlandi (2007, p. 70), “o silêncio é contínuo e há sempre ainda sentidos a dizer”. Ou seja, a tentativa de silenciamento fez com que os detentos assumissem “novas” posições-sujeito, de acordo com as condições de possibilidades às quais estavam sujeitos, a fim de se

(re)significarem cada vez mais, bem como de resistirem a censura de um poder dominante sócio-histórico.

CAPÍTULO II

RELAÇÕES DE PODER

“A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.”

Foucault, 2021, p. 52.

A sociedade é marcada por sujeitos que a constituem e que vivem em conjunto. Conforme Bottomore (2012, p. 537), Marx utilizou o termo sociedade “em três sentidos, que se distinguem contextualmente, para referir-se a fenômenos distintos, mas correlatos”, sendo a “humanidade socializada” um dos sentidos empregados. Para Bottomore (2012, p. 537), “O que há de característico na concepção de Marx é, primeiro, que ela parte da ideia de seres humanos que vivem em sociedade e não envolve uma antítese entre indivíduo e sociedade”, realçando a importância da noção de conjunto e união social. Desse modo, consideramos aqui um dos conceitos de sociedade elencados por Marx (2025), o qual aborda que toda sociedade é um conjunto de pessoas que vivem conforme regras determinadas. Nesse sentido, apesar de abordarmos sujeitos excluídos da sociedade geral, ainda podemos defini-los como sujeitos sociais, uma vez que fazem parte de uma determinada sociedade que é regida por leis próprias e específicas.

Logo, partindo desse pressuposto, é fato que toda sociedade é constituída por seres de patamares sociais distintos. Tratamos de classe social não apenas referente a poder aquisitivo, já que a ideia de capital e de mercantilismo é nova, mas de classe social relacionada à organização de dominações. Ou seja, pensando em Marx (2025), a sociedade, apesar de focar nas relações de poder, principalmente no aquisitivo e no

hierárquico, é formada por vários níveis de poderes. São esses que determinam a posição que os seres ocupam na sociedade. Para tanto, podemos citar a pirâmide de poder da monarquia (I. Clero; II. Nobreza; III. Plebe), que estipula que a primeira classe dominante é o Clero, a segunda é a Nobreza e, depois, vem a Plebe. Dessa forma, pensamos em poder, inicialmente, determinado pela crença, no caso do catolicismo, de que o Clero é o representante de Deus na terra e detém o poder superior às outras classes. Após isso, tem-se a Nobreza, que é superior à Plebe por possuir descendências históricas “superiores”, marcadas, normalmente, pelos títulos e pelas posses de terras. Em seguida, tem-se a Plebe, a classe pobre, que não detém títulos de nobreza nem terras, sendo extremamente precária e subordinada às classes superiores.

Essas determinações de classes, em uma época em que todas as ideias eram determinadas pela religião, deveriam ser seguidas sem “questionamentos”, afinal questionar os poderes superiores geraria punições, tanto físicas quanto financeiras, como aumento de impostos, retiradas de terras, entre outras. No entanto, tal poder dominante passou a ser questionado com a evolução da ciência. Por exemplo, Galileu Galilei, por meio da razão, provou que algumas explicações da igreja católica estavam equivocadas, como a que a Terra não era o centro do universo. Tal descoberta lhe ocasionou perseguição e punição, sendo veemente suspeito de heresia e obrigado pela Igreja a “desmentir” sua teoria de que o sol é o centro do universo, Heliocentrismo, sendo julgado pela Inquisição duas vezes e obrigado a negá-la, embora tenha passado o resto de sua vida em prisão domiciliar. Com o passar do tempo, a ciência continuou a evoluir e os conceitos determinados pela religião, cada vez mais, passaram a serem desmentidos. Como consequência, o Clero começa a perder força social de dominação, porque passam a provar que ele estava errado.

Após 1500, com os descobrimentos marítimos, as explicações religiosas foram mais desmentidas, e isso gerou um alvoroço nas relações de poder estabelecidas. Sendo assim, a ideia de uma dependência religiosa tornou-se sensível e começou a declinar. Como agravante dos descobrimentos, ainda, houve o crescimento do comércio, que determinou que o poder não seria mais possuído apenas por títulos e terras, mas estaria ligado ao capital, assim possibilitando que pessoas que não pertencessem ao Clero ou à

Nobreza pudessem também ter poder social, como a burguesia, que “[...] tornou-se, a partir do fim do século XVI e no século XVII, a classe dominante” (Foucault, 2010, p. 27).

Nessa perspectiva, apesar de já existirem as lutas de classes, baseadas nas relações de poderes, sendo estes históricos e sociais, esse conceito ganha maior ênfase quando abordado por Marx (2025), porém tal determinação serviu apenas para ressaltar a diferença aquisitiva entre as pessoas e como a desigualdade financeira gerava grande desigualdade social, o que ocasionava o sofrimento da classe pobre por não possuir condições financeiras para a sobrevivência básica. Entretanto, ressaltamos que, com o crescimento da sociedade, comprovou-se que as relações de poder não se baseiam apenas em posições sociais e/ou em poder capital, mas, segundo Foucault (2021), as relações de poder são determinadas pelos contextos nos quais os sujeitos estão incluídos e nas condições de possibilidades que determinam o sujeito com maior poder, sendo ele “natural” ou adquirido (saber/poder).

Assim, afirmamos que, conforme Foucault (2010, p. 22), “[...] em qualquer sociedade – múltiplas relações de poder perpassam, caracterizam, constituem o corpo social; elas não podem dissociar-se, nem estabelecer-se, nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação, um funcionamento do discurso verdadeiro¹⁶”. Isto é, o meio social não possui apenas um poder dominante responsável pelo controle total dos grupos de sujeitos, porém possui várias formas de demonstração de poder, os mecanismos de poder. Segundo Foucault (2023, p. 4),

Os mecanismos de poder são parte intrínseca de todas as relações, são circularmente o efeito e a causa delas, mesmo que, é claro, entre os diferentes mecanismos de poder que podemos encontrar nas relações de produção, nas relações familiares, nas relações sexuais, seja possível encontrar coordenações laterais, subordinações hierárquicas, isomorfismos, identidades ou analogias técnicas, efeitos encadeados que permitem percorrer de uma maneira ao mesmo tempo lógica, coerente e válida conjunto dos mecanismos de poder e apreendê-los no que podem ter de específico num momento dado, durante um período dado, num campo dado.

¹⁶ Aqui, devemos considerar o “discurso verdadeiro” como sendo a(s) norma(s). “Afinal de contas, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a tarefas, destinados a uma certa maneira de viver ou a uma certa maneira de morrer, em função de discursos verdadeiros, que trazem consigo efeitos específicos de poder” (Foucault, 2010, p. 22).

A partir de tais preceitos históricos, salientamos que o mecanismo primário de dominação social são as ideologias, já que todo sujeito é constituído desde sua formação por regras sociais determinadas por uma classe dominante em uma condição sócio-histórica específica. Assim, conforme Althusser (1980, p. 88),

[...] toda ideologia representa, em sua deformação necessariamente imaginária, não as relações de produção existentes (e as outras relações delas derivadas) mas sobretudo a relação (imaginária) dos indivíduos com as relações de produção e demais relações daí derivadas. Então, é representado na ideologia não o sistema das relações reais que governam a existência dos homens, mas a relação imaginária desses indivíduos com as relações reais sob as quais eles vivem.

Nessa perspectiva, a ideologia deve ser retratada como a forma imaginária, ressaltada por meio de “regras”, exposta aos sujeitos para que, com base nelas, eles existam em sociedade cumprindo determinações de ações pré-estabelecidas. Para tanto, além da forma de dominação pela ideologia, quando esta não funciona deve haver outra forma que garanta aos sujeitos que cumpram essas determinações. Althusser (1980) aborda que a sociedade é composta por dois Aparelhos de Estado¹⁷ que são responsáveis por manterem o bom comportamento dos sujeitos, de acordo com a classe dominante vigente. Um deles, o responsável pela constituição ideológica dos sujeitos, é o Aparelho Ideológico de Estado, como a escola, a qual é responsável por aplicar, de forma educativa, normas que o sujeito deve cumprir enquanto pertencente àquela sociedade. O segundo é o Aparelho Repressor de Estado, como as forças militares, que age quando o Ideológico falha, pois atua como disciplinador por meio de imposições e punições.

Com base nisso, salientamos que, quando há perda desse poder, esses aparelhos agem de forma a reativá-lo pela pena, a qual tem como base a disciplina do corpo, o controle de todas as ações e de todos os direitos, como ressocializador do sujeito. Porém, segundo Foucault (2013, p. 133), o controle total do corpo do apenado não é uma forma

¹⁷ Ressaltamos que, apesar de os Aparelhos de Estado serem divididos em Ideológicos e em Repressores por Althusser (1980), ambos se enquadram nas duas categorias, já que transpassam tanto ideologias quanto punições, porém são predominantemente um deles. A exemplo, citamos que a instituição escolar é predominantemente ideológica, no entanto repressiva, caso haja infração às regras. Ainda ressaltamos o exército, o qual é socialmente repressivo, predominantemente, porém também é atravessado por ideologias formadoras.

de ressocialização, mas sim uma forma de produzir “[...] corpos submissos e exercitados, corpos dóceis”, os quais não se oporão ao poder dominante. Porém, salientamos que essa forma de demonstração de poder e de dominação possui exceções, visto que os pipos denotam não uma sujeição, mas um posicionamento contrário a ela, afinal, segundo Foucault (2013, p. 121), “[...] esse controle e essa transformação do comportamento são acompanhados – ao mesmo tempo condição e consequência – da formação de um saber dos indivíduos”, ou seja, toda forma de demonstração de poder gera, automaticamente, saberes. Ressaltamos que ambos os Aparelhos são Ideológicos e Repressores, porém são predominantemente um ou outro, vertente classificada pela forma de atuação, um pelo conhecimento e o outro pela força.

Assim, podemos dizer que a ideologia é uma das formas de se expressar poder na sociedade, uma vez que age tanto na construção do sujeito social, por meio de determinação de normas que devem ser seguidas como verdades, bem como forma de controle quando essas normas imaginárias são transgredidas. A partir disso, ressaltamos que, segundo Ricoeur (1990, p. 75), “[...] a ideologia é um fenômeno insuperável da existência social, na medida em que a realidade social sempre possui uma constituição simbólica e comporta uma interpretação, em imagens e representações, do próprio vínculo social”.

Em segundo plano, abordamos que uma outra forma de demonstração de poder, estipulada também sócio-historicamente, é o poder por hierarquização, por legitimação. Assim, ressaltamos que a sociedade é composta por diversas classes sociais, as quais são classificadas de acordo com posições de prestígio que assumiram durante a história, ou seja, algumas classes sociais já denotam poder social, simplesmente, porque assim foi definido por ideologias que atravessam os discursos atuais. Tal fato faz que haja os discursos que são baseados em hierarquias sociais. Segundo Foucault (2010, p. 152), um dos procedimentos de generalização discursiva é a

[...] classificação hierárquica desses saberes que permite, de certo modo, encaixá-los uns nos outros, desde os mais específicos e mais materiais, que serão ao mesmo tempo os saberes subordinados, até as formas mais gerais, até os saberes mais formais, que serão a um só tempo as formas envolventes e diretrizes do saber.

Abordamos que cada sujeito social denota automaticamente, devido a estereótipos, maior poder social só de pertencer a uma classe hierarquicamente legitimada. A exemplo de nosso *corpus*, retratamos aqui as próprias classes que compõem o funcionamento do sistema penitenciário, as quais são compostas por sujeitos que possuem cursos de graduação e, assim, pertencem a classes letradas da sociedade, marcando assim um dos mecanismos de demonstração de poder, a posição assumida na sociedade. Como exemplo, citamos que, segundo Foucault (2010, p. 212), “A medicina é um saber-poder que incide ao mesmo tempo sobre o corpo e sobre a população, sobre o organismo e sobre os processos biológicos e que vai, portanto, ter efeitos disciplinares e efeitos regulamentadores”. Além disso, como endosso, fazem parte também de pessoas que trabalham para o Estado, ou seja, para a instituição responsável pela manutenção social e pela promoção do bem-estar dos cidadãos, a mesma que articula uma ideologia social dominante. Logo, essa é outra forma de poder que fica evidente nesta tese, principalmente por meio dos discursos produzidos pelos detentos, os quais são compostos por elementos linguísticos considerados adequados ao trato social formal.

Em última instância, e não menos importante, ressaltamos que o saber é adquirido por meio de toda prática discursiva, logo não está diretamente ligado a questões científicas, mas a questões discursivas em si, de forma a também funcionar como um mecanismo de poder. Para salientarmos o conceito de prática discursiva e de saber, valemo-nos da definição de Foucault (2022, p. 219 – 220), o qual aborda que

Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos eu irão adquirir ou não um *status* científico (o saber da psiquiatria, no século XIX, não é a soma do que se acreditava fosse verdadeiro; é um conjunto das condutas, das singularidades, dos desvios de que se pode falar no discurso psiquiátrico); um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso (neste sentido, o saber da medicina clínica é o conjunto das funções de observação, interrogação, decifração, registro, decisão, que podem ser exercidas pelo sujeito do discurso médico); um saber é também o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam (neste nível, o saber da história natural, no século XVIII, não é a soma do que foi dito, mas sim o conjunto dos modos e das posições segundo os quais se pode integrar ao já dito qualquer enunciado novo); finalmente um

saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso (assim, o saber da economia política, na época clássica, não é a tese das diferentes teses sustentadas, mas o conjunto de seus pontos de articulação com outros discursos ou outras práticas que não são discursivas). Há saberes que são independentes das ciências (que não são nem seu esboço histórico, nem o avesso vivido); mas não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma.

Essa vertente, aqui, é a mais importante a ser apresentada, uma vez que, quando pensamos no grupo de detentos, são sujeitos discursivos que infringiram as regras sociais estipuladas pela ideologia dominante que, independentemente de suas formações, pertencem, enquanto apenados, à classe social com maior estigma social, uma vez que nem como cidadãos são abordados. O que lhes resta, nas condições em que se encontram, são as relações de poderes demonstradas por meios dos saberes que são materializados em seus corpos por meio dos discursos. Afinal, essa condição é a principal que transpassa seus discursos, pois é neles que há construções linguísticas que visam definir imagens de si distintas das estereotipadas/estigmatizadas socialmente, demonstrando respeito, conhecimento, educação, entre outras características padrões, determinadas para um sujeito social que merece suporte governamental e humano. Esses discursos não demonstram, necessariamente, uma verdade sobre eles, já que essa verdade é definida pelas determinações ideológicas, mas buscam (des)construir e/ou (re)significar essa verdade a ponto de serem vistos como sujeitos merecedores de atenção a fim de adquirir o necessário para (sobre)viver, como mantimentos básicos, saúde, educação...

Aqui, devido aos mecanismos de poder, não abordamos um poder dominante e homogêneo, mas o abordamos a partir dos mecanismos que o fazem funcionar. Assim, conforme Foucault (2010, p. 26),

O poder, acho eu, deve ser analisado como uma coisa que circula, ou melhor, como uma coisa que só funciona em cadeia. Jamais ele está localizado aqui e ali, jamais está entre as mãos de alguns, jamais é apossado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona. O poder se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também de exercê-lo. Jamais eles são o alvo inerte ou consentidor do poder, são sempre intermediários. Em outras palavras, o poder transita entre os indivíduos, não se aplica a eles.

Portanto, ressaltamos que o poder não possui rigidez social, que é heterogêneo já que todo ser está sujeito a ele e a ele sujeita o outro. Com base nisso e ligando esses conceitos ao *corpus*, afirmamos que os pipos são produzidos por sujeitos discursivos que não possuem posições sociais privilegiadas, nem dignas de respeito, porém, apesar disso, possuem poder discursivo, uma vez que assumem posições-sujeito que destoem das estereotipadas sócio-historicamente. Ou seja, os sujeitos apenas não fazem parte de nenhuma classe social elitizada que legitime seus discursos, ao contrário disso, fazem parte de uma classe excluída, “dominada” pelo Estado, que lhes atribui uma posição de desmerecimento. Tal fato contribui para que seus pedidos não sejam atendidos devido ao *ethos* que os determinam. Logo, seus pipos são também atravessados por esses estereótipos, os quais, a fim de (re)produzirem efeitos de verdade de si que se oponham as verdades socialmente definida, buscam, por meio dos pipos, (des)construir essas imagens para que alcancem seus direitos, ou o que necessitam, tanto em relação aos setores administrativos quanto em relação aos outros detentos.

Ainda, destacamos que esse ambiente é marcado por relações de um poder dominante constitucional, o Estado, o qual, teoricamente, domina, por meio de seus agentes/funcionários e de regras de controle físico e intelectual, uma sociedade que necessita ser ressocializada. Porém, os pipos demonstram que essa dominação não funciona como se é estipulada/determinada pelo Estado, pois, devido à posição-sujeito assumida pelos detentos, há mutabilidade de poder em tal ambiente, para que haja o cuidado do próprio apenas por meio de estratégias comunicativas desenvolvidas sócio-historicamente. Assim, os jogos de poder, determinados por Foucault (2021), são possíveis devido ao poder discursivo assumido momentaneamente e de forma alternada por meio das posições-sujeito expressas pelos detentos em seus discursos, as quais produzem efeitos de sentidos devido às condições de possibilidades em que estão inseridas. Logo, para que se comuniquem com os outros detentos, com os agentes, com os advogados e com qualquer sujeito integrante de um setor administrativo da penitenciária, é necessário que os discursos se enquadrem nas condições determinadas pelos poderes dominantes para que, assim, sejam criadas condições de possibilidades, nas quais o sujeito assuma um posicionamento de poder (de um saber adquirido dentro do sistema prisional), dentro do funcionamento desse tipo de estrutura (a carcerária).

A partir dos pipos, dos discursos materializados, pretendemos estabelecer hipóteses que elenquem as posições-sujeito expressas discursivamente, pois, devido às condições discursivas a que os detentos estão inseridos e aos atravessamentos históricos que constituem todos sujeitos, há práticas discursivas “determinadas” historicamente na sociedade, as quais são por delimitar os discursos dentro do sistema penitenciário, principalmente os considerados superiores por serem determinados como pertencentes às classes dominantes. Afinal, em relação a essas produções discursivas, sendo conscientes ou não, Foucault (2013, p. 30) aborda que

Seria talvez renunciar a toda uma tradição que deixa imaginar que só pode haver saber onde as relações de poder estão suspensas e que o saber só pode se desenvolver fora de suas injunções, suas exigências e seus interesses. Seria talvez preciso renunciar a crer que o poder enlouquece e que em compensação a renúncia ao poder é uma das condições para que se possa tornar sábio. Temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder.

Sendo assim, a produção de discursos atravessados por outras formações discursivas, a partir dos vários discursos (re)produzidos na penitenciária, dá-se a partir dos assujeitamentos às relações de poderes dominantes no sistema penitenciário, às formas interacionais, que impulsionam que os detentos sejam atravessados por conhecimentos outros por meio do diálogo com outros sujeitos, detentos e/ou funcionários, da leitura e da produção de discursos a fim de que se posicionem em grupos distintos por meio dos pipos.

Nesse aspecto, como toda instituição da sociedade, as relações de poderes devido às posições hierárquicas assumidas por sujeitos são evidentes e, neste estudo, são de extrema importância, pois abordamos jogos de poderes como mutáveis, em um ambiente atravessado por discursos de silenciamentos e de punições, e não simplesmente determinados por questões sociais e históricas a partir de imposições determinadas pelo Estado. Logo, a posição-sujeito assumida pelo sujeito discursivo dos pipos (em especial, aqueles trocados entre os detentos) e, de acordo com as condições de possibilidades em que estão enquadrados, reflete a alternância das relações de poder pré-determinadas

sócio-historicamente, como a de que o apenado não pode se pronunciar devido à imposição do silêncio que possui raízes históricas no sistema penitenciário, a qual perdura até hoje sendo aplicada pelos agentes penitenciários, mesmo com a existência do artigo 33, o qual ressalta o direito à comunicação do detento supervisionada por um agente do Estado.

Além disso, essa mutabilidade de posicionamento, de posições de poder, essa relação entre os sujeitos dentro da penitenciária, é essencial, uma vez que, segundo Goffman (2015, p. 19):

Cada agrupamento tende a conceber o outro através de estereótipos limitados e hostis – a equipe dirigente muitas vezes vê os internados como amargos, reservados e não merecedores de confiança; os internados muitas vezes vêem os dirigentes como condescendentes, arbitrários e mesquinhos. Os participantes da equipe dirigente tendem a sentir-se superiores e corretos; os internados tendem, pelo menos sob alguns aspectos, a sentir-se inferiores, fracos, censuráveis e culpados.

A partir dos apontamentos de Goffman, ressaltamos que os detentos são atravessados por FDs que constituem o sistema penitenciário, para que, assim, de acordo com as condições de possibilidades, por meio de seus discursos, assumam posições-sujeito distintas das pré-determinadas a eles pelos fatores sócio-históricos. Isto é, para que sejam vistos além dos estereótipos negativos (sujeitos sem cidadania e não confiáveis) que os determinam para as equipes diretivas, seus discursos são atravessados por determinações históricas ligadas aos grupos que possuem maior poder social na penitenciária, os grupos administradores. Nesse sentido, por meio dos pipos e dos códigos linguísticos (sem gírias) pertencentes a esses grupos dominantes, há posicionamentos discursivos para que suas necessidades sejam percebidas e levadas em consideração pelos responsáveis por atendê-las.

Portanto, a necessidade do detento de ser levado em consideração faz que ele assuma, por meio dos discursos, posições de sujeito distintas dentro do sistema penitenciário, utilizando códigos linguísticos específicos de cada grupo dominante, para que, dessa forma, sejam percebidos além de sujeitos na posição de detento, também como sujeitos sociais com conhecimentos, e que, devido a esse saber, possuem também

poder, apesar dos estereótipos que os determinam como inferiores aos outros cidadãos devidos a atos criminosos.

CAPÍTULO III

CONSTITUIÇÃO DO GÊNERO DISCURSIVO

“Cada um, em seu lugar, está bem trancado em sua cela de onde é visto de frente pelo vigia; mas os muros laterais impedem que entre em contato com seus companheiros. É visto, mas não vê; objeto de uma informação, nunca sujeito numa comunicação.”

Foucault, 2013, p. 190.

3.1 GÊNERO DISCURSIVO

Apesar de todas as sociedades manterem relações interativas, em alguns setores que as constituem, a comunicação parece mais complicada devido a fatores determinados. É o caso do contexto que abordamos, a penitenciária, que é marcado sócio-historicamente pela lei do silêncio aos detentos. Inicialmente, essa punição foi estipulada para que o detento refletisse sobre os atos cometidos e, a partir dessa reflexão, o arrependimento fosse alcançado. Porém, hoje, o silêncio é imposto aos detentos nas penitenciárias para evitar trocas de informações que prejudiquem o bom funcionamento da instituição, teoricamente.

Devido à tal punição, os sujeitos condenados passaram a desenvolver formas de comunicação, uma vez que há essa necessidade para o próprio bem-estar. Logo, várias estratégias comunicativas foram desenvolvidas no decorrer da história, como os gestos, as batidas na parede, entre outras. Uma dessas estratégias, para possibilitar a comunicação entre os detentos, foram os pipos, os quais são produzidos e enviados de um detento a outro de forma oculta para que ninguém perceba, ou seja, da forma mais discreta possível para que não sejam interceptados. Esse cuidado para não ser apreendido não é ao acaso, é uma forma de evitar que algum agente penitenciário perceba, pois, caso ocorra, a punição é severa, já que essa tentativa de interação é proibida nesse contexto, sem permissão de um superior. Lembramos que os pipos, hoje, também são utilizados para comunicação com os setores administrativos na instituição em questão para facilitar que as necessidades dos detentos sejam atendidas sem a

necessidade do atendimento presencial, fato que contribui para algumas diferenças estruturais entre pipos enviados a outros detentos, que são proibidos e devem ser ocultados, e pipos enviados aos setores administrativos, que são permitidos e devem ser salientados. Assim, há duas realidades de produção discursiva a serem consideradas quando abordamos os pipos. A primeira faz referência à comunicação com outro detento, em que a necessidade de não ser percebido faz que os pipos sejam constituídos de forma a dificultarem a identificação de quem os produz e de quem os recebe quando interceptados. A segunda é referente aos setores administrativos, com os quais os detentos podem se comunicar sem restrições, uma vez que essa ação é permitida, e devem expor quem são.

Quando os pipos são enviados a outros detentos, uma das formas de não se identificar pelo nome próprio é a utilização de alcunhas¹⁸ pelos sujeitos, para que o agente não identifique nenhum deles e, assim, evite-se a também punição. Por se tratar de uma ação ilícita, caso os pipos sejam apreendidos e os sujeitos identificados, eles receberão ação disciplinar do setor DISED; devido a essa consequência, não ser identificado é extremamente importante. Também ressaltamos que as alcunhas, além de dificultarem a identificação dos detentos pelos agentes, entre os detentos, funcionam como maneira de assumir uma posição-sujeito para com os outros, já que elas marcam não apenas as características, mas também o pertencimento àquela sociedade. Diferentemente, quando os pipos são enviados aos setores administrativos, essa ação não gerará punição, fato que permite que o sujeito se identifique sem preocupação. Além disso, nesse caso, ele possui a necessidade de se identificar pelo nome completo, uma vez que é por meio dele que os funcionários têm acesso aos documentos, processos etc. Caso não se identifique corretamente, isso pode ocasionar problemática no atendimento do pedido, por não saber de quem ou por não ter certeza de quem se trata,

Outra peculiaridade desses pipos devido à necessidade de os sujeitos não serem identificados é a falta de localização de onde os detentos se encontram, como o número

¹⁸ A utilização de alcunhas é muito comum para definir os detentos, uma vez que marcam as características de cada um, podem ser características físicas, psicológicas, localização de origem antes de ser preso, entre outras formas. Sendo assim, a utilização delas é uma forma de definir a identidade de cada sujeito, uma vez que a penitenciária possui ampla população encarcerada, e os nomes próprios são muito repetidos.

da galeria e da cela em que estão alojados. A falta dessa informação contribui drasticamente para que os detentos não sejam localizados, pois a penitenciária possui mais de mil detentos, quantidade que possibilita nomes e alcunhas iguais, assim, quando a localização é exposta, a busca pelo infrator e a certeza da identificação dele ficam mais fáceis. De forma oposta, quando destinados aos setores administrativos, os pipos sempre possuem a localização dos detentos, pois é por meio dela que o funcionário sabe para onde encaminhar o que foi requisitado, caso viável, como uma resposta a uma pergunta, matérias para estudo, materiais de higiene básica, fazer pedido de atendimento presencial etc.

Além da ocultação do sujeito e de sua localização, os pipos destinados aos detentos são constituídos por registros discursivos informais, por diversas gírias e por não ditos, visto que é uma forma de dificultar a interpretação, caso seja apreendido pelos agentes, pois pode tratar de assunto ilegais, e também uma forma de denotar pertencimento àquela sociedade fazendo uso dos recursos linguísticos por ela “padronizados”. Nesse sentido, o uso do vocabulário gírio, como define Preti (2002), é uma forma não apenas de demonstrar pertencimento à classe de quem está se comunicando, mas também uma forma de dificultar a interpretação da mensagem por uma pessoa que não pertença àquele grupo, no caso, os agentes. Isto é, os detentos se utilizam de mensagens subjetivas com vocabulários específicos da sociedade encarcerada tanto para demonstrar conhecimento e pertencimento para com o enunciatário, quanto para dificultar que uma autoridade do Estado, caso intercepte o pipo, interprete a mensagem. Em contrapartida, quando destinados aos setores administrativos, a preferência é por uma linguagem mais formal e explicativa, evitando gírias e não ditos, para que o discurso seja mais formal, mais respeitoso e mais explicativo possível, não ficando dúvidas do sobre o que se trata. Além disso, a utilização do vocabulário formal nos pipos também demonstra uma tentativa de construir uma imagem diferente daquela do preso, uma imagem que seja adequada àquela situação comunicativa. Apesar de haver adequação da linguagem utilizada nos pipos quando destoam seus receptores, ressaltamos que há uma linguagem específica utilizada pelos detentos, com várias gírias peculiares de grupo. Esse fato faz novos detentos terem a necessidade de apreender esses “novos” vocábulos para a comunicação com outros

detentos, pois, a partir desse conhecimento, eles passam a se inscreverem na formação discursiva própria do ambiente prisional.

Além do uso de gírias, os sujeitos se utilizam, intensamente, de lacunas em suas mensagens, de não ditos, uma vez que a responsabilidade por completar as lacunas de um texto é do enunciatário, que deve conhecer o contexto em que aquele discurso foi produzido para que lhe seja coerente. Esses não ditos, quando percebidos pelo sujeito adequado, são completados pelos constituintes da memória discursiva e se fazem coerentes, assim tornando a comunicação efetiva entre eles. Porém, caso um agente leia essa mensagem e não conheça as condições em que ela foi produzida, a capacidade de interpretação será afetada, já que pode não preencher as lacunas que o discurso apresenta. Essa estratégia de usar os não ditos é distinta das alcunhas e da localização, pois está focada em ocultar a mensagem que está sendo passada, enquanto a outra busca ocultar os sujeitos que estão passando a mensagem.

Portanto, toda constituição dos pipos ocorre com base em receptores específicos em condições de possibilidades específicas e, devido a isso, há o uso ora da linguagem informal, ora da linguagem formal, o uso ora de não ditos, ora de “riqueza” explicativa, o uso ora de gírias, ora de vocabulários específicos, como do campo do Direito. Todas essas mutabilidades demonstram além da busca por se ocultar determinadas informações ou explicitá-las, salientam, principalmente, as posições-sujeito assumidas em condições de possibilidades específicas. Assim, todas essas possibilidades aumentam os efeitos de sentidos produzidos pelos discursos em questão, já que cada sujeito é atravessado por discursos sócio-históricos que contribuem para formação desses sentidos, afinal, conforme Foucault (2022, p. 118):

[...] a função enunciativa – mostrando assim que não é pura e simples construção de elementos prévios – não se pode exercer sobre uma frase ou posição em estado livre. Não basta dizer uma frase, nem mesmo basta dizê-la em uma relação determinada com um campo de objetos ou em uma relação determinada com um sujeito, para que haja enunciado –, para que se trate de um enunciado é preciso relacioná-la com todo um campo adjacente. Ou antes, visto que não se trata de uma relação suplementar que vem se imprimir sobre as outras, não se pode dizer uma frase, não se pode fazer com que ela chegue a uma existência de enunciado sem que seja utilizado um espaço colateral/ um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados.

Apesar de os pipos terem sido “criados” para a comunicação entre detentos de forma velada e, até hoje, essa troca ser proibida, os pipos assumiram novas funções sociais no sistema penitenciário. Atualmente, na penitenciária em questão, os pipos são utilizados, com autorização dos responsáveis pelo estabelecimento, para comunicação com os setores administrativos do local, como setor jurídico, setor educacional, setor social, setor médico e todos os outros com os quais eles tenham alguma mensagem a transmitir.

Isso ocorreu principalmente pela necessidade de atendimentos que os detentos possuem e pela impossibilidade deles ocorrerem devido ao número alto de sujeitos a serem assistidos e ao número baixo de funcionários para atendê-los. Isto é, antes disso, para um detento requisitar algo, como colchão, coberta, parecer jurídico, consulta de dentista, ele precisava ser recebido pelo profissional responsável, o que acarretava uma demora extrema para essa necessidade devido às condições já citadas. Com os pipos, pedidos que não necessitam ser presenciais são atendidos de forma mais ágil e efetiva, como encaminhar, por exemplo, material de higiene a um detento, ou um livro que ele requirite ao setor educacional.

Essa nova possibilidade, porém, fez que os detentos, normalmente com conhecimentos linguísticos formais escassos por não possuírem, em sua maioria, nem Ensino Fundamental I completo, fossem expostos a uma condição comunicativa que exigia conhecimento de vocabulários mais formais. Logo, a necessidade de utilizarem vocabulário mais voltado para a normal padrão se fez necessária, uma vez que agora precisam ser mais claros e objetivos para que seus pedidos sejam atendidos e “mais respeitosos” com uma classe dominante distinta da dos detentos.

Nessa nova condição de possibilidade, os detentos buscam se aproximar o máximo possível da utilização da norma-padrão, mesmo com vários desvios gramaticais, para se comunicarem com um sujeito que ocupa uma posição-sujeito privilegiada dentro das regularidades discursivas que organizam esse campo. Sendo assim, nos pipos encaminhados aos setores administrativos, raramente, há utilização de gírias e de não ditos, pois isso afetaria o entendimento do enunciatário e dificultaria que o pedido feito fosse atendido.

Além disso, os pipos destinados aos setores administrativos são constituídos, além da mensagem, por nomes próprios completos e pela localização na penitenciária. Logicamente que, apesar de ainda pedir algo ou passar alguma informação, o pipo agora não é ilícito, sendo uma forma de comunicação “formal” para com os setores administrativos a fim de possibilitarem o melhor funcionamento da penitenciária, bem como o bem-estar de cada sujeito.

Assim, devido à nova condição a que agora está destinado, o pipo mostra-se como um gênero discursivo versátil e de extrema importância, tanto para o funcionamento da penitenciária e para os atendimentos de pedidos que podem ser resolvidos a distância quanto para troca de informação e para comunicação entre os próprios detentos, que ainda se faz proibida.

3.2 DISCURSO MATERIALIZADO

Abordamos que os pipos são versáteis e compostos de variedades vocabulares de acordo com seu enunciário. Porém, a comunicação dos detentos se faz variável por se comunicarem não apenas com os próprios detentos que, apesar de terem a comunicação censurada em vários momentos, estão em constante interação, seja dentro da cela, seja no pátio de sol, seja por meio dos pipos com foco na utilização do vocabulário gírio e dos não ditos, mas também, por linguagem verbal, com os setores administrativos, os quais estão condicionados a valorizar a normal padrão e o vocabulário formal da Língua Portuguesa, exigindo que os sujeitos apenados também se utilizem deles. Assim, as formações discursivas são ativadas pelas condições de possibilidades para que os discursos se enquadrem em situações enunciativas determinadas.

Devido a essa condição, ressaltamos que toda sociedade é constituída por grupos sociais menores, os quais são interpelados por diferentes ideologias. Logo, podemos considerar que, apesar de terem sido retirados da sociedade livre, os detentos ainda fazem parte de uma sociedade, uma vez que, segundo Horton e Hunt (1980), várias pessoas que visam a um mesmo ideal são consideradas um grupo social, o qual possui a consciência de que a interação entre todo conjunto é de extrema importância. Afinal, segundo Goffman (2017, p. 11 – 12),

A sociedade estabelece meios de categorizar de pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm possibilidade de serem neles encontradas. As rotinas de relação social em ambientes estabelecidos nos permitem um relacionamento com “outras pessoas” previstas sem atenção ou reflexão particular. Então, quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, a sua “identidade social” – para usar um termo melhor que “*status* social”, já que nele se incluem atributos como “honestidade”, da mesma forma que atributos estruturais, como “ocupação”.

A partir dessa percepção, consideramos que os sujeitos continuam a ser expostos a discursos diversos e de grupos diversos, pois, na penitenciária, possuem contato com detentos, com agentes penitenciários, com advogados, com professores, com enfermeiros entre outros sujeitos que são constituídos por vários discursos e que contribuem diretamente para exposição dos detentos a discursos que não são comumente utilizados entre detentos. Abordamos também que os grupos que compõem a penitenciária, assim como ocorre com todo e qualquer sujeito, possuem FDs distintas, porém, devido à situação de interação (sistema prisional), essas FDs passam a ficar comuns entre eles discursivamente, mas não em relação à posição social, pois ainda são bem-marcados os atributos estruturais.

Assim, a variação vocabular dentro da penitenciária é enorme devido à quantidade de grupos sociais que a constitui. Tais grupos são compostos principalmente por sujeitos que concluíram o ensino básico e têm conhecimento da Língua Portuguesa formal, os funcionários, com exceção da maioria dos detentos. Porém, o vocabulário gírio é usado para a comunicação interna de grupos sociais específicos, o que demonstra que os léxicos são específicos para cada sociedade, cada grupo, e para cada sujeito que faz parte dela para que se comunique com sujeitos que se encontram na mesma condição, afinal as gírias são criadas e estão relacionadas “à linguagem dos grupos socialmente menos favorecidos ou de oposição a um contexto social” (Preti, 2002, p. 1). Tal afirmação explica claramente a condição da sociedade encarcerada, pois faz parte, em sua maioria, de classes menos favorecidas e discriminadas socialmente. Afinal, a composição social da população carcerária brasileira está longe de ser uma coincidência estatística. Somos levados, assim, a identificar uma série de dispositivos de poder que acaba operando sobre determinados corpos. O sistema penal brasileiro não atua apenas como instância

de repressão do crime, mas como tecnologia de gestão de ilegalidades, a depender, principalmente, de interesses políticos e econômicos. Por comporem, historicamente, uma classe mais vulnerável a cometerem crimes, os menos favorecidos (aquisitiva e intelectualmente falando) tornam-se alvos privilegiados da vigilância, do controle e da punição. A prisão, portanto, funciona como mecanismo de normalização e de disciplina, reforçando desigualdades estruturais ao mesmo tempo em que conduz sujeitos marcados pela estigmatização e pela exclusão. Nesse sentido, podemos pensar que a estrutura carcerária é, em última instância, uma engrenagem fundamental na suposta manutenção da ordem social vigente.

Mesmo as gírias variando e sendo específicas de grupos determinados, devido ao contato contínuo com elas, mesmo que o sujeito não faça parte diretamente daquela sociedade, como os agente que não fazem parte da sociedade apenada, mas estão expostos a ela com frequência, a apreensão desses vocábulos ocorre de forma automática, uma vez que o conhecimento é desenvolvido por meio do contato com o conteúdo. Assim, apesar de os funcionários não pertencerem ao grupo de apenados, os agentes penitenciários, classe da penitenciária de convívio frequente com os detentos, acabam por deterem conhecimento das gírias. Goffman (2015, p. 53) ressalta que:

Cria-se uma “gíria institucional”, através da qual os internados descrevem os acontecimentos decisivos em seu mundo específico. A equipe dirigente, principalmente em seus níveis inferiores, conhece também essa linguagem, e pode usá-la ao falar com os internados, embora passe a linguagem mais padronizada quando fala com superiores e estranhos. Juntamente com uma gíria, os internados adquirem conhecimento dos vários postos e funcionários, um conjunto de “lendas” sobre o estabelecimento, bem como certa informação comparativa sobre a vida em outras instituições totais semelhantes.

Apesar de as gírias serem criadas especificamente para integrantes de um grupo, com o convívio¹⁹ frequente com ele, acabamos por nos valer do conhecimento vocabular

¹⁹ O autor desta tese obteve contato com o sistema penitenciário em questão, por meio de um estágio para estudantes do curso de Letras da Universidade Estadual de Londrina para trabalhar com o projeto Remição da pena através da leitura, em 2013, do qual participou por cerca de 18 meses. Atuando nessa área, o autor teve contatos diários com todos os setores administrativos da penitenciária, como de Direito, de Serviço Social, de Segurança, entre outros. Foi por esse contato rotineiro com esses diversos setores que apreendeu conhecimentos que envolvem todo funcionamento de uma penitenciária, bem como formas de comunicações específicas do campo militar, como o Código Q, linguagem essa que jamais havia ouvido.

deles. Sendo assim, os agentes penitenciários, por possuírem mais contato com os apenados, acabam por conhecer as gírias, assim como os apenados, com o convívio frequente com os agentes penitenciários, também, adquirem conhecimentos de vocabulários específicos deles, tanto da normal padrão da Língua Portuguesa quanto do Código Q, por exemplo, que é usado para a comunicação entre os agentes e as situações rotineiras, de risco ou não, que ocorrem na penitenciária.

Devido a essa apreensão de sentidos das gírias por parte dos agentes e à importância de tentar ao máximo ocultar o que se diz nos pipos entre detentos, há necessidade de mudanças frequentes de gírias para que os sentidos fiquem menos claros caso um pipo seja interceptado. Porém, como o conhecimento desses vocábulos e desses sentidos é inevitável, há a utilização também de não ditos nos discursos, visto que, para completar as lacunas neles, o sujeito necessita de conhecimentos específicos de condições de possibilidades específicas, já que a memória discursiva atua ativamente para “completar” essas lacunas de forma que os efeitos de sentidos se mostrem coerentes naquelas condições.

Ressaltamos que essas formações discursivas que atravessam o sistema prisional, tanto por parte dos agentes quanto por parte dos detentos, são extremamente necessárias devido aos fatores comunicativos dentro da penitenciária, afinal os agentes e os detentos ocupam posições discursivas diferentes, o que gere modos específicos de comunicação dentro da penitenciária. Primeiramente, para os agentes, esse novo saber é necessário para que compreendam o que está sendo transmitido pelos detentos e consigam identificar se comprometem o bom funcionamento da instituição ou não, para que possam agir de forma preventiva. Além disso, a utilização dessas gírias é necessária também para a comunicação com os detentos, para que, apesar de não fazerem parte do grupo, haja demonstração de conhecimento. Em segundo plano, para os detentos, o conhecimento de vocábulos pertencentes à normal padrão é necessário para a comunicação com os funcionários do Estado, já que esses possuem, no mínimo, Ensino

Esse mesmo contato se deu também com os detentos da penitenciária, por meio das aulas ministradas do projeto e por ser responsável pela organização da biblioteca, na qual dois detentos trabalhavam, sendo o contato com eles era mais frequente do que com os outros. Assim teve a oportunidade de conhecer um pouco do vocabulário gírio utilizado pelos detentos e suas significações, bem como às estratégias comunicativas utilizadas para interação, tanto com os detentos quanto com os setores administrativos, sendo elas orais ou escritas.

Médio completo e, teoricamente, maior conhecimento vocabular em relação aos detentos. Logo, para que melhor se comuniquem com os setores administrativos, sem utilizarem gírias, há a necessidade de conhecerem termos mais formais, mais ligados à norma padrão da Língua Portuguesa para que, assim, possam produzir discursos mais “adequados” aos seus enunciatários e produzirem justamente uma imagem de si ligada ao discurso materializado por eles, não apenas a estereotipada socialmente do detento.

Além de as gírias serem vocábulos desenvolvidos para a comunicação de sujeitos pertencentes a um mesmo grupo social, devemos ressaltar que vão além de palavras apenas para comunicar. Essas palavras possuem cargas semânticas identitárias de como esse grupo se vê na sociedade à qual pertence, bem como esse grupo percebe os sujeitos de outros grupos da sociedade. Um exemplo dessa percepção de posição social é em relação a um termo utilizado para determinar a cela na qual os detentos ficam presos. Esses sujeitos, normalmente, para se referirem a esse ambiente físico, utilizam-se do termo “jaula”, o que pode denotar várias percepções que esse grupo possui dele mesmo, uma vez que estão presos por determinação de um poder social maior, o Estado, e sem possibilidade de sair da “jaula” até cumprirem a pena, bem como também ressalta a condição animalesca à qual estão expostos, de estarem presos como animais maltratados, ou seja, os detentos se percebem, conforme Preti (2002, p. 4), como os “animais da sociedade”.

Essas mutabilidades e aquisições discursivas que ocorrem na sociedade apenada, ou seja, nas instituições totais²⁰, são essenciais porque trata-se de grupos marginalizados excluídos de interações sociais do mundo exterior, de interações com sujeitos que mantêm seus direitos constitucionais preservados.

Ressaltamos que a comunicação com o mundo exterior é um direito dos detentos garantido pela Lei de Execução Penal no Artigo 41, inciso XV, da Lei nº 7.210²¹, o qual prega que “Constituem direitos do preso: XV – contato com o mundo exterior por meio de

²⁰ Segundo Goffman (2015, p. 11), “Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. As prisões servem como exemplo claro disso, desde que consideremos que o aspecto característico de prisões pode ser encontrado em instituições cujos participantes não se comportaram de forma ilegal”.

²¹ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 26 out. 2025.

correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes”. Além dessa lei, há também o artigo 185²², parágrafo 5º do Código de Processo Penal e a Resolução nº 14 do 1994, editada pelo Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), no artigo 33, § 1º²³, que também prega que o preso tem direito de comunicação tanto com seus defensores quanto com outras pessoas de formas variadas, porém todas as comunicações devem ser supervisionadas.

Logo, o “detalhe” dessas comunicações serem supervisionadas para que se garantam que assuntos ilícitos não sejam abordados é o que impossibilita que os presos possuam a prática comum de comunicação com o mundo exterior, uma vez que as penitenciárias não possuem estruturas adequadas²⁴ para isso. Ou seja, apesar de ser um direito, as condições em que os detentos estão inseridos impedem que possuam acesso a ele, pois, sem a supervisão, não há como garantir que os assuntos tratados não interfiram na moral e nos bons costumes, refletindo na dificuldade/impossibilidade de comunicação.

3.3 A HETEROGENEIDADE DISCURSIVA DOS PIPOS

Iniciamos ressaltando que a sociedade é constituída por diversas vozes que atravessam a história, por diversas e distintas ideologias conjuntamente com a evolução

²² “**Art. 185.** O acusado que comparecer perante a autoridade judiciária, no curso do processo penal, será qualificado e interrogado na presença de seu defensor, constituído ou nomeado. § 5º Em qualquer modalidade de interrogatório, o juiz garantirá ao réu o direito de entrevista prévia e reservada com seu defensor; se realizado por videoconferência, fica também garantido o acesso a canais telefônicos reservados para comunicação entre o defensor que esteja no presídio e o advogado presente na sala de audiência do Fórum, e entre este e o preso.”. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm>. Acesso em: 26 de out. 2025.

²³ “**Art. 33.** O preso estará autorizado a comunicar-se periodicamente, sob vigilância, com sua família, parentes, amigos ou instituições idôneas, por correspondência ou visitas. § 1º. A correspondência do preso analfabeto por ser, a seu pedido, lida e escrita por um servidor ou alguém por ele indicado.”. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/pt-br/composicao/cnppc/resolucoes/1994/resolucao-no-14-de-11-de-novembro-de-1994.pdf/view>. Acesso em: 26 out. 2025.

²⁴ Ao abordarmos a deficiência estrutural, salientamos não apenas a estrutura física em si, a qual é inadequada para quantidade de presos que comporta, mas também e principalmente os funcionários que garantem o bom funcionamento dessa instituição, pois há uma grande demanda a ser atendida e um espaço limitado para atendê-la, bem como uma quantidade de funcionários inferior à necessária para que todas as medidas de segurança sejam cumpridas. Portanto, a superlotação das penitenciárias e a quantidade baixa de funcionários impossibilita que esse direito de comunicação com o mundo externo seja garantido.

da humanidade. Porém, em determinadas épocas, essas ideologias sofrem mutações as quais ocorrem devido às condições de possibilidades específicas que determinam os sujeitos e os discursos por eles proferidos como comuns a toda sociedade, isto é, cada momento histórico é constituído por diversos discursos que são ecos do passado, porém adaptados com as novas condições sociais para que haja um que estabeleça as regras a serem seguidas, como a Constituição Federal brasileira hoje.

Entretanto, além de um discurso dominante geral, determinado por autoridades que veem os outros sujeitos como submissos, há outros discursos normalmente pautados no discurso geral, os quais compõem diversos grupos sociais, normalmente discursos de oposição. Assim, o processo de dominação discursiva não é unilateral, mas plurilateral, já que os discursos vão sendo alterados não apenas com o tempo e por uma classe dominante, mas por todas as classes de acordo com as condições de possibilidades em que se encontram. Isto é, toda prática discursiva é marcada por relações de poder que se opõem a outras, sendo estabelecidas por macro ou por micropoderes.

A partir disso, abordamos que os sujeitos não possuem originalidade discursiva, uma vez que são constituídos por vozes históricas que determinam suas atuações na sociedade em que estão inseridos, já que todo discurso produzido é resultado de um compilado de informações sócio-históricas que constituem o “dono” daquele discurso. Porém, para os sujeitos, há a ilusão de originalidade discursiva por não se atentarem ao como são formados pela história, por se esquecerem de suas bases formativas como sujeitos. Assim, sobre os discursos e suas produções, Foucault (2022, p. 30) cita que

[...] todo discurso manifesto repousaria secretamente sobre um já-dito; e que este já-dito não seria simplesmente uma frase já pronunciada, um texto já escrito, mas um “jamais-dito”, um discurso sem corpo, uma voz tão silenciosa quanto um sopro, uma escrita que não é senão um vazio de seu próprio rastro. Supõe-se, assim, que tudo que um discurso formula já se encontra articulado nesse meio-silêncio que lhe é prévio, que continua a correr obstinadamente sob ele, mas que ele recobre e faz calar.

Portanto, afirmamos que os sujeitos, bem como toda sociedade, são constituídos/formados no decorrer de suas experiências vividas por diversas vozes, por diversos discursos, os quais os moldam ininterruptamente, por meio da oposição entre esses discursos, para que aja socialmente em diversas situações distintas a fim de

assumir posições de sujeito na sociedade. Levando isso em consideração, ressaltamos que, por meio dos discursos e de seus efeitos de sentido, os sujeitos discursivos assumem diversas posições sociais de acordo com as condições em que estão inseridos.

Além disso, abordamos que a posição assumida pelo sujeito, considerando o momento histórico, a classe social, a condição de produção..., é de extrema importância para que o discurso seja produzido, uma vez que, conforme Fernandes (2007, p. 28),

O lugar histórico-social em que os sujeitos enunciadore de determinados discursos se encontram envolve o contexto e a situação e *intervém a título de* condições de produção do discurso. Não se trata da realidade física e sim de um objeto imaginário socioideológico.

Com isso abordamos que todo discurso, para ser produzido pelos sujeitos, possui como bases não apenas as formações discursivas e as ideológicas, mas toda condição real e imaginária nas quais se encontra para que, assim, seus discursos materializem-se adequadamente a elas, já que há necessidade de se enquadrar em determinada condição enunciativa para que seja levado em consideração de forma coerente.

Assim, abordamos os sujeitos apenados, os produtores dos pipos, os quais se encontram em condições de possibilidades reais distintas das que foram formados²⁵, pois agora se encontram presos. Nessa nova condição social, condição de sujeito detento, há necessidade de se enquadrarem a uma nova realidade, uma vez que são determinados por diversos estereótipos “novos”, isto é, há necessidade de uma adequação discursiva para que se comuniquem de forma eficiente, pois, segundo Fernandes (2007, p. 35),

A voz desse sujeito revela o lugar social; logo, expressa um conjunto de outras vozes integrantes de dada realidade social; de sua voz ecoam vozes constitutivas e/ou integrantes desse lugar sócio-histórico. [...] Compreender o sujeito discursivo requer compreender quais são as vozes sociais que se fazem presentes em sua vez.

Logo, como já abordamos, todo discurso é constituído por diversas vozes sociais,

²⁵ Salientamos que os sujeitos apenados são constituídos/formados em uma sociedade “aberta”, livre, na qual possuem contato com diversos discursos que os determinam, bem como todo sujeito. Porém, ao serem condenados, vão para uma instituição de privação de liberdade em que são privados de ir e vir, privados de se expressar, ou seja, encontram-se em condições reais distintas das quais foram formados, foram instruídos, necessitando, assim, adaptarem-se a essa nova realidade discursivamente, uma vez que as relações de poderes são mais explícitas, impositivas e punitivas.

as quais os atravessam e os moldam, ou seja, a partir do discurso, podemos perceber as vozes que constituem os sujeitos e identificar, mesmo que de forma imaginária, por meio da nossa memória discursiva, a condição em que o sujeito produtor daquele discurso se encontra e, assim, analisá-los/julgá-los de forma positiva, negativa ou ambas.

Devido a tal percepção, os discursos (re)produzidos pelos apenados, por meio dos pipos, denotam posições discursivas distintas daquela pela qual são vistos socialmente, da qual são estereotipados, de acordo com condições de possibilidades específicas, uma vez que necessitam se adequar discursivamente a cada setor a que se dirigirem, para tentarem conseguir, por meio do pipo e da posição assumida, do discurso, o que desejam/necessitam, desde produtos de higiene a informações processuais. Para tanto, os discursos são produzidos com estratégias que visam uma tentativa de adequação às condições de comunicação para tentarem estabelecer uma imagem distinta da estereotipada socialmente, como a utilização de vocabulários mais formais, mais respeitosos, de saudações coerentes com o contexto do receptor entre outras.

Assim, a utilização de discursos mais adequados às formações discursivas dos receptores possibilita uma maior identificação entre ambos, afinal, os enunciados não são desconectados, eles, conforme Bakhtin (2000, p. 316),

Não são indiferentes uns dos outros nem auto-suficientes; conhecem-se uns aos outros, refletem-se mutuamente. São precisamente esses reflexos recíprocos que lhes determinam o carácter. O enunciado está repleto dos ecos e lembranças de outros enunciados, aos quais está vinculado no interior de uma esfera comum da comunicação.

Portanto, afirmamos que todo discurso possui ecos de outros discursos e esse fato os colocam interligados, compondo assim uma estrutura dependente que não possui sentido fixo, mas efeitos de sentidos determinados por condições diversas. Dessa forma, os sentidos não são únicos, mas maleáveis por conter outras vozes. Afinal, o discurso é uma forma de produção social, de posicionar-se socialmente. Assim, não há neutralidade discursiva, pois é com base na ideologia dos sujeitos que todo discurso é produzido, assim, sendo sempre, uma manifestação ideológica do sujeito, mesmo que inconscientemente (Foucault, 2014).

Concluimos que a heterogeneidade discursiva, de acordo com Authier-Revuz

(1990) é um fato, uma vez que os discursos são formados historicamente, socialmente e ideologicamente, ou seja, os discursos possuem, em si, diversos atravessamentos de vozes as quais possibilitam, assim, diversos sentidos, logo esses sentidos são expostos ao receptor, o qual, por meio de toda sua constituição como sujeito social, por meio de todas suas formações, de todas as vozes que o atravessam, pela memórias discursivas e pelas condições de possibilidades apreende os sentidos, os efeitos de sentidos, do discurso ao qual tem acesso.

3.4 ARGUMENTAÇÃO, *ETHOS* E ESTEREÓTIPOS NOS PIPOS

Salientamos, aqui, que todo discurso é formado por traços históricos, sociais e ideológicos. Tal fato comprova que todo discurso é argumentativo por natureza. A partir dessa afirmação, ressaltamos que os sujeitos, que sempre estão inseridos em condições de possibilidades, sendo elas reais ou imaginárias, também são constituídos por diversas vozes, as quais são “responsáveis” por moldar o discurso produzido por eles, conforme ressalta Fiorin (2006, p. 60) ao dizer que: “A história não é exterior ao sentido, mas é interior a ele, pois ele é que é histórico, já que se constitui fundamentalmente no confronto, na contradição, na oposição das vozes que entrecrocaram na arena da realidade”.

Logo, quando se trata de argumentação e discurso, há a necessidade de abordar, para fins didáticos e contextuais, que a ciência mais antiga que se vale de tal temática relacionada à linguagem é a Retórica, que surgiu concretamente no século V a. C. com a publicação de um “tratado” de argumentação realizado por Córax e Tísias, os quais são considerados os primeiros retores. Porém a sistematização da argumentação, do pensamento grego, foi feita por Aristóteles (383 – 322 a. C.), com base nas ideias de Platão, de quem foi discípulo, com a conclusão do trabalho “Arte Retórica” que busca a persuasão não em áreas específicas, mas em áreas diversas a partir de três fatores principais: *ethos* – carácter do orador; *páthos* – os argumentos expostos aos ouvintes; *logos* – o próprio discurso.

Esses três conceitos são de extrema importância para a argumentação, uma vez que, conforme Osakabe (1999, p. 10),

O ato de argumentar parece estar fundado em três atos distintos: um ato de “promover” o ouvinte para um lugar de decisão na estrutura política; um ato de “envolvê-lo” de forma tal a anular a possibilidade da crítica; e um ato de “engajar” o ouvinte numa mesma posição ou mesma tarefa política.

Sendo assim, a Retórica é responsável por englobar os níveis discursivos em sua totalidade a fim de que o orador possa ser mais preciso argumentativamente e aproximar-se mais de seu enunciatário e consecutivamente de seu objetivo discursivo, ou seja, há necessidade de conhecer o público referente para que, assim, possa adequar o discurso e possa convencê-lo por meio de “argumentos”. Logo todo conhecimento sobre o público-alvo contribui positivamente para a efetividade de criação do discurso, bem como para a aceitação dele.

Dessa forma, ressaltamos que os discursos são construídos de forma argumentativa inerentemente, formas essas que devem ser moldadas de acordo com o público ao qual são destinados. Portanto a argumentatividade discursiva depende da adequação ao auditório, sendo utilizadas estratégias objetivas e/ou subjetivas, dependendo da condição de possibilidade em que o discurso é produzido e para quem.

No século XIX, a Retórica fica estagnada, porém, no século XX, passa a somar-se a outras áreas de estudos, acarretando uma retomada e em uma expansão da arte da retórica na sociedade. Tal fato possibilita afirmar que, segundo Ducrot e Todorov (1972, p. 80), [...] hoje em dia, são a Estilística, a Análise do Discurso, a própria Lingüística que retomam, numa perspectiva diferente, os problemas que constituíam o objeto da Retórica”.

Assim, no século XX, há a retomada da Retórica e a revalorização dela, uma vez que passa a ser abordada em conjunto com outras teorias de campos distintos. Afinal, conforme Oliveira (2004, p. 119):

O século XX, depois de assistir ao aparecimento das teorias estilísticas de Bally e Vossler, presencia um verdadeiro processo de revalorização da Retórica, pois a segunda metade desse século é marcada pelos estudos sobre a argumentação, reflexões que perpassam pelos vários ramos do campo da linguagem: Nova Retórica, Análise do Discurso, Pragmática, Análise da Conversação, Teoria dos Atos de Fala, Teoria da Enunciação e Semântica Argumentativa, entre outros.

Essas abordagens/ramificações da Retórica criam uma percepção dos sujeitos, uma vez que são vistos, agora, como ativos no processo comunicativo, ou seja, há o processo de intersubjetividade que aborda a língua em movimento. Assim, segundo Benveniste (1995, p. 84), precursor da Teoria da Enunciação, “a língua fornece o instrumento de um discurso no qual a personalidade se liberta e se cria, atinge o outro e faz-se reconhecer por ele”.

A partir disso, dessa evolução teórica, a situação comunicativa passa a ser abordada como base para comunicação, uma vez que todo sujeito possui estados intersubjetivos, isto é, segundo Castro (1996, p. 31):

[...] a intersubjetividade é o estado resultante do ato comunicativo. Ela representa a transcendência do mundo privado de cada um dos participantes do diálogo: fala-se a partir das “premissas do ouvinte” e ouve-se a partir das “premissas do falante”. Há, pois, uma condição para o sucesso do “estado intersubjetivo”: é preciso tomar o papel do outro.

Dessa forma, hoje, a argumentação focaliza, segundo Barbisan (2013, p. 21), “o sentido linguístico que se produz, não da língua, mas no discurso, ou seja, no emprego da língua”. Como consequência dessa abordagem, não se tem o discurso como objetivo, porém como subjetivo, já que os vocábulos possuem significações variáveis de acordo com o sujeito que os recebe. Assim, conforme Barbisan e Graeff (2016, p 26), “A teoria da Argumentação na língua rejeita o aspecto *objetivo*, considerando que a linguagem não descreve diretamente a realidade. Ela só o faz pelos aspectos subjetivos e intersubjetivos”.

Logo, partimos da premissa que todo discurso é argumentativo, e, devido a isso, segundo Koch (2011, p. 17):

[...] o **ato de argumentar**, isto é, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui o ato linguístico fundamental, pois a **todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia**, na acepção mais ampla do termo. A neutralidade é apenas um mito: o discurso que se pretende “neutro”, ingênuo, contém também uma ideologia – a de sua própria objetividade.

Assim, partindo da premissa de que todo discurso é argumentativo, consideramos todo processo de produção e de recepção discursiva como um ato subjetivo que depende

tanto do sujeito e de sua subjetividade quanto da condição em que é produzido. Devido a tal fato, abordaremos os conceitos de *páthos*, de *logos* e, principalmente, de *ethos*, os quais foram definidos por Aristóteles, com base na função dos discursos de sua época quando, segundo Maingueneau (1997, p. 46), “[...] a Retórica antiga organizava-se em torno da palavra viva e integrada conseqüentemente, o aspecto físico do orador, seus gestos, bem como sua entonação”. Assim, esses três conceitos foram baseados no discurso falado apenas, tendo como base a pessoa física e o que ela representava.

Hoje, esses três conceitos ainda são utilizados para abordagens argumentativas, porém não mais com base apenas no discurso falado, mas em todo discurso materializado. Logo, importa-nos abordar, resumidamente, que *páthos* é o teor argumentativo responsável pelas emoções que são despertadas no receptor a partir dos fatores discursivos, sendo, no nosso caso, percebido a partir dos estereótipos e das condições de possibilidades abordas pelos sujeitos produtores dos discursos, os detentos. *Logos* é a materialização da lógica a partir do discurso, pautando-se em fatores racionais para construções discursivas, tendo como base o foco nos direitos que os detentos possuem. Já *ethos* é responsável pela imagem que esse receptor (re)cria do sujeito a partir dos vários fatores discursivos estabelecidos, no caso, os sujeitos já possuem uma imagem pré-determinada socialmente de todos os detentos, a qual pode ser (re)formulada por meio dos discursos por eles produzidos. Assim, a competência argumentativa não é formada apenas por um desses conceitos, mas sim pelos três que funcionam harmoniosamente para que o argumento seja construído de forma coesa e coerente para, tentar, alcançar os objetivos desejados. Sendo assim, afirmamos que a percepção do *ethos* ocasionada no receptor interfere diretamente na “funcionalidade” discursiva, uma vez que pode assumir posições negativas e/ou positivas, as quais contribuirão, ou não, para eficácia argumentativa do discurso, no *logos*, alcançando o emocional do receptor, *páthos*, a fim de constar a eficácia discursiva desejada.

A teoria da Análise do Discurso francesa trabalha com a ideia de *ethos* de forma discursiva ampla, abordando-o em todo tipo de discurso, não apenas no oral, como abordava Aristóteles. Dessa forma, há uma reformulação desse conceito por se tratar de épocas e de materialidades distintas. Assim, conforme Maingueneau (2008, p. 17):

A meu ver, a noção de *ethos*, que mantém um laço crucial com a reflexividade enunciativa, permite articular corpo e discurso para além de uma posição empírica entre oral e escrito. A instância subjetiva que se manifesta no discurso não se deixa conceber apenas como um astuto (professor, profeta, amigo...) associado a uma cena genérica ou cenografia, mas como “voz” indissociável de um corpo enunciante historicamente especificado. A retórica tradicional aristotélica ligou estreitamente o *ethos* à eloquência, à em situação de fala pública (assembléia, tribunal...), mas cremos que, em vez de reservá-la para a oralidade, solene ou não, é preferível alargar seu alcance, abarcando todo tipo de texto, tanto os orais como os escritos.

Assim, toda materialização discursiva é formada por estruturas pré-determinadas que influenciam diretamente na percepção do receptor, isto é, o discurso e suas marcas formam, no receptor, a partir do acionamento das memórias discursivas, estereótipos que guiarão a construção da imagem do sujeito. Assim, como aborda Maingueneau (2000, p. 177), por meio do *ethos*, “[...] o enunciador se investe de uma identidade e confere uma a seu ouvinte/leitor” e, com isso, (re)constrói uma imagem do enunciador em seu receptor a qual atuará juntamente com o discurso.

Salientamos que partimos da análise do *ethos* discursivo na forma escrita, uma vez que o *corpus* deste trabalho assim se dá. Logo, os sujeitos produtores dos discursos, nos pipos, valem-se de um *ethos* pré-determinado negativo, estereotipado, e partem dessa premissa para se comunicarem com seus receptores, afinal, conforme Amossy (2018, p. 120):

Na realidade, o poder das palavras deriva da adequação entre a função social do locutor e seu discurso: o discurso não pode ter autoridade se não for pronunciado pela pessoa legitimada a pronunciá-lo em uma situação legítima, portanto, diante dos receptores legítimos.

Dessa forma, o *ethos* é de extrema importância para eficácia discursiva desejada, uma vez que, por meio dele, o sujeito se posiciona em determinada condição de possibilidade a fim de se comunicar de uma posição discursiva desejada para persuasão do receptor. Assim, ressaltamos que, segundo Amossy (2018), há dois tipos de *ethos*: o discursivo, que se refere à imagem criada por meio do discurso produzido, a imagem que transmite por seu discurso; e o pré-discursivo, ou prévio, que se refere à imagem que o receptor já possui do alocutário por meio de conceitos determinados socialmente e

historicamente, os estereótipos. Assim, Amossy (2018, p. 90) aborda que “O *ethos* prévio é elaborado com base no papel que o orador exerce no espaço social (suas funções institucionais, seu *status* e seu poder), mas também como base na representação coletiva ou no estereótipo que circula sobre sua pessoa”.

Salientamos que os sujeitos produtores do *corpus* possuem um *ethos* pré-discursivo negativo perante a sociedade, uma vez que foram retirados da sociedade comum, livre, para serem ressocializados em uma sociedade específica, sem liberdade. Assim, há grande necessidade de tentarem (re)construir um *ethos* discursivo que contraria os estereótipos do *ethos* pré-discursivo por meio da linguagem verbal escrita nos pipos, para que passem a não serem vistos de forma negativa, ou tão negativa, a fim de se mostrarem, talvez, merecedores de atenção e de atendimento, ou seja, a construção da imagem por meio dos pipos precisa ser positiva a fim de combater a imagem negativa já enraizada na sociedade. Afinal, como salienta Maingueneau (2019, p. 13):

[...] a prova pelo *ethos* consiste em causar boa impressão pela forma como se constrói o discurso, a dar uma imagem de si capaz de convencer o auditório, ganhando sua confiança. O destinatário deve, então, atribuir certas propriedades à instância que é posta como fonte do acontecimento enunciativo.

Portanto, ressaltamos que o *corpus* deste trabalho são pipos de detentos que possuem destinatários distintos, sendo eles constituintes dos setores administrativo, de Direito, de Pedagogia, de Serviço Social, e para os próprios detentos. Por tal motivo, a alternância de estratégias argumentativas é necessária, uma vez que precisam (tentam) construir imagens positivas a receptores distintos, isto é, uma mesma construção discursiva não será eficaz a ponto de formar uma imagem positiva já que os receptores são distintos em crenças, em preconceitos, em realidades sociais etc. Logo, cabe aos sujeitos apenas tentarem produzir *ethe* discursivos, sendo eles verdadeiros ou mentirosos, a fim de convencer os receptores a crerem neles por meio de vocabulários formais, por demonstração de humildade, por citação de leis, por educação, por exemplo, quando se trata de funcionários, bem como de vocabulários gírios, de não ditos, da utilização de alcunhas, por exemplo, quando se trata dos próprios apenas e, assim,

conquistarem o que desejam por meio do discurso e da (re)formulação de um *ethos*.

Essa necessidade de tentar construir um *ethos* discursivo por meio de estratégias linguísticas se dá devido à existência de um *ethos* pré-discursivo na sociedade, mas mais especificamente dentro do próprio sistema prisional, já que abordamos, neste trabalho, diretamente discursos produzidos por sujeitos apenados. Assim, de acordo com Maingueneau (2019, p. 17),

O *ethos* pode ser concebido como *mais ou menos fixo, convencional vs ousado, singular*. É evidente que existem, para um dado grupo social, *ethe* fixados, que são relativamente estáveis, convencionais. Mas não é menos evidente que existe também a possibilidade de jogar com esses *ethe* convencionais.

Sendo assim, afirmamos que os *ethe* pré-discursivos são formados devido a vários acontecimentos sócio-históricos e podem se alternar com o passar do tempo devido às condições de possibilidades distintas, porém são sempre formados a partir de um imaginário social determinado pelos poderes dominantes, conforme Foucault (2021), para estabelecerem relações/posições de poder na sociedade.

Assim, as imagens de grupos sociais estão ligadas a padrões sociais que determinam os *ethe*, sendo de grupos e de instituições, já que todo e qualquer grupo possui estereótipos determinados na sociedade. Logo, os *ethe* são baseados em interações sociais simbólicas que possuem como base toda uma relação de poderes, ou seja, segundo Amossy (2018, p. 142), “[...] o *ethos* não é somente uma postura que manifesta o pertencimento a um grupo dominante, ele é a imagem de si construída no discurso que influencia opiniões e atitudes”.

Partindo das definições de *ethos* discursivo e de pré-discurso, importa-nos abordar que os estereótipos são diretamente ligados a eles, uma vez que toda imagem, sendo ela negativa e/ou positiva, tem início de construção no imaginário social. Assim, entendemos que os estereótipos são imagens “fixas” em determinados momentos sócio-históricos de acordo com as condições de possibilidades em que se encontram, afinal, esses conceitos determinados de um grupo são culturalmente disseminados nas sociedades e variam de acordo com os poderes dominantes momentâneos. Assim, nas ciências sociais, essa definição de estereótipos determina que são, segundo Amossy

(2018, p. 142):

[...] as imagens do outro e de si que circulam em certa comunidade. Ela vem, nesse sentido, precisar o lugar-comum do qual constitui um aspecto particular na medida em que designa uma representação social, que é um prisma por meio do qual os interactantes percebem os membros de um grupo estrangeiro, ou a sua própria identidade.

Partindo do conceito de estereótipo e de *ethos*, ressaltamos a impossibilidade de abordá-los separadamente, uma vez que os sujeitos apenados, bem como todo grupo social, apresentam imagens pré-determinadas pela sociedade devido a fatores sócio-históricos. Porém o *ethos* pré-discursivo dos detentos é pejorativo para os cidadãos livres, para os funcionários da penitenciária e para os próprios detentos, uma vez que são definidos como sujeitos transgressores das leis comuns, da Constituição Federal de 1988. Além disso, como ramificações da base pejorativa citada, a sociedade os aborda como seres perigosos, não merecedores de confiança, egoístas, entre outras definições que inviabilizam que sejam vistos como sujeitos que podem viver em uma sociedade comum, entre os cidadãos livres. Salientamos, ainda, que os estereótipos e os preconceitos são também bordados entre os próprios detentos. Uma dessas determinações está ligada aos tipos de crimes cometidos por eles, ou seja, o crime que o detento cometeu para estar ali, condenado e encarcerado, também define a imagem assumida por ele naquele meio. Ou seja, além de já ser visto como um sujeito transgressor de leis, também pode ser visto de forma ainda mais negativa a depender do crime cometido, como agressão contra mulher, que determina o detento como covarde, por exemplo.

Como ressaltamos, a abordagem de imagens pré-construídas aqui é indispensável, bem como os fatores sócio-históricos que as constituem, pois as imagens formadas dos sujeitos determinam, segundo Amossy (2018, p. 92):

[...] ao auditório como devem ser vistos e tratados, afinal o *ethos* é dependente de imagens determinadas pelo imaginário social, o qual “se alimenta” dos estereótipos de sua época: a imagem do locutor está necessariamente dominada pelos modelos culturais. É preciso, portanto, ter em conta a imagem que se atribui, em um momento preciso, à imagem do locutor ou à categoria da qual ele participa. É preciso ter acesso ao estoque de imagens de uma dada sociedade ou ainda conhecer a imagem

pública de uma personalidade política ou midiática.

A partir do fato de que toda imagem é determinada sócio-historicamente, salientamos que todo discurso possibilita que estereótipos sejam determinados, uma vez que todos os discursos são atravessados por vozes sócio-históricas que os constituem (Foucault, 2014), isto é, todo discurso é carregado de ideologias as quais determinam imagens sociais por toda carga semântica sócio-histórica que carregam, que são formadas. Portanto, com o fato de que todo discurso é ideológico por natureza, afirmamos que discursos, *ethe* e estereótipos estão diretamente interligados, sendo impossível desvinculá-los, afinal, segundo (Amossy, 2018, p. 131):

Como o lugar-comum ou a ideia pré-concebida, o termo *estereótipo* está tomado por um forte coeficiente de pejoração: ele manifesta o pensamento gregário que desvaloriza a *doxa*²⁶ aos olhos dos contemporâneos. Entretanto, é preciso conceber o estereótipo como um elemento dóxico obrigatório sem o qual não somente nenhuma operação de categorização ou de generalização seria possível, mas também nenhuma construção de identidade e nenhuma relação com o outro poderia ser elaborada.

Sendo assim, todo sujeito e todo grupo social, bem como todas as sociedades, são determinados e pré-determinados pelos *ethe* de acordo com as condições de possibilidades em que se encontram, isto é, segundo Maingueneau (2019, p. 18):

Esse ethos recobre não só a dimensão verbal, mas também o conjunto de determinações físicas e psíquicas ligados ao “fiador” pelas representações coletivas estereotípicas. Assim, atribui-se a ele um “carácter” e uma “corporalidade”, cujos graus de precisão variam segundos os textos. O “carácter” corresponde a um feixe de traços psicológicos. Quanto à “corporalidade”, ela está associada a uma compleição física e a uma maneira de vestir-se. Mais além, o ethos implica uma maneira de se mover no espaço social, uma disciplina tácita do corpo apreendida através de um comportamento. O destinatário a identifica apoiando-se num conjunto difuso de representações sociais avaliadas positiva ou negativamente, em estereótipos que a enunciação contribui para confrontar ou transformar: o velho sábio, o jovem executivo dinâmico, a mocinha romântica...

²⁶ “[...] *doxa* ou opinião comum.” (Amossy, 2018, p. 54)

Concluimos que as noções abordadas de discurso, de *ethos* e de estereótipos são essenciais para este trabalho, já que os sujeitos produtores, os detentos, são atravessados sócio-historicamente por estereótipos negativos os quais determinam como são vistos por toda a sociedade. Uma vez que abordamos especificamente o ambiente prisional, salientamos que as imagens construídas são ainda mais determinadas, pois o ato de condenação já foi concluído e eles estão em processo jurídico de ressocialização. Porém, os estereótipos sociais, muitas vezes, pregam que são sujeitos que não podem ser ressocializados, fato que contribui para formação da imagem negativa contínua. A partir disso, partindo de um *ethos* pré-discursivo de sujeitos criminosos e do estereótipo de que todo detento é perigoso, violento, manipulativo, sem educação básica... cabe aos sujeitos produtores dos pipos tentarem, por meio do discurso escrito, dos pipos, combater esses pré-construídos a fim de conquistarem o que almejam naquele discurso por meio de uma (re)formulação do *ethos*.

CAPÍTULO IV

METODOLOGIA

“O que é afinal um sistema de ensino senão uma ritualização da palavra; senão uma qualificação e uma fixação dos papéis para os sujeitos que falam; senão a constituição de um grupo doutrinário ao menos difuso; senão uma distribuição e uma apropriação do discurso com seus poderes e seus saberes?”

Foucault, 2014, p. 42.

Em 08 de outubro de 2012, o Governo aprovou o projeto de Lei Estadual nº 17.329 do Estado do Paraná, denominado de “Remição da pena através da leitura”²⁷. Em 2013, esse projeto começou a ser aplicado nas penitenciárias do Brasil e, conseqüentemente, nas penitenciárias de Londrina. Para que ele ocorresse de forma mais funcional e com apoio externo, abriram vagas para que a penitenciárias que possuíssem essa prática contratasse alunos do curso de Letras para atuarem como estagiários. Porém, devido a ser um ambiente de alta periculosidade, não havia muitos interessados, e os que se interessavam desistiam no processo. Por meio dessas desistências e da dificuldade de conseguir alunos, a Universidade Estadual de Londrina divulgou essa necessidade, em seus departamentos, aos professores responsáveis por estágios e aos alunos que participavam de algum projeto de pesquisa. Foi por meio dessa divulgação que o professor pesquisador, autor desta tese, ficou sabendo da vaga e se interessou.

Depois de todo trâmite concluído para ser contratado, o professor começou a atuar como estagiário da pedagoga da penitenciária, a qual, na época, estava responsável pelo projeto, e sua aplicação, por ainda não haver uma professora de Língua Portuguesa destinada ao cargo. Assim, devido ao adentramento na penitenciária nessas condições, o professor passou a aplicar o projeto auxiliado pela pedagoga da instituição, ou seja,

²⁷ Esse projeto está respaldado pela Lei Federal 12.433 com determinações do Conselho Nacional e Justiça (CNJ). Ainda, para sua prática na referida penitenciária, contou com Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos juntamente com a Universidade Estadual de Londrina, por meio do Programa para o Desenvolvimento Integrado (PDI Cidadania), para que ocorresse com sucesso.

toda parte de organização da biblioteca, escolha das obras a serem disponibilizadas, reuniões com os detentos para oferecer o projeto, inclusão daqueles que aceitaram participar, ministração de aulas, correção da primeira redação e da refacção e atribuição de notas foram desenvolvidas, harmoniosamente, pelos dois profissionais.

Assim que o professor pesquisador iniciou seu estágio na penitenciária, logo no primeiro dia, já obteve contato com os pipos destinados ao setor educacional, o qual era responsável por toda análise e pela inclusão dos detentos como alunos de processos educativos, como ensino básico, cursos do SENAI, entre outros. No entanto, como o projeto de Remição acontecia em sua maior parte dentro das celas²⁸, a possibilidade de alcançar um número alto de inscritos era grande. Esse fato, a facilidade de participação, tornava a busca pelo projeto muito alta, interesse que só era manifestado por pipos, já que o atendimento presencial ocorria/ocorre apenas em momentos esporádicos. Com o passar dos dias de trabalho, os pipos referidos ao projeto não eram destinados apenas ao setor educacional, nome muito comum usado pelos detentos por não saberem a quem destinar os pipos ou por poder ser destinado a qualquer um que constitua esse setor, que denominamos nas análises de Setor Educacional, mas alguns eram destinados diretamente ao professor pesquisador, pois os detentos tinham conhecimento de quem aplicava o projeto e a quem era necessário pedir algum parecer sobre ele, mesmo que a comunicação entre eles fosse censurada. Isto é, apesar de a comunicação entre os detentos ser controlada, os pipos demonstram que ela ocorria, já que possuíam conhecimento do nome do professor estagiário, mesmo sem terem contato direto com ele, pois a apresentação era feita apenas aos apenados que pediam para se reunir.

Com o decorrer do tempo, o professor pesquisador passou a ter contato diário não apenas com os pipos, mas também com todo funcionamento dele dentro do sistema penitenciário. Afinal, conforme foi se habituando ao ambiente, teve contato com outros setores da penitenciária e com seus funcionários, os quais também recebiam pipos

²⁸ O professor se encontrava pessoalmente com eles normalmente três vezes por mês e não mais de duas horas. No primeiro encontro, para que recebessem o livro e as explicações; no segundo, para que produzissem o resumo ou a resenha; no terceiro, para que refizessem o texto de acordo com as correções apontadas na correção (todo processo deve ser feito presencialmente para que não haja possibilidade de outro detento ler o livro, fazer o texto e burlar as regras) para que fosse corrigido novamente e houvesse atribuição de nota, que, se fosse acima de 60%, indicava a possibilidade de o juiz remir a pena de acordo com a lei.

requisitando algo, como contato com a família ou atendimento psicológico ao setor de serviço social, pareceres de processos ao setor jurídico, pedidos de mantimentos e de mudanças de celas ao setor de segurança, entre vários pedidos adequados à responsabilidade de cada setor. Tal fato fez que a curiosidade do professor crescesse, pois, com o conhecimento de que os detentos, em sua maioria, possuíam apenas o Ensino Fundamental I incompleto, como poderiam utilizar vocabulário pertencente à normal padrão/formal, mesmo que escritos incorretamente, e como podiam possuir conhecimentos de áreas específicas, como da Constituição e de seus direitos?

A partir desses questionamentos, o professor pesquisador começou a repensar o processo de composição dos sujeitos e, aqui, nesta tese, ressalta que todos os sujeitos passam por processos de subjetivações sociais, processos que possibilitam que ajam como sujeitos na sociedade em que se encontram. Porém, quando adentram ao sistema penitenciário, ocorre o processo de dessubjetivação, o qual, segundo Milanez (2021, p. 18),

[...] propõe um caminho que leva, no processo de abandono do eu criado pelo processo de subjetivação do qual ninguém escapa, a uma recriação ou uma dispersão total do sujeito. Isso quer dizer que se o sujeito não vence essa luta de si para consigo diante das relações com o outro, que podem sufocá-lo no interior das práticas coletivas, o sujeito se perde de si, desfalece e antes de reinar novamente soberano de si, se dissolve, metaforicamente pulverizando em outros espaços ou realmente, de fato, desaparece porque, de fato, morre.

A partir desse processo, devido às condições de possibilidades em que os sujeitos apenas se encontram, a dessubjetivação ocorre a fim de que haja a ressubjetivação do sujeito social, marcando a resistência dele, mesmo que de forma inconsciente. Esse percurso ocasiona a ressignificação de forma a possibilitar que “novas” posições-sujeito se materializem por meio do discurso, isto é, esse processo ocasiona que o sujeito discursivo resista a discursos impositivos com os quais não estava familiarizado de forma a tentar materializar, por meio dos pipos, uma verdade de si para que, nessas condições, se preze pelo cuidado de si.

Além disso, conforme foi atuando cada vez mais com atendimentos presenciais, também obteve maior contato com o setor de segurança, local em que foi apresentado a

pipos trocados entre os próprios detentos. A partir disso, mais questionamentos surgiram, pois a comunicação entre os detentos é censurada e, mesmo assim, ainda há a tentativa de que ela ocorra por meio dos pipos. Ao ler vários deles, o professor notou que a forma de se posicionar era distinta em relação aos outros, aos destinados aos setores administrativos, que havia a predominância de vocabulário gírio, de não ditos e de uma consideração de intimidade que não havia nos outros. Essa percepção fez que buscasse explicações com os agentes, os quais abordaram que os apenados faziam o possível para serem vistos/percebidos/identificados, quando mandavam para um setor administrativo e o possível para não serem vistos/percebidos/identificados quando se comunicavam entre eles para que não fossem punidos.

Com esses estímulos e possuindo contato direto com os apenados, principalmente com os quais trabalhava na biblioteca, um responsável pela organização e outro por levar os livros aos presos, passou a questioná-los sobre as funções que os pipos possuíam naquele ambiente e se era uma prática comum entre os detentos. Perguntas que receberam respostas afirmativas e explicações, bem como ressalvas sobre a necessidade de se comunicarem de forma implícita entre eles, pois não podiam se comunicar com outros detentos a não ser que fossem autorizados por alguma autoridade/funcionário. Além disso, ressaltaram que os pipos eram usados com variados objetivos entre eles, como pedir e compartilhar informações diversas, trocar conselhos, requisitar empréstimos de vestimentas, de mantimentos, entre outras possibilidades.

Esses fatores, essas experiências, possibilitaram que o pipo começasse a ser estudado pelo pesquisador desde aquela época, a fim não apenas de entender para que servem, mas principalmente como toda comunicação constitui e transpassa qualquer imposição social, bem como os sujeitos, mesmo que sejam privados de seus direitos básicos, por meio dos discursos, buscam suprir suas necessidades psicológicas e físicas por meio dos pipos, mostrando, assim, as relações de poderes que eles podem estabelecer em um ambiente transpassado historicamente por um poder, teoricamente, dominante, limitante, excludente e punitivo. Tais fatos fizeram que o professor pesquisador, em seu mestrado, requisitasse uma autorização da penitenciária para estudar os pipos, disponibilizada (anexo II) com restrições de qualquer forma linguística que pudesse ferir ou expor qualquer integrante, sendo ele detento ou funcionário.

O resultado da pesquisa de mestrado (Palmieri, 2020) foi satisfatório, porém percebemos que havia mais nos pipos do que pensamos, havia também, nos discursos produzidos, a evidência da busca por conhecimentos que destoam de suas FDs iniciais, como de leis específicas e mesmo de vocabulários específicos. Além disso, percebemos que há a tentativa de determinar um *ethos*, uma verdade de si, tanto para eles quanto para o outro, que move esses discursos, uma vez que a necessidade de cuidarem de si mesmo em um ambiente insalubre é essencial. Devido a tais perspectivas e à necessidade de tentar comprová-las, entramos em contato com a penitenciária por telefone, a qual ressaltou que o diretor não daria autorização de coleta para estudos de pipos. Tal fato nos inquietou, afinal os pipos são uma prática discursiva comum na penitenciária. A partir disso, resolvemos recorrer a autoridades mais altas, como a Vara de Execução Penal e ao juiz, porém, apesar de entrarmos em contato por telefone várias vezes e sermos instruídos a mandar um *e-mail* explicando a proposta para que fosse analisada e retornada com autorização ou não, jamais recebemos essa resposta. Essa circunstância fez que recorrêssemos aos pipos coletados para a pesquisa de mestrado, limitando-nos aos que não foram usados em nenhum trabalho acadêmico além deste. Logicamente, a fim de não ferir os direitos de nenhum detento e de nenhum funcionário, excluímos do *corpus* todo nome próprio, com exceção do nome do professor pesquisador, e toda data, sendo dia, mês ou ano. Ressaltamos que essa decisão não afeta em nada nossa pesquisa, já que a AD não aborda o autor, mas sim o sujeito discursivo e os efeitos de sentidos que esse discurso produz em condições de possibilidades específicas.

Conforme já discutimos nos capítulos anteriores, abordamos que os “pipos” foram criados originalmente para os apenados se oporem à censura comunicativa imposta pelo Estado e por seus funcionários. No entanto, com essas práticas discursivas, viu-se uma possibilidade de contribuição no funcionamento administrativo da penitenciária, o que ocasionou a permissão deles para comunicações formais apenas, isto é, apesar da comunicação ainda ser controlada/censurada no ambiente prisional, é permitida desde que contribua com o sistema. Salientamos que os pipos pertencem a um gênero discursivo produzido por detentos dentro do sistema penitenciário e são constituídos, independentemente de seus receptores, por características determinadas, como

nome/alcunha do receptor, nome/alcunha do emissor, saudação, sendo ela formal ou informal/íntima, corpo do texto e despedida, normalmente. Com diferenciação estrutural, os pipos destinados aos setores administrativos possuem data, localização e nomes próprios, informações que não são evidenciadas nos pipos destinados aos detentos por motivos de segurança própria, como demonstraremos nas análises. Além disso, ressaltamos que se trata de um gênero que seu discurso normalmente é produzido para requisitar algo ao receptor, sendo ele funcionário ou outro detento. Assim, abordamos que os pipos são produções discursivas que possuem um padrão estrutural e são utilizados para comunicação entre quaisquer sujeitos que integrem a penitenciária, porém são autorizados quando destinados a setores administrativos, apesar de contrariar a censura comunicativa de tal instituição e ser proibido, quando destinados a outros detentos, já que a comunicação entre eles se faz extremamente proibida.

A partir dessas definições dos pipos, de suas características, bem como das impossibilidades de abordarmos nossos objetivos, partindo da análise de apenas um pipo para cada setor, uma vez que os sujeitos discursivos se utilizam dos enunciados para assumirem posições sujeito em relação às condições em que se encontram, ressaltamos que nos valem de vários pipos, afinal, segundo Foucault (2022, p. 120),

O enunciado não é a projeção direta, sobre o plano da linguagem, de uma situação determinada ou de um conjunto de representações. Não é simplesmente a utilização, por um sujeito falante, de um certo número de elementos e de regras linguísticas. De início, desde sua raiz, ele se delinea em um campo enunciativo onde tem lugar e status, que lhe apresenta relações possíveis com o passado e que lhe abre um futuro eventual. Qualquer enunciado se encontra assim especificado: não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja.

Assim, partindo da afirmação de que os enunciados sempre são atravessados por outros enunciados, os quais significam de acordo não apenas das condições de possibilidades em que são materializados, mas também de acordo com as FDs e com as memórias discursivas dos sujeitos, resolvemos trabalhar com séries enunciativas, já que cada uma conta com enunciados atravessados por efeitos de sentidos em determinados

campos discursivos. Para tanto, optamos por trabalhar com quatro séries enunciativas, assim definidos os conjuntos de pipos que possuem como fonte norteadora enunciados “em comum”, ou seja, um discurso em comum, o discurso penitenciário.

As séries foram definidas, primeiramente, levando em consideração a quantidade de pipos que os setores recebem, isto é, um dos parâmetros que nos utilizamos para definir as séries foram os setores que são mais requisitados nos pipos dos detentos. Resolvemos por essa limitação específica devido à necessidade de uma classe considerada excluída requisitar tanto esses receptores, pois, como supõe Foucault (2014, p. 8 – 9), “[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”. Assim, ressaltamos a importância de se trabalhar setores mais procurados na penitenciária, já que se trata não apenas de um sistema de controle dos sujeitos, mas também de um sistema que está submetido às relações de poderes definidas pelos posicionamentos assumidos pelos sujeitos e pelos efeitos de sentidos que esses discursos possuem.

Portanto, para delimitarmos os pipos, seguimos este roteiro:

Etapas 1: Separação dos “pipos” por temas e por conceitos;

Etapas 2: Organização das séries enunciativas por destinatário;

Etapas 3: Identificação das regularidades dos dizeres contidas neles;

Etapas 4: Integração das séries em um campo discursivo para discutir as composições históricas dos saberes nos “pipos”;

Etapas 5: Estabelecimento de possibilidades para as posições-sujeito assumidas e para as relações possíveis de poder, a partir das verdades de si “criadas” para um cuidado de si.

Após essas decisões, fizemos a escolha dos pipos que compõem as séries enunciativas, as quais são compostas por enunciados em comum, que perpassarão por um discurso em comum, aqui, o discurso Penitenciário. A partir dele, agrupamos os “pipos” em quatro FDs definidas por seus setores, respectivamente com a análise: setor educacional; setor jurídico; setor disciplinar; e setor de resistência.

A partir da execução de tais procedimentos, foi possível a delimitação das categorias de análise:

- 1) Relações de poder: análise de como os pipos revelam discursivamente a manifestação de poder.
- 2) Construção do *ethos*: análise da imagem de si revelada pelos detentos em seus discursos nos pipos.
- 3) Verdade de si: análise das construções discursivas e dos efeitos de sentido que possibilitam determinações de verdades sobre os detentos.
- 4) Cuidado de si: análise dos posicionamentos discursivos assumidos nos pipos em prol da busca pelo bem próprio.

A fim de ilustrar esse processo, criamos o seguinte percurso analítico:

Figura 2 – Processo de análise



Fonte: Elaborado pelo autor.

Para realizar esse processo de análise, pautamo-nos na teoria da Análise de Discurso francesa, a qual aborda os sujeitos discursivos e suas constituições sócio-históricas, bem como os discursos materializados. Assim, conforme Maingueneau (2007, p. 19),

O interesse que governa a análise do discurso seria o de apreender o discurso como intricação de um texto e de um lugar social, o que significa dizer que seu objeto não é nem a organização textual, nem a situação de comunicação, mas aquilo que a une por intermédio de um dispositivo de enunciação específico. Esse dispositivo pertence simultaneamente ao verbal e ao institucional: pensar os lugares independentemente das palavras que eles autorizam, ou pensar as palavras independentemente dos lugares com os quais elas estão implicadas significaria permanecer aquém das exigências que fundam a análise do discurso.

Além disso, em consonância com a AD, utilizamos conceitos de poder/saber com base nas ideias defendidas por Foucault, e a maleabilidade social dos poderes sociais como forma de materializar funções sujeito específicas de acordo com as condições de possibilidades experienciadas. Afinal, segundo o filósofo (2022, p. 113),

[...] o sujeito do enunciado é uma função determinada, mas não forçosamente a mesma de um enunciado a outro; na medida em que é uma função vazia, podendo ser exercida por indivíduos, até certo ponto, indiferentes, quando chegam a formular o enunciado; e na medida em que um único e mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos.

Logo, partimos da ideia de que a Análise do Discurso não possui uma metodologia pronta. Por conta disso, cabe ao analista criar o seu próprio processo metodológico a partir do seu *corpus*. O nosso foco é compreender como se dão as diferentes posições-sujeito assumidas por sujeitos apenados de uma penitenciária do Norte do Paraná em condições de possibilidades específicas. Isto é, para que possamos atingir o nosso objetivo de forma plena, resolvemos separar os pipos em séries enunciativas. Assim, considerando essas bases teóricas e a materialidade do discurso dada por essas FDs que, por sua vez, constituirão um *ethos* e tratarão possíveis relações de poder/saber dadas pelas condições de possibilidades, verificamos os atravessamentos discursivos que constroem e que determinam a verdade de si e o cuidado de si no sujeito apenado.

CAPÍTULO V

SÉRIES ENUNCIATIVAS – ANÁLISE

“O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares. [...] Sem dúvida, devemos ser nominalistas: o poder não é uma instituição nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada.”

Foucault, 2022, p. 100.

Ressaltamos que todo discurso é produzido de acordo com as condições de possibilidades em que o sujeito está inserido, já que são essas condições que determinam as “regras” discursivas momentâneas a serem seguidas/respeitadas. Ademais, todo sujeito é constituído sócio-historicamente, o que o forma como um ser constituído por Formações Discursivas baseadas nos locais que frequentou, nos grupos sociais com os quais teve contato, na formação acadêmica, entre outros. São essas FDs que possibilitam a adaptação dos sujeitos em situações de produção de discursos específicos. Assim, o conhecimento de todo sujeito social é variável e amplo. Porém, ao adentrar ao sistema prisional como condenados, esses sujeitos necessitam se adequar a uma condição de possibilidade, teoricamente, nova, a qual se distingue das FDs que adquiriram durante sua vida sociedade em liberdade e, agora, passa a não mais ser visto como cidadão, mas sim como sujeito que necessita de ressocialização.

Esse adentramento no sistema penitenciário como detentos faz que esses sujeitos tenham contato com vários outros detentos de formações, de localidades, de etnias, de crenças... distintas, possibilitando, assim, uma ampliação das FDs. Além disso, a sociedade apenas possui regras próprias que destoam das regras da sociedade aberta, bem como das regras da própria instituição penitenciária, fato que comprova que as relações de poder são mutáveis, pois elas existem além das determinadas pelo Estado,

também entre os próprios detentos, uma vez que tratamos de uma sociedade organizada e com regras definidas para o bom convívio²⁹.

Ainda há o contato com o funcionários, dos quais são dependentes para sobrevivência básica, como receber materiais de limpeza, locomoção para área de lazer, para os médicos... o que faz que se adaptem não apenas às regras estipuladas dos próprios detentos, mas também às regras determinadas pelos funcionários do Estado que se fazem presente na penitenciária para seu funcionamento, os quais possuem, no mínimo, ensino médio completo, bem como emprego fixo e não vivem, teoricamente, uma vida que corrompa as leis da Constituição Brasileira de 1988.

Portanto, a necessidade de se enquadrarem às condições de possibilidades distintas das que experienciaram quando em liberdade a partir da ampliação de seu aporte discursivo é evidente, uma vez que agora estão em contato com situações discursivas outras para eles. Tal fato demonstra que as relações de poderes são mais determinadas nesse ambiente, uma vez que o encarceramento e as regras institucionais determinam até quando podem se comunicar, logo, segundo Foucault (2013, p. 123), “Estes saberes e estes poderes se encontram muito mais firmemente enraizados não apenas na existência dos homens, mas também nas relações de produção”. Isto é, os detentos dependem diretamente das FDs as quais determinam como agirem em condições de possibilidades específicas para produções discursivas que determinarão a “inclusão” ou não deles a essas ramificações sociais pela tentativa de demonstração de pertencimento, de poder... por meio dos pipos e da materialização discursiva neles presentes a fim de se enquadrarem em grupos distintos que compõem o sistema penitenciário.

Ressaltamos que as censuras comunicativas nas penitenciárias, local em que não podem se comunicar a não ser com a autorização de um funcionário, impossibilita, em tese, a demonstração de pertencimento, uma vez que se valem de discursos curtos e

²⁹ Citamos aqui que os detentos possuem regras entre eles que devem ser seguidas, como jamais faltar com o respeito entre eles; jamais denunciar nenhum outro detento, independentemente da circunstância; jamais pegar algo de outro sem pedir entre outras que possibilitam que (con)vivam em harmonia entre eles. Além dessas regras específicas estipuladas pelos próprios detentos sócio-historicamente, já que essas regras já existem e não são flexíveis, há as regras da própria penitenciária, as quais proíbem, exemplificando, a comunicação entre qualquer sujeito sem autorização de uma autoridade; não admitem que os detentos saiam de suas celas, a não ser para o pátio de sol, com bermuda; não permitem que se utilizem, fora da cela, mais de uma blusa, entre outras.

limitados para isso. Além disso, quando se trata de comunicação entre detentos, a censura é muito maior, pois a comunicação entre eles – a não ser dentro do cubículo, já que não há como controlar – é proibida.

Os detentos não podem se comunicar entre eles verbalmente de forma livre em nenhum ambiente da penitenciária, realidade ocasionada para que mensagens que possam oferecer risco ao bom funcionamento da instituição não sejam trocadas, como informações sobre funcionários, sobre outros detentos, sobre rebeliões, entre outros assuntos. Como reafirma Goffman (2015, p. 58): “[...] em algumas instituições totais, a equipe dirigente pensa que a solidariedade entre conjuntos de internados pode dar base para atividade combinada proibida pelas regras e por isso pode conscientemente tentar impedir a formação de grupo primário”. Além disso, essas restrições de comunicação são também uma forma de demonstração de poder dos funcionários para com os detentos, já que são vetadas, independentemente dos assuntos a serem abordados e, como aborda Goffman (2015), determinar o que os detentos podem ou não fazer é uma clara demonstração de domínio sobre o outro, o que determina qual classe possui mais poder naquele ambiente. Assim, a impossibilidade comunicativa possui não apenas ações preventivas, mas também históricas para demonstração da hierarquia social.

Sendo assim, há duas vertentes da produção de pipos a serem analisadas: I- a produção de pipos para com os setores administrativos, a qual é autorizada pela direção da penitenciária e proporcionada pelos próprios agentes penitenciários para que haja maior facilidade de comunicação e de atendimento das necessidades dos detentos sem o encontro presencial. Essa assistência é complicada devido às restrições tanto de movimentação de detentos dentro da penitenciária, devido à periculosidade oferecida, quanto de horário para atendimento, devido à quantidade de detentos e a limitação de tempo que engloba desde o processo de retirada da cela até o processo de devolução a ela; II- a produção de pipos para comunicação entre os detentos, a qual é extremamente proibida, uma vez que podem conter informações/pedidos que comprometam o bom funcionamento da instituição. Esse fato requer maior dedicação dos detentos de forma coletiva para que isso aconteça, pois são eles próprios que precisam passar esses pipos, normalmente por meio de detentos que são responsáveis por serviços dentro da

penitenciária, como limpeza, entrega de livros, de marmitas, de mantimentos, entre outros.

Sendo assim, ao trocarem pipos entre eles, os apenados estão praticando uma ação ilícita, o que gerará punição, conforme ressalta Althusser (1983) ao abordar os Aparelhos Repressores do Estado (ARE), por parte da instituição, caso os culpados sejam identificados. Devido a essa proibição e a essa punição, os sujeitos se valem de estratégias para se comunicarem e não serem identificados, prezando pela não identificação dos assuntos contidos nos pipos, diretamente, pois, em sua maioria, além da troca de informações entre eles já ser proibida, os pipos, normalmente, contêm assuntos de ações que não devem ocorrer no sistema penitenciário, como a troca de materiais ilícitos, drogas.

Uma das estratégias para ocultar os assuntos é a utilização do vocabulário gírio próprio daquele ambiente e daquela sociedade, pois, segundo Preti (2002), sociedades específicas se valem do vocabulário gírio para que apenas as pessoas daquele contexto consigam se comunicar com efetividade, ou seja, a utilização de gírias nos pipos é uma das formas de tentar ocultar assuntos quando o pipo é interceptado por um agente penitenciário, porém, como aborda Goffman (2015), os agentes penitenciários, por estarem em contato direto e rotineiro com os sujeitos apenados, acabam por apreender a maior parte dos sentidos das gírias e, devido a isso, há necessidade de os detentos sempre as atualizarem. Além disso, o não citar também é outra estratégia de ocultar assuntos, ou seja, os pipos entre detentos são compostos por vários não ditos que dificultam a interpretação da mensagem se não for o receptor adequado, uma vez que as condições de possibilidades são mais próximas entre os detentos do que para com os agentes do Estado.

Outra preocupação dos detentos, em relação aos pipos trocados entre eles, é a identificação dos sujeitos, pois, caso sejam descobertos, a punição é inerente, uma vez que estão a produzir ações ilícitas. Punições essas que podem ser agravadas dependendo da mensagem contida no pipo e até ocasionarem aumento da pena. Devido a isso, valem-se da utilização das alcunhas para se comunicarem, já que elas são conhecidas principalmente entre eles próprios e normalmente têm ligação com

características comuns entre vários detentos, como cidade natal, cor, crime cometido, abreviação de nome, entre outros.

Ressaltamos que o sistema penitenciário é uma realidade distinta daquela dos sujeitos livres e que, ao adentrar à penitenciária, os sujeitos apenados não possuem conhecimento experiencial, logo há necessidade de que o adquiram para que tentem fazer parte daquele ambiente, serem aceitos, incluídos e reconhecidos, pois, de acordo com relatos dos próprios detentos ao professor pesquisador, a imagem que os funcionários possuem deles é extremamente negativa, fato que contribui para que tentem, por meio dos pipos, (re)construir outra imagem. Assim, esses sujeitos precisam adquirir conhecimentos discursivos de todos os grupos que constituem a penitenciária, a fim de poderem se comunicar com eles de forma coerente e eficiente. Ou seja, não precisam de adaptar apenas aos próprios detentos, mas também aos setores administrativos da instituição, pois com todos manterão contato para conseguirem o desejado. Portando, como ressalta Bakhtin (2006, p, 121), “[...] não é tanto a expressão que se adapta ao nosso mundo interior, mas o nosso mundo interior que se adapta às possibilidades de nossa expressão, aos seus caminhos e orientações possíveis”. Isto é, todo sujeito necessita se adaptar às condições de possibilidades nas quais se encontra para que se demonstre, tente, pertencente ao meio em que está.

A necessidade de adaptar os discursos a receptores específicos é um fato social, porém, dentro da penitenciária, os detentos fazem parte de um grupo que possui um *ethos* estereotipado negativo. No entanto uma das formas de tentar alterar esse *ethos* com seus interlocutores é por meio dos pipos, já que não há grande possibilidade do encontro presencial e, quando possível, os detentos estão, devido a uma imposição disciplinar, com a imagem física padrão de todo detento da penitenciária, mesmas roupas e cortes de cabelo. Assim, essas determinações de padrões agem diretamente como forma de dominação pela disciplina. Foucault (2013, p. 164) aborda que

O poder disciplinar é com efeitos um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. Em vez de dobrar uniformemente e por massa tudo o que lhe está submetido, separa, analisa, diferencia, leva seus processos de decomposição até às singularidades necessárias e suficientes. “Adestra” as multidões

confusas, móveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais – pequenas células separadas, autonomias orgânicas, identidades e continuidades genéticas, segmentos combinatórios. A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício.

Esse trecho nos possibilita pensar a respeito do dispositivo disciplinar. A padronização das roupas e dos cortes de cabelo não é um simples protocolo administrativo, mas um mecanismo de normalização a partir da produção de corpos dóceis e, perfeitamente, governáveis. Ao uniformizar a aparência, a instituição carcerária apaga as singularidades e categoriza os detentos de modo homogêneo e essa homogeneidade acaba facilitando a vigilância, controle e catalogação desses corpos. Isso é, portanto, a aplicação de uma tecnologia disciplinar que atua diretamente na “economia política dos corpos”, inscrevendo neles as marcas do poder. Devido a tal fato, quando o pipo é destinado a um setor administrativo, o discurso é produzido com uma linguagem verbal mais próxima da normal padrão, mesmo contendo muitos erros ortográficos³⁰. Esses desvios ocorrem devido à necessidade de os detentos precisarem se mostrar em um patamar discursivo parecido com o do receptor, a fim de chamar sua atenção, ser ouvido, mostrar cordialidade, ser atendido por ele, entre outros.

Esse estereótipo também existe entre os próprios detentos, pois classificam-se todos como criminosos. A alteração do estereótipo que determina cada detento, apesar disso, está ligada não apenas aos crimes cometidos e aos motivos de serem condenados, mas também a como eles agem naquela sociedade específica e como se incluem nela. Ou seja, também, para comunicação entre os detentos, há a necessidade de utilização de discursos customizados para que se demonstrem pertencentes àquela sociedade, bem como para que sejam aceitos por ela como sujeitos integrantes e atuantes, com voz ativa.

³⁰ A população apenada, em sua maioria, possui apenas o ensino fundamental II incompleto, fato que afeta diretamente vários conhecimentos científicos, pois não tiveram contato com eles, bem como o da Língua Portuguesa e de suas regras baseadas na gramática normativa. Logo, erros gramaticais são inerentes. No entanto, essa lacuna de regra de escrita não possui relevância nesta pesquisa, mas sim toda conquista vocabular, científica e adequação discursiva de acordo com as condições de possibilidades em que se encontram, uma vez que, segundo Fernandes (2007), são essas condições discursivas que compreendem os sujeitos e sua situação social momentânea.

Sendo assim, as práticas discursivas dos pipos são variadas de acordo com seus interlocutores. Os discursos são mais claros, não possuem, em sua maioria, gírias nem não ditos, sendo mais descritivos e objetivos quando destinados aos setores administrativos de forma a bem se fazerem entender e a não ficar dúvidas do pedido, com exceções de pedidos que só podem ser tratados pessoalmente³¹. Porém, quando destinados a outros detentos, devido ao risco de interceptação e de punição, os discursos são opacos, vagos, mas não sem coerência, uma vez que, segundo Koch (2017, p. 39):

Por ocasião da produção, o locutor já prevê essas inferências, na medida em que deixa implícitas certas partes do texto, pressupondo que tais lacunas venham a ser preenchidas sem dificuldades pelo interlocutor com base em seus conhecimentos prévios. Por essa razão, dependendo dos seus conhecimentos e do contexto, diferentes interlocutores poderão construir interpretações diferentes do mesmo texto. Os textos só se tornam coerentes para o leitor/ouvinte por meio da inferenciação.

Portanto, os pipos são elaborados de maneira a se adequar às situações comunicativas específicas, cujas práticas discursivas demonstram requerer mensagem mais claras, objetivas e com (tentativa de) utilização de vocabulários pertencentes à normal padrão, quando destinados a setores administrativos. Já ao serem destinados a outros detentos, é comum o uso de gírias e de não ditos, o que nos leva a outras condições de possibilidades.

5.1.1 Série enunciativa I – Setor Educacional

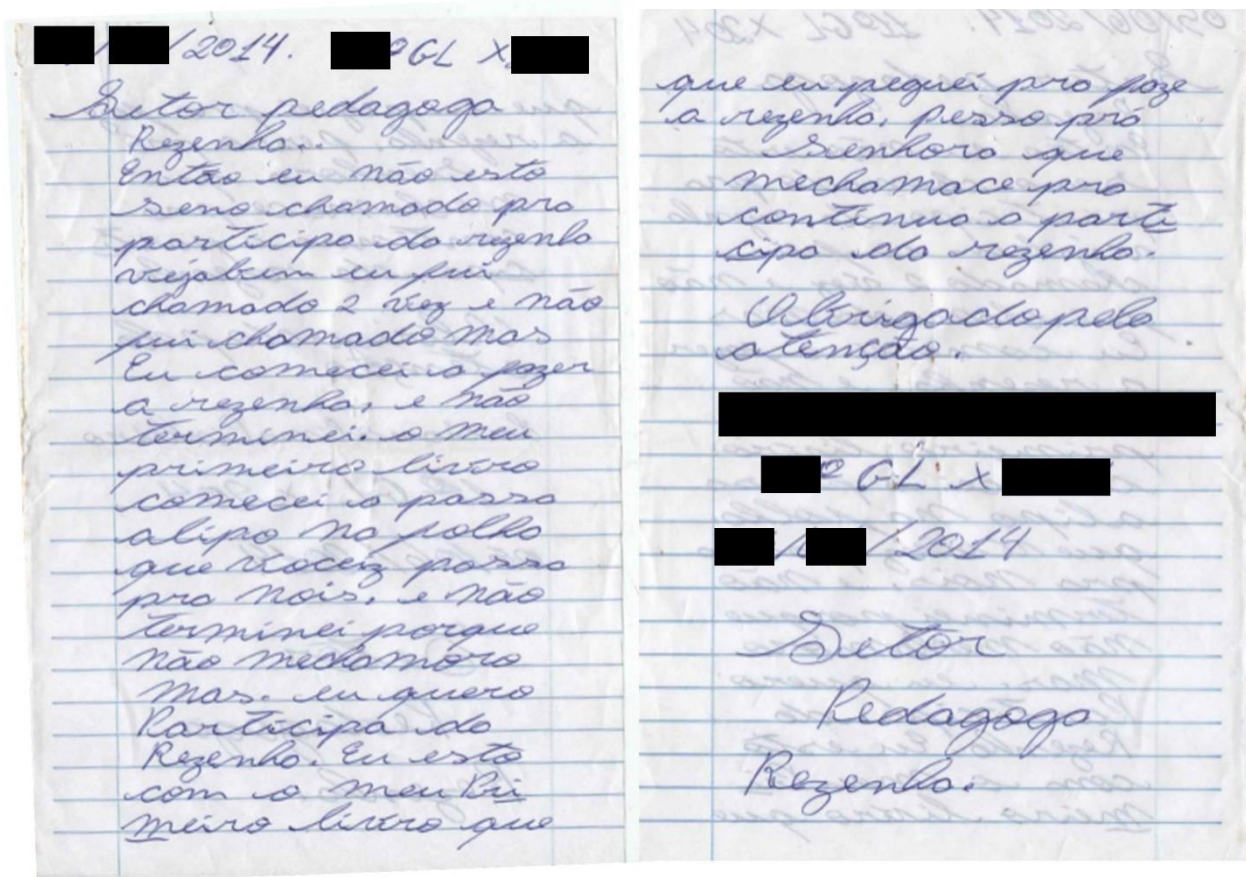
A primeira série enunciativa a ser analisada possui, como seleção essencial, os pipos destinados ao setor responsável pelo ensino dos alunos, o qual denominamos Setor Educacional.

Essa área é responsável por promover aos detentos várias possibilidades educativas, como ensino básico (Alfabetização ao Ensino Médio), cursos profissionalizantes, projetos, distribuição de livros, projeto de remição de pena através da

³¹ Alguns pipos são destinados aos setores administrativos pedindo atendimento presencial e, muitas vezes, com urgência. Quando isso ocorre, não há o assunto retratado no pipo e as possibilidades são várias. Os pipos passam por várias mãos até chegar aos receptores desejados e, dependendo a mensagem, pode ser comprometedora ao próprio detento, assim o fazendo optar pelos não ditos.

leitura, entre outros. Tal fato faz que vários pipos sejam destinados a ele para solicitação de adentramento em alguma dessas vertentes, uma vez que estudar, além de contribuir para ressocialização devido à promoção da educação, possibilita a remição da pena, principal interesse dos detentos. Também há pipos que solicitam explicações a esse setor do porquê não estão sendo retirados de suas celas para estudar, uma vez que estão inscritos em um ou mais segmentos.³²

Figura 3 – Pipo I – Série Enunciativa I



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

³² Um mesmo detento pode estar inscrito em vários projetos, como estar matriculado no Ensino Básico e participar do Projeto de remição da pena através da leitura. Porém o Setor Educacional sempre faz o possível para que um mesmo sujeito não participe de vários projetos simultaneamente, pois impedirá que outro detento tenha acesso a esse direito. Isto é, um detento que está inscrito no Ensino Básico está localizado nas galerias de estudo e já possui acesso à educação, logo não é um público alvo para os outros projetos, já que o intuito é possibilitar acesso à educação a maior porcentagem de detentos possível, buscando atingir aqueles que não estão em galerias específicas para estudar.

Transcrição – Pipo I

[...]/[...]/2014 [...] °GL X [...]

Setor pedagoga

Rezenha..

Então eu não esto seno chamado pra participa da rezenha vejabem eu fui chamado 2 vez e não fui chamado mas Eu comecei a fazer a rezenha, e não terminei. o meu primeiro livro comecei a passa alipo na folha que vocez passa pra nois, e não terminei porque não mechamaro mas. eu quero Participa da Rezenha. Eu esto com meu Primeiro livro que que eu peguei pra faze a rezenha, pesso prá Senhora que mechamace pra continua a participa da rezenha.

Obrigado pela atenção.

[Nome próprio]

[...]° GL X [...]

[...]/[...]/2014

Setor

Pedagoga

Rezenha.

Figura 4 – Pipo II – Série Enunciativa I

Dr. Setor de Pedagogia
Bom Dia,

Venho por meio desta, com o devido respeito e urbanidade, solicitar, na medida do possível, o ingresso no grupo que produz rezenhas de livros.

Também gostaria de informações sobre o ingresso em cursos superiores, oferecidos pela unidade.

Ainda informo, que a unidade oferecendo cursos extras, gostaria de participar. Como por exemplo o curso de Contabilidade Básica.

Obrigado.
At,

[Redacted Signature]

2013 G 9/18

Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Transcrição – Pipo II

Ao: Setor de Pedagogia

Bom Dia,

Venho por meio desta, com o devido respeito e urbanidade, solicitar, na medida do possível, o ingresso no grupo que produz resenha de livro.

Também gostaria de informações sobre o ingresso em cursos superiores, oferecidos pela unidade.

Ainda, informo, que a unidade oferecendo cursos extras, gostaria de participar. Como por exemplo o curso de Contabilidade Básica.

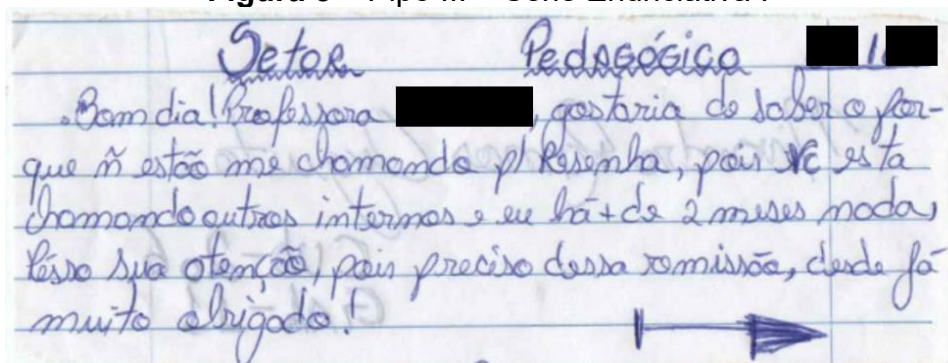
Obrigado

At,

[Nome Próprio]

[...]/[...]/2013 G[...]ª/X [...]

Figura 5 – Pipo III – Série Enunciativa I

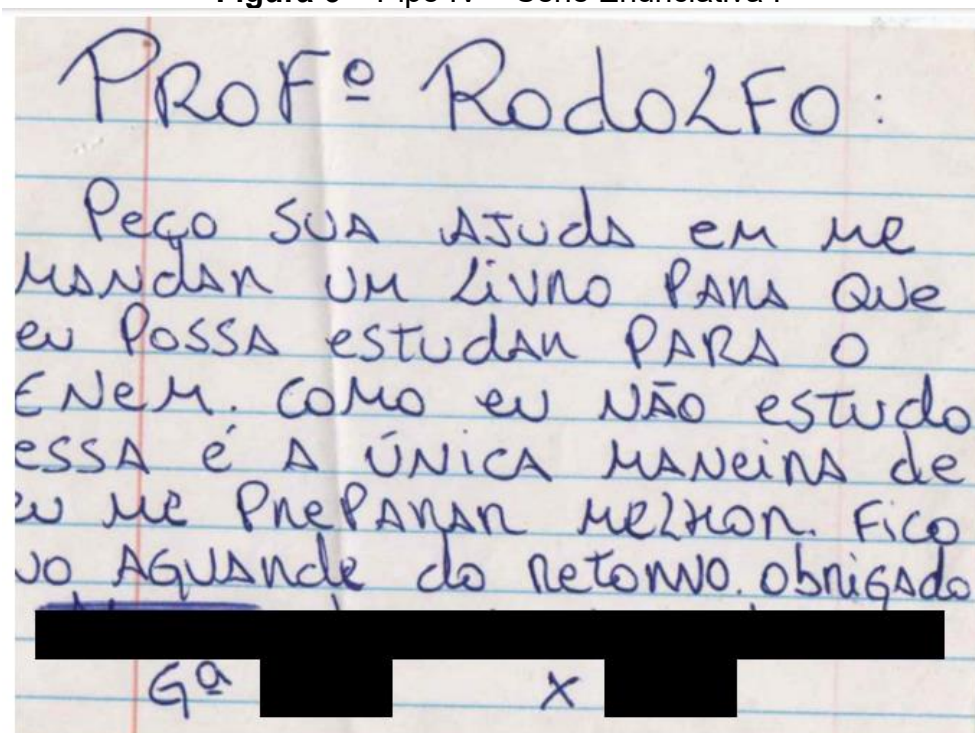


Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Transcrição – Pipo III

Setor Pedagógica [...] / [...]

Bom dia! Professora [nome próprio], gostaria de saber o porque ã estão me chamando p/ Resenha, pois vc está chamando outros internos e eu há + de 2 meses nada, Péso Sua atenção, pois preciso dessa remissão, desde já muito obrigado!

Figura 6 – Pipo IV – Série Enunciativa I

Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Transcrição – Pipo IV

Profº Rodolfo:

Peço sua ajuda em me mandar um Livro para que eu POSSA estudar para o Enem; como eu não estudo essa é a única maneira de eu me PreParar melhor. Fico no aguardo do retorno. obrigado.

[Nome próprio]

Gª [...] X [...]

Salientamos que assim que o detento adentra à instituição é feita uma triagem com ele para agregar dados. Nessa triagem, ele fala com um advogado, com uma assistente social, com o chefe de segurança, com um enfermeiro, com um psicólogo e com uma pedagoga, os quais possuem o objetivo de coletar informações e de lhe promover um atendimento adequado de área específica.

No caso da primeira série enunciativa, os pipos I, II e III possuem, como remetente, o “Setor Pedagoga”, o “Setor de Pedagogia” e o “Setor Pedagógica”. Tal referência se dá pelos pipos serem separados para serem entregues por setores, o que facilitaria o

encaminhamento deles para o destino desejado. Porém, não podemos deixar de ressaltar que os detentos não possuem, normalmente, conhecimentos dos nomes próprios dos responsáveis pelas ações setoriais, por não possuírem contato rotineiro com essas pessoas, apenas com os professores presenciais, assim essa prática pode marcar também esse fator, a falta de conhecimento do nome próprio. Além disso, como os setores são constituídos por várias pessoas, pode haver mudança de funcionários e a destinação de um pipo para alguém específico poderia inviabilizá-lo, caso esse prestador não trabalhasse mais ali.

Porém, no pipo IV, apesar de não estar destinado ao “Setor Pedagogia” diretamente, destina-se ao “Profº. Rodolfo”, o qual possuía contato com os detentos quinzenalmente por fazer parte do projeto de “Remição da pena através da leitura” e também era responsável pelo funcionamento da biblioteca. Ou seja, o contato rotineiro com os detentos possibilitou que eles destinassem um pipo diretamente a ele sabendo que fazia parte do setor pedagógico, fato comprovado pela utilização do termo “Profº”. Apesar dessa diferença de destinatário, três englobantes e um específico, todos os pipos se iniciam com o destinatário, demonstrando um padrão a ser seguido, independentemente do detento que o escreve.

Em segundo plano, o corpo dos textos normalmente se inicia com uma saudação de respeito ao destinatário, fato comprovado no pipo II com a expressão “Bom Dia” e no pipo III com a mesma expressão. A utilização dessas saudações não serve apenas para demonstrar o horário do envio do pipo e que sabem iniciar uma conversa, mas também, principalmente, que os sujeitos apenados, apesar de estarem em processo de ressocialização, seguem um padrão da educação básica da socialização, cumprimentar antes de abordar o assunto requerido.

Aqui ressaltamos que o pipo II vai além do comportamento padrão de cumprimento, pois continua com uma expressão padrão utilizada, mais formalmente, no campo do direito, “Venho por meio desta”, demonstrando não apenas um domínio de gêneros formais, mas um domínio de gêneros formais ligados à área jurídica, da qual ele precisa de maior apoio, uma vez que está condenado. Abordamos que essa estratégia de escrita não é acidental, pois, por meio do discurso, os sujeitos denotam um *ethos* a ser percebido pelo remetente, o qual definirá como essa imagem será construída e

quebrará um estereótipo negativo, possivelmente. Sendo assim, ao utilizar a expressão “Venho por meio desta”, o sujeito não apenas demonstra domínio de gêneros textuais, mas também revela um *ethos* de quem possui conhecimento além da maioria da população condenada.

Além disso, em sequência, o sujeito do pipo II utiliza-se de um posicionamento discursivo interessante ao citar “com o devido respeito e urbanidade”, pois também demonstra mais conhecimento linguístico, ressaltando uma formação escolar acima do ensino fundamental II. Coloca-se em uma posição-sujeito respeitoso, urbanizado, ou seja, um sujeito que, aparentemente, sabe a posição em que se encontra e se coloca nela a fim de estabelecer a hierarquia a ser seguida por ele, pois, como ressaltamos, há necessidade de produção de um *ethos* que fuja do estereótipo negativo do sujeito detento em que se aborda a pouca escolaridade e o desrespeito às leis sociais.

Esses discursos respeitosos, quando não são colocados no início do texto, como no pipo II, são colocados no decorrer do pipo de forma a também demonstrar esse *ethos* de respeito e de que precisa de algo. Fato percebido ao final do pipo I, ao citar “Obrigado pela atenção”, do pipo II, ao finalizar com “Obrigado” e “At” – aqui analisamos como “atenciosamente”, uma vez que seria a abreviação, apesar de possuir desvios linguísticos, mais comum para esse termo –, do pipo III com “desde já muito obrigado” e do pipo IV com “obrigado”. Salientamos que os pipos são utilizados normalmente para requisitar algo ao destinatário e, dessa forma, mesmo que isso não ocorra, os sujeitos já se mostram gratos pela atenção dos remetentes de lerem seus pipos. Logicamente, que não há garantias de que os pipos serão lidos, os pedidos realizados e o retorno dado, porém é comum que todo esse processo ocorra na penitenciária, já que a comunicação entre detentos e setores se estabelece principalmente pela utilização deste gênero. Além disso, podemos citar ainda que esse processo de agradecer faz parte da construção de um *ethos* a fim de persuadir seus receptores ao se mostrarem respeitosos e agradecidos para com quem está, socialmente, intelectualmente e culturalmente, acima deles na hierarquia.

Ressaltamos que a cordialidade dos detentos é uma prática comum nos pipos e os motivos podem ser variados. Porém, uma vez que todo discurso é argumentativo, temos que levar em consideração não apenas que os detentos se colocam em tal posição

abaixo na hierarquia social e que possuem educação suficiente para tratar a todos os superiores de forma respeitosa, mas também que buscam construir uma imagem de seres respeitosos para que, assim, sejam vistos de forma positiva, ou menos negativa, a fim de que seus pedidos sejam lidos e levados em consideração por meio da tentativa de manter essa comunicação de sujeitos civilizados e que se respeitam.

Ainda enfatizamos que os quatro pipos são utilizados para pedir algo: o sujeito do pipo I requisita continuar a participar do projeto de Remição da pena através da leitura, “peço prá Senhora que me chamace pra continua a participa da rezenha”; o sujeito do pipo II faz não apenas um pedido, mas três, pede para ser incluído no projeto de Remição da pena através da leitura, “solicitar, [...], o ingresso no grupo que produz resenha do livro”, pede informações sobre a possibilidade de cursar uma graduação, “Também gostaria de informações sobre o ingresso em cursos superiores, oferecidos pela unidade” e pede para participar de qualquer curso que estiver disponível, “Ainda, informo, que a unidade oferecendo cursos extras, gostaria de participar”. O sujeito do pipo III pede informação do porquê não está sendo retirado de sua cela para participar do projeto de Remição da pena através da leitura, “[...] gostaria de saber o porque ã estão me chamando p/ Resenha”, e também pede atenção para sua situação de não ser chamado, “Péso Sua atenção”. Já o sujeito do pipo IV pede material para que possa estudar sozinho em sua cela, “Peço sua ajuda em me mandar um Livro”. A partir disso, afirmamos que não há interação sem o interesse por parte dos detentos, os quais sempre buscam formas que os ajudem a serem soltos mais cedo com a remição da pena por meio do Setor Educacional.

Logo, ressaltamos que todos os pipos destinados ao Setor Educacional possuem o principal objetivo de pedir algo que gere remição da pena aos detentos ou uma forma se conquistar a liberdade, pois, no sistema penitenciário, uma das formas de remir o tempo de pena a ser cumprido é por meio de atividades educativas. Apesar disso, esse desejo está explícito apenas no pipo III, “preciso dessa remissão”, porém, devido às condições em que os discursos são produzidos, subte-se que todos os outros possuem o mesmo objetivo, já que, os sujeitos apenados, tentam participar o máximo possível de atividades que possibilitam remição de pena a ser cumprida.

Ademais, os pipos não são constituídos apenas de pedidos, mas também de explicações para que esses pedidos sejam atendidos, demonstrando conhecimento sobre o funcionamento dos argumentos, pois as explicações não servem apenas para contextualizar o sujeito sobre o que está havendo com os sujeitos condenados em relação ao setor ao qual está se referindo, mas mostra principalmente que esse sujeito possui conhecimento do que ocorre na penitenciária e possui voz para se posicionar sobre isso. Assim, apesar de estar na posição-sujeito condenado, de subordinado e silenciado, possui ainda voz ativa para se comunicar, posicionar-se e requisitar algo que considera seu direito a partir de seus conhecimentos adquiridos para buscar uma condição melhor para si mesmo.

O sujeito do pipo I explica que foi chamado para participar do projeto, que pegou o livro para ler e que produziu a resenha. Também cita que começou a refazê-la, porém só não terminou por não ser mais convocado para isso, demonstrando que a incompletude do processo não ocorreu devido a escolha dele. O pipo III possui o mesmo problema, pois explica que outros presos estão sendo requisitados para o projeto, porém há mais de dois meses ninguém o chama. Devido a isso, solicita uma explicação para essa falta de comprometimento para com a situação de seu caso. Ressaltamos que o Setor Educacional, para que os sujeitos condenados sejam retirados de suas celas, precisa fazer uma lista dos detentos com os nomes completos, galerias e cubículos em que se encontram, juntamente com o horário que devem ser retirados para participar (manhã ou tarde). Esse documento é encaminhado para o Setor de Segurança que é o responsável pela locomoção dos detentos na penitenciária. Porém, há vários fatores que influenciam o não chamar, além do nome não estar na lista. O detento pode ter mudado de cela. Os agentes penitenciários podem não o chamar e alegar algo para isso, como a penitenciária estar em condição de risco, como rebelião. O próprio detento pode ser chamado, recusar-se a ir e mentir em seu pipo, assim culpabilizando o outro. No entanto, a comunicação e as responsabilidades são lacunosas na penitenciária, o que impossibilita saber, com certeza, o motivo de não o chamar quando o nome dele está na lista de retirada. Tais explicações nos pipos expressam não apenas dúvidas dos porquês não estão sendo chamados, mas principalmente conhecimento externo do que ocorre na penitenciária, pois outros detentos estão participando e eles não. Como pode isso se já

participavam? Como sabem disso se estão isolados em suas celas? Ou seja, apesar de estarem presos em suas celas, mostram conhecimentos das condições em que se encontram e fazem questionamentos e pedidos ao Setor Educacional quando pedem explicações e “reintegração”.

O pipo IV também se utiliza de uma explicação para seu pedido. Quando requisita um livro para estudar para o ENEM, explica que essa é a única maneira dele estudar. Expliquemos: as vagas para os detentos estudarem dentro da penitenciária são limitadas, portanto não há maneira de o Setor Educacional matricular todos, uma vez que não há espaço, nem professores, nem estrutura, nem segurança, ou seja, as condições de uma penitenciária impossibilitam que todos os detentos tenham acesso ao estudo. Nessa penitenciária específica, há galerias estipuladas para quem estuda, porém dificilmente surgem vagas nelas, uma vez que o preso só muda de localização quando requisita, raramente ocorre com quem estuda, ou é solto, ou porque cometeu alguma infração e perdeu o direito de estudar, uma das punições possíveis. Assim, quem está fora dessas galerias requisita participação de projetos e livros para estudar, como cursos do SENAI, projeto de Remição da pena através da leitura e o próprio processo seletivo para o vestibular da UEL, que pode garantir a ida do detento para o regime semiaberto. Isto é, ao pedir um livro e explicar que essa é a única forma dele estudar, assim como os sujeitos dos pipos I e III, ele demonstra conhecimento do sistema prisional e a aceitação de sua situação, requisitando apenas uma ajuda para ter acesso ao material de estudo.

O pipo II, porém, não possui explicações para os pedidos feitos. Nele, há três pedidos e todos direcionados a ações voltadas para poder estudar. Tal fato ocorre devido a ser a forma mais comum, prática e fácil de remir a pena, já que a outra é o trabalho, que é mais escasso ainda no sistema prisional devido aos mesmos motivos da escola e exigir ainda mais segurança. Para a falta de argumentação, no pipo II, há explicações. Uma delas é pelo sujeito ter decidido começar a participar agora e por isso requisitar tudo que pode remir sua pena. Outra, menos comum, é a participação dessas atividades como forma de distração, uma vez que a única saída da cela programada é para o pátio de sol, que ocorre duas vezes por semana, manhã ou tarde, quando o tempo está favorável. A outra possibilidade e a mais provável é ser um sujeito que recentemente adentrou ao sistema prisional e quer fazer tudo que puder para remir sua pena e conquistar sua

liberdade mais cedo. Esse fato explicaria não apenas a falta de explicação em seus pedidos, mas principalmente a falta de conhecimento do funcionamento prático do sistema penitenciário, como os processos de seleção para participação desses projetos.

Apesar de as normas gramaticais não serem analisadas como forma de poder neste trabalho, não há como não evidenciarmos a linguagem utilizada nos pipo, pois ela serve como fator argumentativo, uma vez que contribui diretamente para construção do *ethos* dos sujeitos. Os sujeitos produtores dos pipo tentam, por meio da utilização das saudações, das despedidas, dos pedidos e das explicações revelar um sujeito cujo *ethos* ajude a conquistar o que deseja, porém fica claro, por meio dos vocábulos e das normas gramaticais, o nível de formação e conhecimento formal da língua que possuem.

Mesmo com toda cordialidade e com a tentativa de formalidade, o autor do pipo I, por meio de sua escrita, deixa claro não possuir formação escolar, contudo, o sujeito discursivo revela outro tipo de conhecimento tão importante quanto o da norma culta da língua: o saber relacionado às diferenças de uso e à adequação da língua de acordo com as situações de comunicação. Assim, surge o *ethos* de quem não possui conhecimento básico da Língua Portuguesa e das regras gramaticais, uma vez que os erros ortográficos são vários, desde a escrita de palavras, como “esto” (estou), “nois” (nós), “mechamace” (me chamasse), até a pontuação, como a não utilização de vírgulas e de pontos finais. Porém, apesar de todas as falhas linguísticas, o sujeito se posiciona e tem voz ativa na condição em que se encontra, demonstrando conhecimento e vontade de alcançar um objetivo que o ajude naquela condição. Já o sujeito do pipo II quase não possui desvios das regras gramaticais. Além disso se utiliza de vocabulários pertencentes à normal padrão, o que denota conhecimento básico da Língua Portuguesa, construindo um *ethos* de quem alcançou pelo menos o ensino médio. O sujeito do pipo III denota falhas básicas das regras gramaticais, como “péssô” (peço) e “esta” (está), apesar disso, comete menos erros que o sujeito do pipo I. No entanto, a característica mais marcante são as abreviações utilizadas nas variantes das mídias/redes sociais, como “ñ” (não), “vc” (você) e “+” (mais). Essas características demonstram uma inadequação ao gênero proposto, uma vez que se destina a sujeitos com formações superiores e que conhecem a utilização da normal padrão, porém ressaltamos que a situação comunicativa age como maior problemática, já que é limitante devido as determinações impostas sócio-historicamente

serem seguidas, como a utilização do português formal. Ainda, diferentemente do pipo I, nesse pipo, há a construção do *ethos* de um sujeito mais jovem que se comunicava principalmente pela *internet* e não se utiliza do vocabulário formal, no entanto, nada disso o impede de buscar ações favoráveis à sua situação precária. O pipo IV quase não possui desvios das normas gramaticais, contando apenas com a utilização inadequada de letras maiúsculas e minúsculas, como “[...] Para que”; “ENeM”; “PreParar”, e de vírgula para marcar a ordem inversa (“[...] ENeM. Como eu não estudo essa é[...]”), que marca uma limitação de conhecimento ortográfico e de regras gramaticais. Ademais, esse sujeito se utiliza de vocabulários adequados à normal padrão e ao destinatário, como termos escritos corretamente, como “Peço” e “Possa”, bem como a utilização das conjunções, “Para que” e “como”, denotando, assim, adequação não apenas ao gênero, mas também ao remetente, como o sujeito do pipo II. Logicamente, o sujeito do pipo também faz esse pedido para que, de alguma forma, isso contribua para sua condição de detento e possibilite vantagens com a realização da prova do ENEM.

Sendo assim, concluímos que os principais pedidos ao Setor Educacional são baseados no interesse por educação, mas também, levando em conta nossa experiência no sistema prisional, principalmente no interesse pela remição da pena que as práticas das atividades desse setor proporcionam quando feitas corretamente. Além disso, constatamos que essa motivação impulsiona sujeitos de conhecimentos distintos a se posicionarem discursivamente com um mesmo objetivo e uma mesma estrutura textual, ou seja, independentemente das FDs bases deles, todos buscam, por meio do discurso e da argumentação, a construção de um *ethos* que lhes proporcione a conquista do objetivo desejado, do cuidado de si próprio por meio do conhecimento e do discurso, uma vez que todos eles demonstram conhecimentos do funcionamento do Setor Educacional, mesmo que em parâmetros distintos. Além disso, há, sem dúvida, a tentativa de uma inversão de poder, já que os sujeitos se mostram conhecedores dos assuntos abordados de forma a explicarem aos seus superiores o que ocorre e pedir explicações, cobrar algo do interlocutor, assumindo uma posição que exige a explicação do outro, ação comum quando se trata de um superior para com um subordinado. Como ressalta Foucault (2021), todo sujeito busca conhecimentos que lhe proporcionem a possibilidade de se posicionar perante o outro e assumir posições de poderes objetivando, por meio das

relações de poderes sociais, a conquista de algo que o favoreça. Nesse caso, os detentos buscam conhecimentos institucionais para que possam construir um *ethos* específico e assumir posições discursivas que contribuam para um cuidado de si.

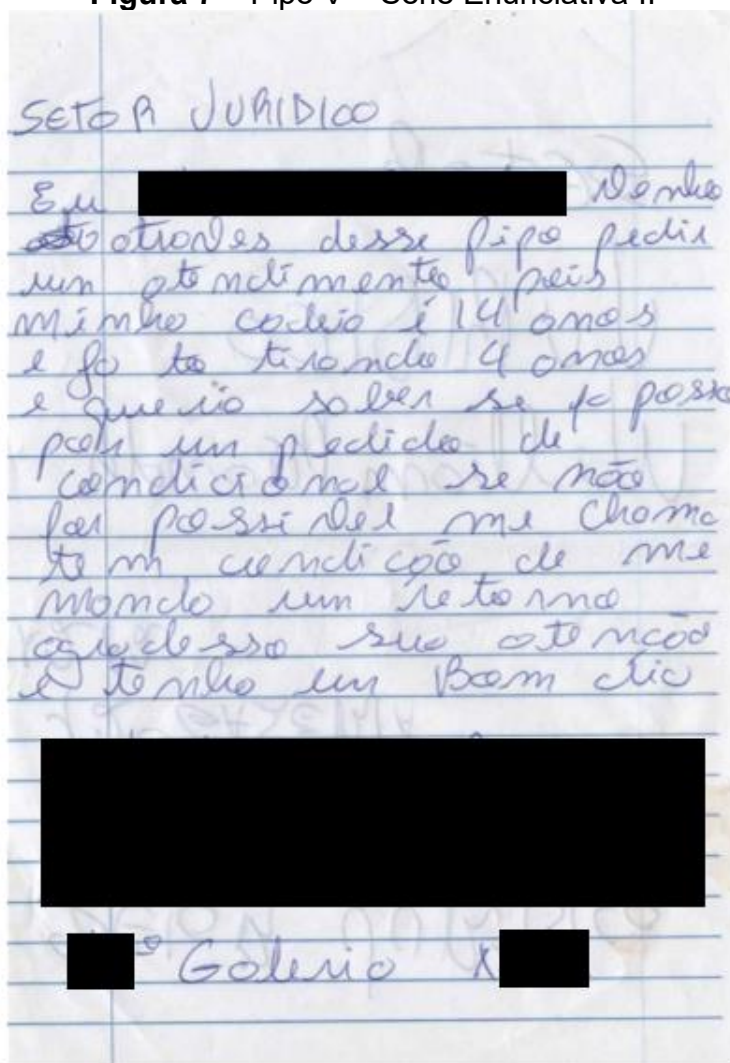
5.1.2 Série enunciativa II – Setor Jurídico

Esta série possui como *corpus* os pipos destinados ao setor da penitenciária responsável pelos processos legais/criminais de todos os detentos lá “instalados” que não possuem um advogado particular, o qual denominamos como Setor Jurídico.

Esse segmento da penitenciária é composto por advogados concursados os quais são responsáveis por dar suporte aos detentos que não possuem um advogado particular, ou seja, são contratos do Estado para garantir aos sujeitos-detentos que não possuem condições de contratar um advogado o direto à justiça que consta na Constituição Brasileira de 1988. Além dos advogados concursados, os quais são poucos para quantidade de processos que devem acompanhar, uma vez que a maior parte da população apenada não possui advogado particular por pertencer a classes baixas, o estabelecimento conta com estagiários, um número baixo e limitado também, do curso de Direito de faculdades diversas, os quais possuem a principal função de auxiliar os advogados nos processos enquanto aprendem.

Assim, ressaltamos que cabe a esse setor todo processo jurídico, desde o adentramento do sujeito-detento no estabelecimento até a saída dele de lá, sendo para outra instituição ou para sociedade livre. Isto é, todo acompanhamento de prazos e de direitos é feito por esse setor. Logicamente que, devido à alta quantidade de presos e de processos a serem acompanhados, bem como à dificuldade de comunicação com os detentos, as atualizações processuais quase não ocorrem para os condenados. Tal fato faz que os detentos encaminhem pipos aos advogados para pedirem pareceres sobre seus processos, bem como notícias de qualquer mudança neles que pode gerar a situação de saída da penitenciária.

Figura 7 – Pipo V – Série Enunciativa II



Setor Jurídico

Eu [redacted] Venho
através desse pipo pedir
um atendimento pois
minha cadeia é 14 anos
e já to tirando 4 anos
e queria saber se já posso
por um pedido de
condicional se não
for possível me chama
tem condição de me
manda um retorno
agradeço sua atenção
e tenha um Bom dia

[redacted]

[redacted]º Galerio X [redacted]

Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Transcrição – pipo V

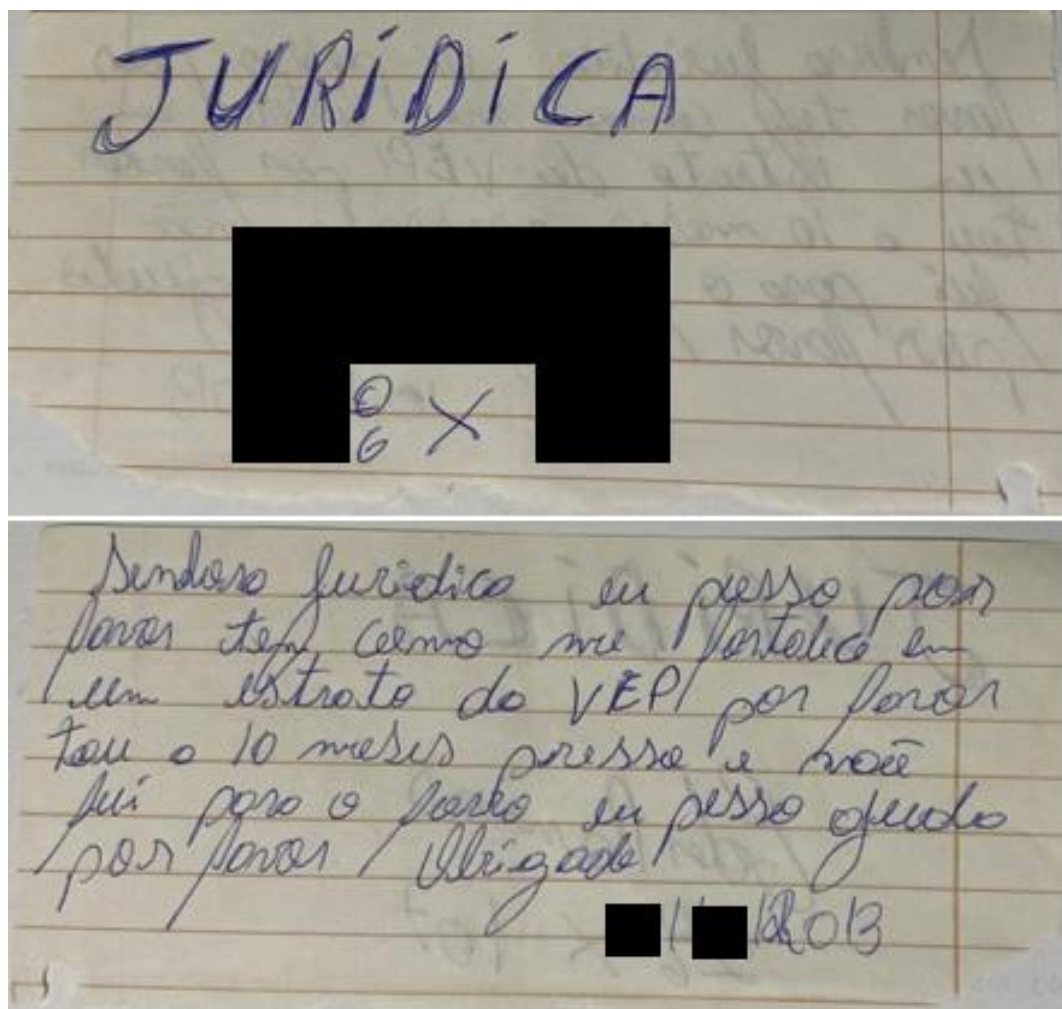
setor Jurídico

Eu [Nome próprio] Venho [rasura] através desse pipo pedir um atendimento pois minha cadeia é 14 anos e Já to tirando 4 anos e queria saber se já posso por um pedido de condicional se não for possível me chama tem condição de me manda um retorno agradeço a atenção e tenha um Bom dia

[Nome próprio]

[...]º Galerio X [...]

Figura 8 – Pipo VI – Série Enunciativa II



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Transcrição – Pipo VI

JURÍDICA

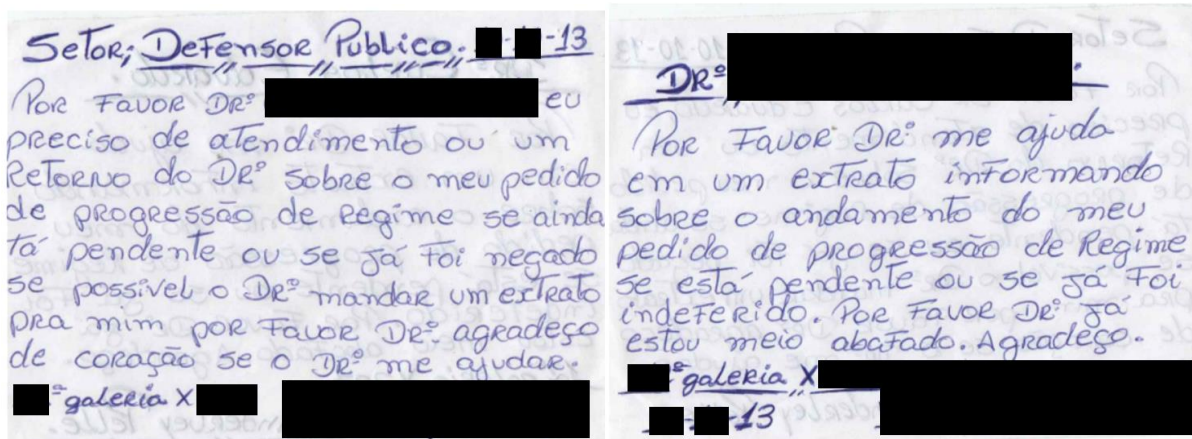
[Nome próprio]

[...]ºG X [...]

Senhora Juridia eu pesso por favor tem como me fortalece em um estrato da VEP por favor tou a 10 meses presso e naõ fui para o forro eu pesso ajuda por favor Obrigado

[...]/[...]/2013

Figura 9 – Pipo VII – Série Enunciativa II



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Transcrição – Pipo VII

Setor; Defensor Publico – [...] / [...] / 13

Por favor Drº [Nome próprio] eu preciso de atendimento ou um retorno do Drº sobre o meu pedido de progressão de regime se ainda tá pendente ou se já foi negado se possível o Drº mandar um extrato pra mim for favor Drº agradeço.

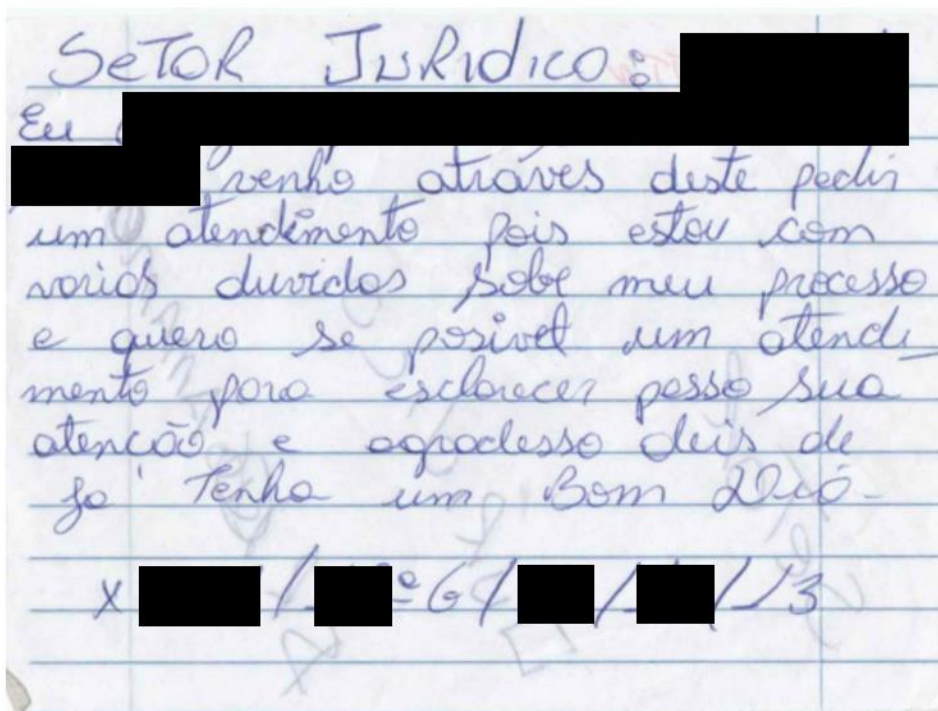
[...]ª galeria x [...] [Nome próprio]

Drº [Nome próprio]

Por favor Drº me ajuda em um extrato informando sobre o andamento do meu pedido de progressão de regime se está pendente ou se há foi indeferido. Por favor Drº já estou meio abafado. Agradeço.

[...]ª galeria x [...] [Nome próprio]

[...] / [...] / 13

Figura 10 – Pipo VIII – Série Enunciativa II

Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Transcrição – Pipo VIII

Setor Juridico: [Nome próprio]

Eu [Nome próprio] venho através deste pedir um atendimento pois estou com varias duvidas sobre meu processo e quero se posivel um atendimento para esclarecer pesso sua atenção e agradeço deis de já

Tenha um Bom Dia

X [...] / [...]ª G / [...] / [...] / 13

Nesta série enunciativa, notamos que há, bem como na anterior, um padrão estrutural nos pipos. Todos os pipos se iniciam com o destinatário, como “Setor Juridico”, “Jurídica”, “Setor; Defensor Publico” e “Setor Juridico”. Ressaltamos que essa é uma característica comum nesses pipos por vários fatores: 1. pode ser que não haja conhecimento do nome próprio do destinatário e, devido a isso, há indicação do setor; 2. pode ser que o detento apenas esteja marcando realmente o setor ao qual o pipo deve ser entregue, uma vez que sabe que são separados desse forma para serem encaminhados aos integrantes do setores; 3. há, de forma inconsciente, a percepção que

os pipos devem ser iniciados com a destinação a fim de facilitar a encaminhamento dele. Assim, essas destinações iniciais se fazem presentes não pipos destinados aos setores administrativos, normalmente.

Além disso, outra característica comum nos pipos, apesar de, às vezes, variar de localização no *corpus*, é a data em que ele foi escrito. No pipo V, está localizada no verso, “distante” do corpo do texto. No pipo VI, ao fim do texto ao lado direito. No pipo VII, o sujeito se utiliza da data dos dois lados do pipo, uma em frente ao “Setor; Defensor Publico” já antes de iniciar o corpo texto e a outra ao fim do texto no verso, localizada ao lado esquerdo da folha. O pipo VIII possui essa marcação ao fim do texto também, como o pipo VI. Ressaltamos que a marcação da data é importante para relações temporais dentro da penitenciária, uma vez que há movimentação de pipos diariamente e essa informação pode marcar não apenas quando o pipo foi escrito, mas também, caso ele seja extraviado, o receptor saiba que se perdeu no caminho, por isso chegou atrasado. Além disso, muitas vezes, devido ao tramite de organização de entrega e de resposta, há demora na resolução de problemas, e isso faz que os detentos mandem mais de um pipo pedindo a mesma coisa, apenas com diferença de datas. Logo, as datas possibilitam que os receptores também se localizem temporalmente em relação ao pedido feito, se ele já foi atendido ou ainda e não.

Ainda, todo pipo também possui a localização do detentos, para que a resposta para o pedido seja encaminhada. Essa localização normalmente se encontra ao fim da mensagem e contém o número da galeria e o número da cela em que o sujeito está alojado, fato comprovado nos pipos V, VII e VIII. Porém, no pipo VI, a localização é colocada logo após a destinação “Juridica”, o que pode denotar não uma quebra de padrão, mas que ali sobrou espaço para que essa informação fosse adicionada, afinal a escassez de papel para os detentos faz que aproveitem todo o espaço em branco disponibilizado para escrever seus discursos.

Pensando agora em corpo do texto, abordamos que os pipos possuem os nomes próprios de seus escritores os quais são utilizados para fins de consulta e de retorno. Porém, nessa série, verificamos que há mutabilidade de localização desse nome próprio. No pipo VI e VII, a identificação não está dentro do corpo do texto, mas como uma assinatura. No pipo V, o nome vem logo após a identificação do setor

“Juridica” e antes da data de um lado do pipo, como se fosse uma capa com informações essenciais. Já o pipo VIII possui, diferentemente dos outros três, os dois versos da folha escritos com mensagens bem semelhantes, e a assinatura é o que encerra cada face, sendo a última informação do *corpus*. Os pipos V e VIII possuem uma estrutura inicial comum de documentos formais, como declarações, “Eu [nome próprio]”, mostrando talvez maior contato com esses tipos de documentos bem como a organização do texto. Porém, essa organização pode ser reflexo de contatos com pipos que possuem a mesma estrutura, fato que estabelece uma padrão a ser seguido.

Além dessas informações básicas (destinatário, localização, data e nome próprio), todos os pipos são utilizados para requisitar algo aos sujeitos que compoem o setor jurídico. O pipo V visa pedir um atendimento para conseguir informações sobre “[...] um pedido de condicional [...]”, pois foi condenado a “14 anos de prisão” e já está “tirando 4 anos” fato que possibilitou o retorno sobre a possibilidade de dar início ao pedido de liberdade condicional. Esse pedido demonstra não apenas uma necessidade, mas também conhecimento direto das leis, do Código Penal, uma vez que há possibilidade de cumprir apenas parte da pena para pedir liberdade condicional³³, dependendo do crime e do número de vezes preso. Assim, o detento se utiliza do conhecimento do Código Penal para requisitar ao advogado que verifique seus direitos e retorne sendo de forma presencial ou por pipo “[...] se não for possível me chama tem condição de me manda um retorno [...]”. Dessa forma, tal fato marca não apenas o conhecimento específico, mas também a cobrança de parecer sobre algo, buscando o cuidado de si.

O pipo VI requisita a “Senhora juridica” um “estrato da VEP”, Vara de Execução Penal, pois já está “a 10 meses presso” e ainda não foi encaminhado “para o forro”, para uma cela em que haja uma cama, nesse contexto. Ou seja, esse pipo também é uma forma de manifestação de luta por direitos, já que possuir um lugar adequado para dormir é direito de todo detento e, nesse caso, o sujeito está há mais de dez meses e não teve esse acesso. Dessa forma, percebemos que o sujeito possui conhecimento do tempo que se deve ficar preso para adaptação antes que seja encaminhado para o convívio com os outros detentos, bem como sabe que, depois de determinado tempo, há realocação deles

³³ Para mais informações, ler artigo 83 do Código Penal. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/91614/codigo-penal-decreto-lei-2848-40>. Acesso em: 23 de dez. de 2025.

para celas em que cada um possua sua cama, realidade complexa em uma penitenciária em que, na época da experiência, a capacidade total era excedida. Além disso, há o pedido do extrato de seu processo justamente para verificar suas condições jurídicas e poder reivindicá-las, como uma cela em que tenha acesso à cama e a colchão, entre outros direitos possíveis de acordo com cada processo. Para finalizar, o sujeito requisita “ajuda”, demonstrando, talvez, não uma vulnerabilidade, nem uma dependência, mas pode querer demonstrar para o destinatário que ele (advogado) é necessário para a melhora de situação em que o sujeito se encontra, pois, mesmo que seja uma obrigação e um direito do detento, ele pede “ajuda” ao setor jurídico pra que consiga o que requisita, pois sabe os direitos que possui e a obrigação do outros para com os detentos, salientando que não conseguirá ter acesso a esses direitos sem essa “ajuda” do responsável jurídico.

O pipo VII, diferentemente dos outros, possui mensagens nos dois lados do papel, as quais são parecidas em temas, porém compostas distintamente. Esse pipo, no primeiro lado, requisita “um atendimento ou um retorno do Drº sobre o meu pedido de progressão de regime se ainda tá pedente ou se já foi negado”, também requisita ao advogado “se possível o Drº mandar um extrato pra mim”. Aqui, o detento pede um atendimento presencial ao advogado, porém sob a ótica de que esse atendimento possa não ocorrer, pede pelo menos um retorno sobre um processo que está em andamento. Tal discurso é baseado nas experiências vividas na penitenciária, em que os atendimentos presenciais são de difícil acesso, mesmo sendo um direito, e, por isso, um retorno sobre a condição de seu processo já ajudaria. Além do pedido, importante ressaltar que o detento antecipa o resultado da solicitação feita, pois cita estar pendente ou já ter sido negada, tal fato se dá em relação a pedidos feitos com incoerência de prazos ou de direitos, o que ocasionaria a negação de uma solicitação, por isso, em seguida, há o pedido de um extrato processual, para ficar a par da situação jurídica vivida por ele. Esse discurso também pode demonstrar a percepção do sujeito sobre a Vara de Execução Penal, a qual demora para analisar pedidos, por isso estar pendente, ou analisa pedidos, mas, normalmente, os nega, por isso a citação “se já foi negado”. Ainda podemos pensar que o sujeito fez o pedido a fim de tentar um parecer, mesmo sem ter

esperança que fosse aprovado devido às suas condições judiciais até determinando momento.

Além disso, na segunda face do pipo, o detento requisita apenas “um extrato informando sobre o andamento do meu pedido de progressão de regime se está pendente ou se já foi indeferido”. Ressaltamos que nesse discurso o sujeito não requisita um atendimento, mas apenas um extrato demonstrando, assim, autonomia para ler e para interpretar sua situação jurídica sem depender de que um advogado a explique. Outra mudança discursiva a ser notada é a alteração do termo “negado” pelo termo “indeferido”, mais utilizado no campo jurídico, denotando conhecimento vocabular específico, como no questionamento sobre o regime de progressão e a interpretação da impossibilidade do pedido ter sido indeferido.

A escrita, nesse caso, de discurso semelhantes em lados distintos do pipo pode ter ocorrido devido ao sujeito buscar melhorar o discurso, tentar torná-lo mais formal, mais direto, na perspectiva dele, uma vez que altera o pedido, de um atendimento ou de um retorno por apenas um extrato, devido à necessidade de se posicionar em relação a sua situação; também pode ter ocorrido a mudança devido à necessidade de se comunicar e de tentar, ao máximo, um retorno; outro fator que pode ter influenciado a escrita em ambos os lados é para não mandar um lado do pipo em branco, já que poderia aproveitá-lo; e, ainda, a própria reflexão sobre a reescrita inicial e a percepção que o discurso poderia ser atendido mais facilmente se não pedisse ações mais complexas, como encontro presencial.

O pipo VIII pede “um atendimento” presencial para que possa sanar “varias duvidas” processuais, pedido que se repete também nas próximas linhas “e quero se possível um atendimento pra esclarecer”. Essa repetição de pedido em um mesmo pipo normalmente ocorre devido à incapacidade do sujeito manter uma progressão textual, bem como devido à incapacidade de se expressar pela escrita. Além disso, também ressaltamos que pode marcar a tentativa do preenchimento de linhas para que não fiquem em branco, uma vez que é costume dos sujeitos tentar preencher todo o espaço vazio. Salientamos também que o atendimento requisitado pelo detento desse pipo é o mais difícil de se conseguir, o atendimento presencial, o qual é destinado prioritariamente para casos mais urgentes, assim determinados pelos advogados. Ainda, ressaltamos que

o sujeito demonstra falta de conhecimento sobre o próprio processo, uma vez que possui “varias duvidas” sobre ele, não ressaltando apenas uma lacuna informacional dele, mas principalmente uma falha do setor jurídico, o qual é responsável por manter os detentos informados sobre seus processos jurídicos. Além do atendimento, o detento também requisita a atenção do advogado, “peço sua atenção”, assim reafirmando o que abordamos acima, a falha de esclarecimentos e de atendimentos do advogado para com o cliente, uma vez que há necessidade de pedir atenção desse para que suas dúvidas sejam esclarecidas. Ainda, esse pedido de atenção pode significar como o próprio detento se vê, não possuindo atenção do advogado que foi designado a ele e necessitando pedi-la.

Ressaltamos ainda que todos os pipos possuem discursos de apelação para que o que desejam/necessitam seja alcançado por eles de forma a denotar não apenas uma cordialidade, mas também uma necessidade, uma forma de manipulação, um posicionamento argumentativo para com seu receptor. Ou seja, os pipos são compostos por discursos que marcam posição de dependência e de cordialidade, como os termos “pedir”, “peço”, “preciso”, “ajuda”, “por favor”, “agradeço de coração”, “agradesso sua atenção” e “agradesso deis de ja”. Tais expressões podem ser usadas para além da cordialidade instaurada socialmente, podem ser utilizadas para estabelecer relações de poder as quais são marcadas discursivamente pelas posições em que os sujeitos se encontram. Assim, seus discursos se moldam com a condições em que se encontram de forma a possuírem maior argumentatividade a fim de conquistarem o que necessitam para favorecerem sua condição/sua sobrevivência naquele ambiente. Salientamos que esses discursos são atravessados por FDs que determinam as posições nas quais os sujeitos produtores se encontram e, devido a isso, os discursos contêm não apenas pedidos com base em um saber formal, mas toda uma construção sócio-histórica do sujeito, a qual permite que seus discursos sejam adequados ao tratarem com um funcionário do setor administrativo.

Discursos atravessados por desejos de bem estar para com o outro também são utilizados com frequência normalmente ao fim dos pipos de forma a marcar a despedida para com o outro. Assim, o pipo V finaliza com “tenha um bom dia”, o pipo VI com “Obrigado”, o pipo VII com “agradeço de coração de o Drº me ajudar” e “agradeço” e o

pipos VIII com “Tenha um Bom Dia”. Tais discursos não são utilizados apenas para finalizar os pipos, mas por várias razões. Ressaltamos que uma delas é a demonstração de civilidade pregada pela sociedade que faz cumprir padrões discursivos para o bem conviver, outra pode ser além de cumprir um padrão, mas de ressaltar que essa civilidade é conhecida e utilizada por sujeitos removidos da sociedade e em processo de ressocialização, e também como forma de atingir emocionalmente seu receptor por meio do discurso. Além disso, abordamos que os detentos possuem a necessidade de quebrar o estereótipo de pessoas más, sem caráter, de criminosos e uma das formas de se fazer isso, nesse caso, é por meio dos discursos produzidos, os quais contém não apenas pedidos, mas são repletos de sentidos que remetem ao convívio comum das pessoas em sociedade livre, de serem educados e respeitosos para com os outros.

Também notamos traços de discursos formais no *corpus*. O pipo V contém “Venho através desse pipo pedir” como também o pipo VIII contém “venho através deste pedir”, expressões que marcam documentos formais, como declarações, do campo jurídico e que determinam não apenas uma formalidade, mas também um conhecimento específico da área do remetente. Logicamente que outro fator que contribui para essa formulação discursiva é o contato contínuo não apenas com os pipos, mas também com os documentos que possuem acesso, os próprios processos. Ressaltamos que essas expressões não existem apenas nessa série, como também na anterior, mostrando que é um discurso comum nos pipos destinados aos setores administrativos. Além disso, a utilização de expressões de campos discursivos específicos contribui para construções de um *ethos* que legitima o discurso produzido. Assim, trata-se de um sujeito sem muita escolaridade (haja vista a imperfeição gramatical), mas com certo conhecimento comum relacionado à esfera jurídica. O que nos possibilita inferir algumas condições de possibilidades: um sujeito que está preso já algum tempo; um sujeito que foi preso várias vezes; um sujeito que já possuía algum conhecimento criminal. Partindo disso, comprova-se que há a demonstração de conhecimento específico jurídico, ainda que de forma “singela”, e a construção de uma imagem de sujeito civilizado que se utiliza do discurso para alcançar não apenas informações, mas, também, o bem próprio em um ambiente de condições adversas.

5.1.3 Série enunciativa III – Setor Segurança

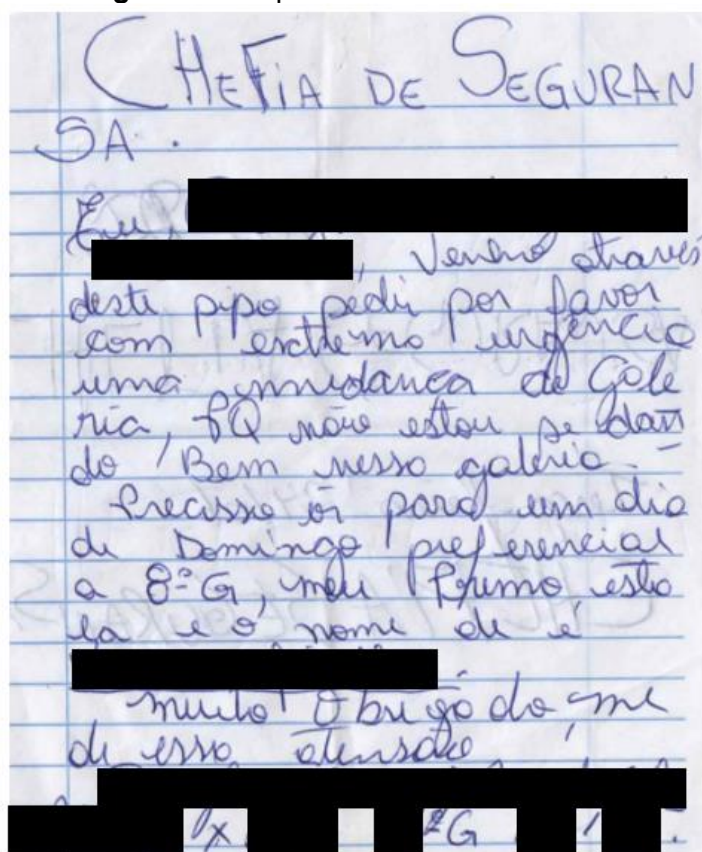
Esta série é composta por pipos que são destinados ao setor responsável pela segurança da penitenciária (DISED – Divisão de Segurança e Disciplina), o qual determinamos como Setor Segurança. Uma das funções da DISED é o controle dos detentos dentro do ambiente prisional. Assim, cabe a ela providenciar todo o cronograma das galerias para momentos de lazer, organizar toda movimentação diária dos detentos de acordo com os compromissos marcados com eles, como atendimento com advogados, com assistentes sociais, com pedagogas, com funcionários da saúde, bem como com os próprios integrantes da segurança para ouvir reclamações, pedidos e denúncias. Além disso, todas as necessidades básicas dos detentos são providenciadas por este setor, assim, caso falem materiais de higiene, ou roupas, é para este setor que os detentos se dirigem, ou seja, mandam pipos, normalmente.

Outra função muito importante é o monitoramento dos detentos para que a penitenciária funcione bem diariamente. Cabe aos integrantes desse setor todo o cuidado com ações ilícitas que possam prejudicar um convívio harmonioso. Logicamente que, como em qualquer sociedade, há diversos conflitos na penitenciária, os quais possuem intervenção da DISED para controle e/ou solução.

Os detentos são distribuídos nas celas não apenas de acordo com as vagas que, talvez, estejam disponíveis lá, mas também de acordo com a população que frequenta aquela galeria, com dias de visitas, com grupos ao qual pertenciam, pois há necessidade de separação por crime, por cumplicidade, por conflito, entre outros motivos. Um exemplo disso são os detentos que estudam na educação básica, eles necessitam estar em galerias específicas para que tenham acesso à escola. Outro exemplo são os detentos que possuem vínculo com alguma facção criminosa, pois podem ocasionar problemas para a segurança, devido a isso eles são separados dos detentos que não possuem vínculo com facções. Ainda há os detentos que praticaram crimes considerados imperdoáveis pelos próprios detentos, como estupro, esses também são mantidos em galerias separadas das outras, uma vez que há punição física dos detentos para com esses.

Portanto, esse setor pode receber pipos com diversos pedidos relacionados desde a necessidade de materiais básicos de higiene, como o pedido de mudança de cela ou de galerias por motivos diversos, porém cada pedido é analisado para que a viabilidade dele seja comprovada. Assim, não necessariamente um pedido será atendido, uma vez que cabe aos responsáveis pela segurança levar em consideração a viabilidade dele e o impacto que isso pode causar no ambiente prisional.

Figura 11 – Pipo IX – Série Enunciativa III



CHEFIA DE SEGURANSA.

Eu, [redacted], Venho através deste pipo pedir por favor com extrema urgência uma mudança de Galeria, PQ não estou se dando Bem nessa galeria.

Preciso ir para um dia de Domingo preferencial a 8ª G, meu Primo está lá e o nome de é [redacted]

Muito obrigado por me dar essa atenção.

[redacted] 1x [redacted] 2G [redacted]

Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Transcrição – Pipo IX

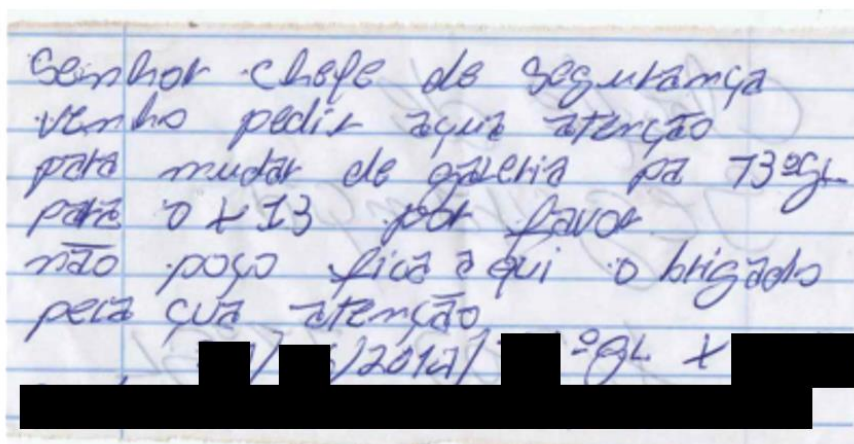
Chefia de Seguransa.

Eu, [Nome próprio], Venho através deste pipo pedir por favor com extrema urgência uma mudança de Galeria, PQ não estou se dando Bem nessa galeria.

Preciso ir para um dia de Domingo preferencial a 8ª G, ,eu Primo esta la e o nome de é [Nome próprio].

Muito Obrigado, me de essa atenção
 [Nome próprio]
 X [...] [...]ª G [...] / [...]

Figura 12 – Pipo X – Série Enunciativa III



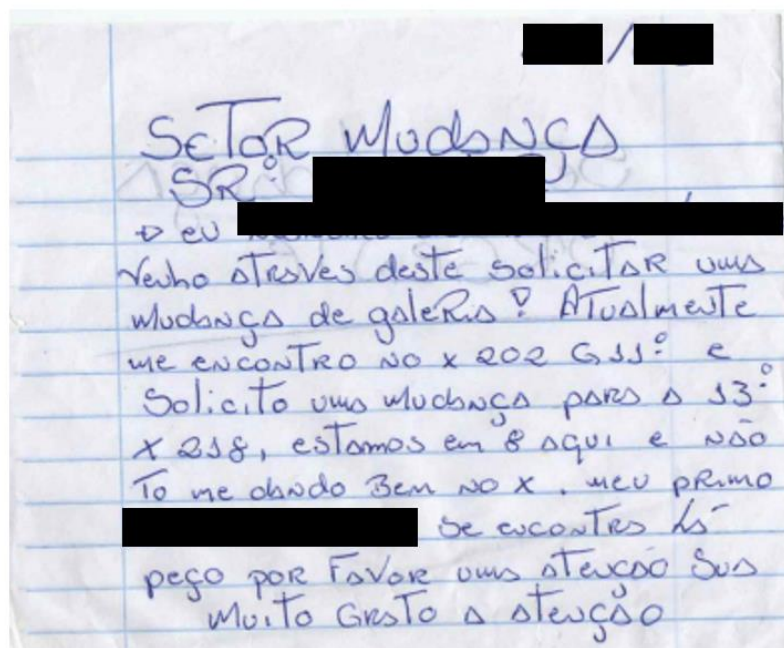
Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Transcrição – Pipo X

Senhor chefe de segurança venho pedir a sua atenção para mudar de galeria pa 13ª gl para o x 13 por favor não poço fica aqui obrigado pela sua atenção

[...] / [...] / 2012 / [...]ª gl x [...]
 [Nome próprio]

Figura 13 – Pipo XI – Série Enunciativa III



Setor Mudança
SRº [redacted]
De eu [redacted]
Venho através deste solicitar uma
mudança de galeria! Atualmente
me encontro no x 202 G33º e
Solicito uma mudança para a 33º
x 238, estamos em 8 aqui e não
to me dando bem no x. meu primo
[redacted] se encontra lá
peço por favor uma atenção sua
Muito Grato a atenção

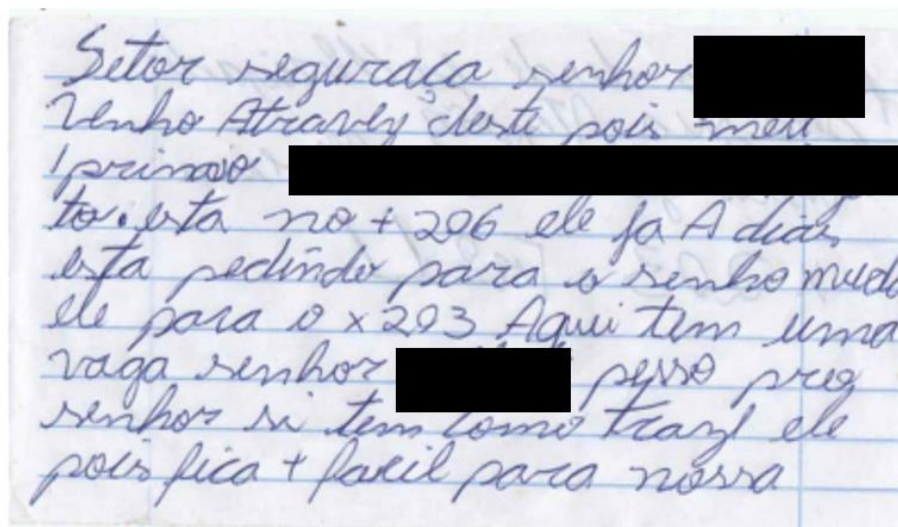
Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Transcrição – Pipo XI

Setor mudança

SRº [Nome próprio]

eu [Nome próprio] Venho através deste solicitar uma mudança de galeria!
Atualmente me encontro no x [...] G [...] e Solicito uma mudança para a
[...]ª x [...], estamos em 8 aqui e não to me dando bem no x. meu primo
[nome próprio] se encontra lá éço por favor uma atenção sua
muito grato a atenção

Figura 14 – Pipo XII – Série Enunciativa III


Setor segurança senhor [redacted]
 Venho Atravez deste pois meu
 1º primo [redacted]
 esta no x + 206 ele ja A dias
 esta pedindo para o senho muda
 ele para o x + 293 Aqui tem uma
 vaga senhor [redacted] pesso
 pro senhor si tem como traze ele
 pois fica + facil para nossa

Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Transcrição – Pipo XII

Setor segurança senhor [nome próprio] venho Atravez deste pois meu primo [nome próprio]. esta no x [...] ele ja A dias esta pedindo para o senho muda ele para o x [...] Aqui tem uma vaga senhor [nome próprio] pesso pro senhor si tem como traze ele pois fica + facil para nossa familia desde ja Obrigado pela sua Atenção
 [Nome próprio]
 X [...] Gº [...]

Ressaltamos que todos os pipos encaminhados a algum setor administrativo passam primeiro pelo setor de segurança para que sejam lidos, verificadas suas mensagens, separados e encaminhados aos setores apropriados de acordo com o especificado no remetente. Assim, alguns pipos possuem inicialmente o remetente, como no pipo IX, “Chefia de Seguransa”, e no pipo XI, “Setor Mudança³⁴”, e no pipo XII, “Setor segurança”. Porém, alguns pipos, como já passarão pelo setor de segurança e serão entregues diretamente a um agente penitenciário, muitas vezes, não possuem o setor

³⁴ O setor DISED recebe vários nomes uma vez que possui várias funções a serem exercidas. No caso do pipo XI, ao escrever “Setor Mudança”, o sujeito especifica o assunto a ser tratado, o qual é mudança de cela. Demonstra, assim, conhecimento de funcionalidade já que alguns agentes são responsáveis pela mudança de cela, outros pelo encaminhamento de materiais básicos, outros pela verificação de conflitos, entre outros.

destinado bem marcado, conforme as duas séries anteriores, iniciando diretamente com o vocativo, como o pipo X, “Senhor chefe de segurança”. Além disso, notamos também que, assim como os outros, os pipos desta série também possuem a data em que foram escritos, a localização dos sujeitos na penitenciária, a galeria e a cela, como também o nome próprio completo dele.

Salientamos que, no caso desta série, os pipos IX e XI se iniciam nos moldes de uma declaração formal, como, respectivamente, “Eu, [nome próprio], venho através deste pipo” e “eu [nome próprio] venho através deste” e são finalizados com assinatura do nome próprio no final igualmente. Diferentemente, os pipos X e XII, apesar de colocarem o nome próprio, assinatura, apenas no final, se iniciam, respectivamente, com “venho” e “Venho Atraves deste”, demonstrando assim que, apesar da pouca variação, há sequências discursivas a serem executadas quando os pipos são destinados ao setor de segurança, as quais pois estrutura baseada em documentos formais do campo jurídico.

Abordamos que, apesar de todos os pipos desta série serem destinados ao setor de segurança e todos possuírem o foco em pedir algo, os discursos são constituídos de forma distintas a ponto de demonstrar posições sociais variáveis, uma vez que os pedidos também os são. O pipo IX possui como verbo norteador o “pedir”, seguido da expressão “por favor”, marcando um padrão social a ser seguido quando se pede algo de forma educada. Assim requisitando logo em seguida “uma mudança de Galeria”, porém, ante essa fala, o sujeito se utiliza da expressão “com extrema urgência”, a qual, no ambiente em que está sendo utilizada, pode gerar grande alerta, uma vez que, dependendo do motivo da mudança, se não for efetuada rapidamente, há possibilidade de violência entre os detentos da galeria. Além disso, a expressão “com extrema urgência”, apesar de poder marcar risco ao detento, pode também ter sido utilizada como forma de intensificar a necessidade de o detento ser atendido, uma vez que nenhuma decisão na penitenciária é tomada sem ser analisada cuidadosamente antes e essa expressão é utilizada na tentativa de acelerar o processo. Após o pedido ser intensificado, o sujeito explica, “PQ não estou se dando Bem nessa galeria”, e esse motivo, teoricamente, descreve a situação difícil do detentos, pois salienta que a inimizade na galeria pode gerar transtorno e prejudicar não apenas alguns detentos, mas também o bom funcionamento da penitenciária, produzindo, assim, um discurso plausível não apenas para uma mudança

de galeria, mas para um atendimento presencial com a finalidade averiguar o que está ocorrendo, pois os conflitos entre os detentos podem ocorrer por diversos motivos, como emprestar algo e não devolver, pegar algo sem autorização, ofender um detento de uma hierarquia maior, entre outros.

Porém, em continuidade, o sujeito adiciona um motivo que ameniza a problemática citada anteriormente, pois requisita “ir para um dia de Domingo preferencial a 8ª G, meu primo está lá e o nome dele é [nome próprio]”. Essa explicação não exclui a possibilidade de conflito citada no pedido inicial, porém, quando cita “ir para um dia de Domingo³⁵”, não está ligado a uma preferência de galeria, mas uma preferência por dia que pode ser visitado pela família, assim ressaltando que a mudança de galeria não é apenas por inimizade, mas também por preferir que suas visitas sejam feitas aos domingos, fato intensificado por requisitar não apenas o dia de visita, mas também a galeria a qual desejava ir, “8ª G” e implicitamente a cela que também gostaria de ser transferido, ao citar o nome próprio de outro detento e que ele é seu primo, pois isso facilitaria não apenas a harmonia do detento na cela, mas também que ambos sejam visitados no mesmo dia pela família.

Assim, inicialmente o discurso do pipo X é construído de forma a ressaltar uma inimizade na galeria e esse ser o motivo da mudança, no entanto, após isso, o sujeito denota uma preferência por obter visitas nos dias de domingo, ir para oitava galeria e na cela de seu primo. Logo, percebemos não apenas um discurso ligado ao ambiente prisional e suas peculiaridades, como também a necessidade de ser realocado para perto do familiar e assim facilitar a visita para ambos nos dias de domingo.

O sujeito finaliza seu pipo com um agradecimento, “Muito obrigado”, mesmo que ainda não tenha sido trocado de galeria, mantendo o padrão dos pipos em suas finalizações. Também adiciona um outro pedido, de forma a intensificar o que já foi abordado, “me de essa atenção”, o que pode marcar não apenas uma intensificação do

³⁵ Toda galeria possui uma tabela com dias e horários de visitas, as quais ocorrem durante toda a semana. A preferência por estar em galerias em que as visitas sejam aos fins de semana é um fato, uma vez que são os dias em que as famílias não trabalham e que possuem tempo hábil para visita, fato que os tornam as preferências dos detentos. Porém vários são os fatores que possibilitam essas mudanças de galerias, como comportamento, pedido do advogado, família de outra cidade... Além disso, para que haja troca de galeria, precisa haver uma vaga, que pode ocorrer por permuta, quase não ocorre, por mudança obrigatória, cometeu alguma infração, ou por determinação da direção. Jamais, por motivos de comodidade, um detento é transferido para uma cela que já está em sua capacidade máxima

pedido anterior, como também a necessidade de atenção a um pedido feito em relação a outros não atendidos, pois pode ser que não receba a devida atenção do setor da DISED.

No pipo X, o sujeito também se utiliza do discurso para requisitar algo, fato que também é demonstrado pelo verbo “pedir”. Em sequência, temos “aça atenção para mudar de galeria”, o que demonstra que o sujeito não pede apenas a mudança, mas também a “atenção” do responsável para que isso aconteça. Tal construção pode ocorrer por diversos fatores, porém o mais adequado a se ressaltar aqui é que, em uma sociedade carcerária repleta de sujeitos e de pedidos, bem como as dificuldades desses pedidos serem vistos e atendidos, o primeiro passo seria pedir a atenção, como forma de pedir ajuda, ou sejam, demonstrando a necessidade do outro para que a mudança ocorra, o que, na verdade, é um fato, pois, sem a decisão do responsável, a mudança não ocorrerá. Como forma de complementar o pedido, o sujeito adicionar que quer ir “pa 13ª gl para o X 13”, especificando o local exato que quer passar a residir, pedido que também é marcado pela expressão “por favor”. Os pedidos de mudanças para galerias específicas nunca se dão ao acaso, sempre há motivação interna para que haja esse desejo, como ficar próximo de algum conhecido, como mudar o dia de visita, como ir para uma galeria em que se possui mais liberdade³⁶, fugir de alguns agentes penitenciários, como fugir dos próprios detentos daquela galeria, caso tenha feito inimizades.

Para complementar o pedido de mudança de cela e de galeria, o sujeito se vale de um discurso vago, “não poço fica aqui”, o que acende um alerta na mente do responsável pela segurança, pois a lacuna contida nesse discurso abre um leque de possibilidades que podem ter incentivado esse pedido. O receptor, nesse caso, considerando que é um dos responsáveis pela segurança da penitenciária, formula possibilidades para esse pedido, as quais variam em preferência de dia de visita, preferência de dia de pátio de sol, preferência por ficar próximo de algum familiar ou conhecido. No entanto, nesse discurso, salientamos que, apesar de a lacuna possibilitar

³⁶ A penitenciária é comandada/organizada principalmente pelos agentes penitenciários, os quais estão em contato direto com os detentos com maior intensidade. Logo, o contato entre detentos e agentes é inevitável. Alguns desses são mais maleáveis que os outros, ou menos cruéis, o que ocasiona a mudança de galeria para que essa seja cuidada por um grupo de agentes específico que “facilite” a sobrevivência ali, e não ao contrário.

motivos, o discurso “não poço fica aqui” também possibilita as questões de inimizades e de riscos ao bem-estar tanto do detento, que está requisitando, quanto de qualquer outro da cela ou da galeria. Assim, com essa lacuna de explicação, há necessidade de que ou a mudança seja feita, ou que haja um atendimento presencial para que esse pedido seja explicado, pois, caso seja um caso de ações ilícitas³⁷, a DISED precisa intervir. Além disso, ressaltamos que esses pipos normalmente são separados pelos detentos que trabalham dentro da penitenciária, assim, qualquer denúncia feita nos pipos pode gerar murmúrios/boatos entre os detentos e os conflitos serem ainda mais incentivados entre eles, já que essas denúncias feitas por detentos os colocam em situações de risco, pois ninguém mais confia e há maus tratos, devido a isso, também, alguns discursos são compostos por esses não ditos, os quais apontamos como “lacunas”.

O pipo é encerrado com a expressão “obrigado pela çua atenção”. Abordamos que a “atenção”, nesse caso, não possui a mesma significação que o termo em “pedir açua atenção para mudar de galeria”, pois nesse o termo “atenção” possui variação semântica devido à condição em que é utilizado, uma vez que não pede literalmente a atenção do receptor para o discurso, mas requisita a ajuda, o apoio para que haja a mudança de galeria. Já no caso do agradecimento pela atenção, não podemos abordar que agradece pelo atendimento pelo pedido, pois ainda não foi efetuado e nem há certeza de que o será, mas que agradece por disponibilizar tempo para leitura do pipo que foi escrito e talvez considerar a possibilidade de atendimento dele.

O pipo XI também visa ao pedido de algo, mas, nesse caso, marcado pelo verbo “solicitar”. Reparemos que, neste caso, o sujeito se utiliza de um verbo considerado mais adequado à linguagem formal, assim demonstrando ser possuidor de maior vocabulário e instaurando um *ethos* distinto da maioria dos detentos, com mais formação. Em seguida, o sujeito já especifica que precisa de “uma mudança de galeria!”. Reparemos que nesse caso o sujeito se utiliza diretamente de um discurso que determina o que precisa, sendo bem objetivo.

³⁷ Em muitas celas, os detentos possuem objetos ilícitos, como drogas. Todos os detentos que estão naquela cela estão sujeitos a punições caso isso seja descoberto e o responsável não identificado. Assim, muitas vezes, por não concordarem com os ideais da cela, as ações produzidas ali e a possibilidade de punição sem ser culpado, os detentos optar pelo pedido de mudança.

Após o tema do pipo ser exposto, o detento cita que “Atualmente me encontro no x [...] G [...]”. Ressaltamos que o advérbio “Atualmente” faz uma marcação temporal no discurso, salientando, além disso, que, em outros momentos³⁸, não residia naquela localização, ou seja, já passou por mudança de galeria, estando em outra(s) cela(s) em outro(s) momento(s) e, em seguida, o discurso é acompanhado pela localização, fato incomum nos pipos, já que normalmente essas informações estão no final e/ou no começo e fora do corpo do texto, porém coerente com a progressão do texto, já que o foco é pedir a mudança de uma para outra. Essa inclusão da informação no corpo do texto, em prosa, marca também uma maior habilidade de desenvolver textos, o que reafirma o *ethos* de maior possuidor de conhecimento em língua portuguesa. Em seguida, o sujeito reitera o verbo inicial, “solicito”, e insere a localização para a qual quer ir, “uma mudança para a galeria [...] x [...]”. Esse processo marca não apenas o pedido de mudança, mas também a vontade de querer estar em outro lugar de forma que assim seja benéfico para ele em relação à quantidade de detentos na cela, uma vez que explica que lá estão em “8” detentos, denotando que é muito para apenas um lugar. Esse argumento de quantidade é de extrema coerência, uma vez que, nas celas, só há camas para seis detentos e, quando ultrapassa esse número, os outros dormem em colchões no chão, quando há colchões. Ressaltamos que um dos argumentos utilizados para sair daquela cela é a quantidade de detentos, porém, uma vez que a comunicação é proibida entre os detentos, como ele poderia saber que a localização que pediu para ser enviado possui menos detentos? Essa informação pode significar que o sujeito possui não apenas conhecimento do que ocorre em sua cela, com a qual possui contato diário, do que ocorre em sua galeria com a qual possui contato nos dias de pátio de sol, mas que também possui conhecimento de outras galerias, denotando que, apesar da proibição de comunicação, há, entre eles, formas de consegui-las e de utilizá-las. Como complemento do argumento em relação à cela, o sujeito cita que “não to me dando bem no x”, afirmação de extrema importância para a segurança da penitenciária, uma vez que a falta de

³⁸ As mudanças de celas feitas pela DISED acontecem de acordo com o que os responsáveis estabelecem com foco no bom funcionamento da penitenciária. Muitas vezes os detentos mudam de cela sem saber o motivo exato, apenas por reorganização deles. Logo, quem determina a localização dos detentos é a DISED sem que eles concordem, pois ali não há esse poder de escolha, por isso os pipos pedindo por ir para outras localizações.

harmonia entre os detentos integrantes da cela pode gerar violências e prejudicar a integridade dos detentos pelos quais o Estado é responsável. Assim, o sujeito se utiliza de dois argumentos relacionados à cela, porém com significações distintas, uma vez que um está ligado à estrutura e outro ao convívio comum. Além dessas duas explicações para que haja a mudança de galeia, o sujeito se utiliza de um terceiro argumento, que destoa dos motivos citados anteriormente, pois a cela em que quer residir é a mesma na qual o primo dele está localizado, “meu primo [nome próprio] se encontra lá”, marcando assim a busca por ficar perto da família, o que pode significar, não apenas um porto seguro em um lugar de insegurança, ficar perto de alguém que conheça bem, mas também que facilitará nos dias de visita, pois ficará um dia em que a família pode visitar os dois ao mesmo tempo.

O sujeito encerra seu discurso com “peço por Favor uma atenção sua” e “muito grato a atenção”. Ressaltamos que o “por favor” é utilizado como forma de demarcar que o sujeito possui educação e depende da vontade do outro para que algo seja feito, marcar uma cordialidade, o que aqui é utilizado justamente para marcar essa posição-sujeito que possui “bons modos”, que sabe como tratar outras pessoas, ainda mais nas condições de produção em que se encontra, tratando com pessoas de uma classe social hierárquica maior, mesmo estando em processo de ressocialização. Além disso, agora o sujeito se utiliza do verbo “pedir”, “peço”, porém aqui é utilizado para pedir “uma atenção sua”, podendo denotar “atenção” no sentido de prestar atenção no caso dele e também “atenção” no sentido de ajudá-lo. Ademais, o sujeito já se coloca como “muito grato a atenção”, mesmo que nada ainda tenha sido feito por ele, o que pode marcar não realmente uma gratidão, mas um discurso comum de agradecer só por estar sendo visto, lido, levado em consideração, e a “atenção” que aqui destoa do “atenção” anterior, pois marca não “atenção” de ajuda, mas “atenção” de ter destinado um tempo para leitura daquele pipo, por prestar atenção nele.

O pipo XII possui uma configuração discursiva incomum dos outros, uma vez que não se inicia pela temática, “Venho através deste pois meu primo [nome próprio] está no x [...] ele já A dias esta pedindo para o senho muda ele para o x [...]”, mas pela explicação, fato comprovado não apenas pela conjunção coordenativa explicativa “pois”, mas principalmente por contextualizar o motivo de estar mandando aquele pipo, para ajudar

o primo a mudar de cela, já que esse pede e o setor de segurança não atende, aparentemente. Nesse trecho, aborda-se não o detento que escreve um pipo requisitando algo diretamente para si próprio, mas um sujeito que assume uma posição de intercessor a fim de tentar ajudar o outro. Além disso, notamos diretamente um posicionamento crítico, já que o primo “já A dias está pedindo para o senho”, ou seja, o sujeito aborda que há dias que o pedido é feito e não é atendido, porém aqui ressaltamos que todos os pedidos passam por análises para serem aprovados ou reprovados, ação essa que leva dias, muitas vezes, devido à quantidade de pedidos e de atendimentos a serem considerados pela DISED. Porém, há um problema no retorno dos pipos. Raramente pipos de detentos obtêm respostas tanto se aprovados quanto se negados. Logicamente que, se aprovados, os detentos saberão devido à mudança, mas não sabem dos prazos nem das análises. Por isso há uma repetição de pedidos iguais de um mesmo detento, pois há a dúvida se o pipo chegou em mãos, pode não chegar ao destino, há a dúvida se foi aprovado e se será realizado, há a dúvida se foi negado e o porquê. Essa falta de retorno gera, nesse caso, a intervenção, tentativa, de ou terceiro que busca pelo objetivo do primo, a mudança para outra cela, fato que demonstra que, apesar de estar privado de seus direitos, de sua liberdade de expressão, o sujeito encontra uma forma de se informar, pois sabe sobre a condição do primo mesmo não possuindo contato direto e autorizado com ele, e encontra também uma forma de se posicionar em relação à situação, assumindo uma posição de intercessor, a qual, pela condição em que se encontra, não seria adequada, no entanto, por meio do discurso do pipo e da possibilidades de se comunicar com o setor de segurança, consegue se posicionar perante o outro.

Após isso, o sujeito argumenta o porquê de o pedido ser viável, ressaltando que “Aqui tem uma vaga”, porém há pergunta é simples: se tem uma vaga ali, por que há celas que estão com mais detentos? A penitenciária possui vários processos para que os detentos sejam encaminhados às celas, um deles é a análise de vagas, controle que é feito por sistema *online* e que possuem acesso a todo momento³⁹, uma vez que precisam

³⁹ Toda mudança de detento de localização dentro da penitenciária é autorizada pelo chefe de segurança da DISED. Assim, qualquer mudança, desde ir para a galeria com acesso à escola até a uma nova galeria por questões de segurança física de detentos, tem que passar pelo responsável do setor. Ou seja, o controle de detentos é rígido, uma vez que uma “simples” mudança pode ocasionar muitos transtornos

saber, para organização, exatamente a localização de cada detento. Outra forma de análise é o crime cometido, inicialmente há uma tentativa de alocação de crimes comuns. Outra forma é a questão dos dias de visitas, os quais são disputados também para facilidades das famílias. Mais uma delas é a alocação de sujeitos que podem afetar o bom funcionamento da penitenciária, assim alguns detentos não podem ficar na mesma cela de outros. Apesar da facilidade de colocar parentes dentro de uma mesma cela para que as visitas sejam feitas e para que haja bom convívio na cela, há a problemática de cumplicidade entre eles, o que pode afetar o funcionamento da penitenciária, assim, não basta apenas uma vaga na cela, mas há outros fatores a serem considerados pela DISED.

Após a crítica e o argumento, o sujeito, por meio do verbo “pedir”, expõe o objetivo principal do pipo, “pesso pro senhor si tem como traz ele”. O tema desse pipo é o pedido de mudança de galeria de um terceiro, do primo, porém, em seu discurso, há elementos que denotam ainda mais esse pedido e a posição assumida pelo sujeito, como a possibilidade instaurada, “si tem como”, uma vez que, apesar de ter uma vaga, não é motivo suficiente para a mudança. Assim, após toda constituição do discurso, o sujeito se coloca em condição de um pedido a ser feito em prol de outro, marcado por uma possibilidade a ser alcançada pela vontade do “senhor”, funcionário da DISED. Após isso, há outro argumento feito pelo sujeito além da vaga na cela, “pois fica + facil para nossa familia”, o que denota não apenas uma preferência por estar junto com um familiar, mas que facilitaria a vida dos que estão dando assistência aos dois, pois, provavelmente, facilitaria os dias de visitas, bem como a destinação de mantimentos⁴⁰ a eles, já que não precisariam dividir quando deixassem na recepção.

O pipo é finalizado com “desde ja Obrigado pela sua Atenção”, discurso que denota não apenas um agradecimento por lê-lo, mas também uma marca de formalidade social ressaltada pelo comportamento dos sujeitos, o que contribui para posição assumida de

tanto para harmonia da penitenciária, quanto para suporte administrativo caso um detento seja requisitado por um advogado, por exemplo.

⁴⁰ Todo detento tem direito a receber mantimentos externos, o que se chama, na penitenciária em questão, de “Dia de sacola”. Sacolas com mantimentos são deixadas em dias e em horários específicos na recepção da penitenciária, as quais são conferidas, para que não entre nada proibido, e marcadas com o nome do detento, a galeria e a cela em que está para que posteriormente sejam entregues a eles. Essas sacolas podem conter desde mantimentos básicos, como alimentos e materiais de higiene, como interativos, como livros.

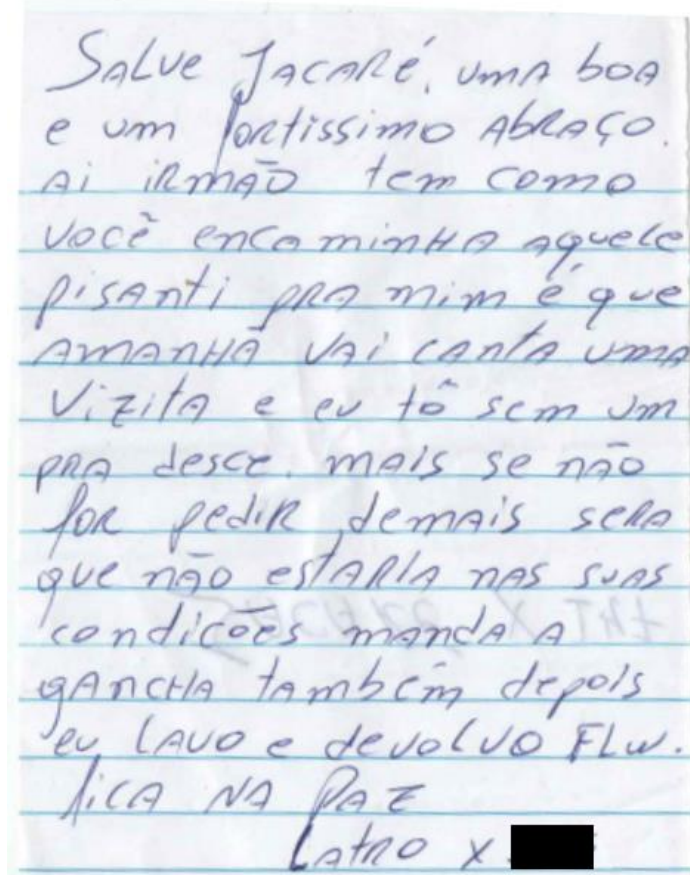
requisitante, bem como marca a respeitabilidade para com o outro. Porém, não podemos deixar de abordar que esse discurso pode, também, ser, mesmo que inconsciente, uma forma de tentativa de manipulação para demonstrar essa respeitabilidade mesmo sem tê-la, já que o discurso contém traços de irritabilidade/de crítica pela falta de ajuda ao primo e pela demora em ocorrê-la.

5.1.4 Série enunciativa IV – Setor de resistência

Esta série, a qual denominamos Setor de resistência, possui como *corpus* pipos que são destinados a detentos pelos próprios detentos, os quais são, teoricamente, proibidos uma vez que a comunicação entre eles também o é.

Ressaltamos que os detentos são proibidos de se comunicarem entre eles como forma de evitar trocas de informações que podem afetar o bom funcionamento da penitenciária e como forma de demonstração de poder. Essa censura ocorre em várias instâncias, a principal delas é a proibição do diálogo oral entre eles. Assim, uma das formas de “quebrar” a regra do silêncio é a utilização de pipos que são enviados de forma ilícita pelos próprios detentos.

Esses pipos podem conter diversos tipos de informações, como negociação de mantimentos básicos, pedidos de empréstimos, passar informações de detentos ou de funcionários, negociação de drogas, entre outros. Salientamos que os pipos são uma forma de resistência dos detentos para com o sistema que os priva, tenta, da comunicação, porém os trocados entre detentos são uma forma de resistência ainda maior para com o sistema imposto a eles pelos Estados e pelos seus funcionários, de forma a conseguirem, muitas vezes, que esses pipos cheguem ao seu destino estipulado, quando não interceptados pela DISED, caso que ocorreu com os pipos desta série.

Figura 15 – Pipo XIII – Série Enunciativa IV


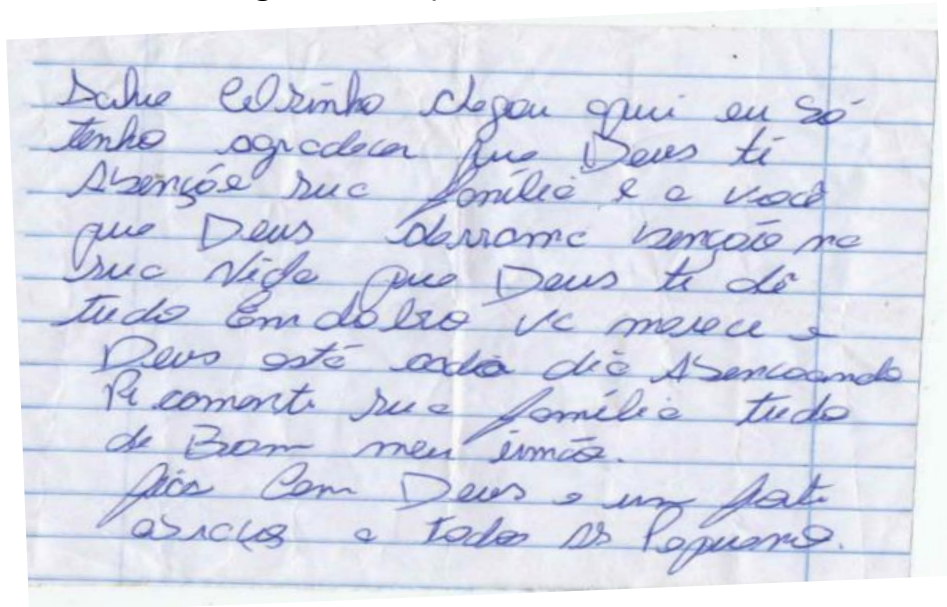
Salve Jacaré, uma boa
e um fortissimo abraço.
Ai irmão tem como
você encaminha aquele
pisanti pra mim é que
amanhã vai canta uma
vizita e eu tô sem um
pra desce. mais se não
for pedir demais sera
que não estaria nas suas
condições manda a
gancha também depois
eu lavo e devolvo flw.
fica na paz
Latro x [REDACTED]

Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Transcrição – Pipo XIII

Salve Jacaré, uma boa e um fortissimo abraço ai irmão tem como você encaminha aquele pisanti pra mim é que amanhã vai canta uma vizita e eu tô sem um pra desce. Mais se não for pedir demais sera que não estaria nas suas condições manda a gancha também depois eu lavo e devolvo flw. fica na paz

Latro x [...]

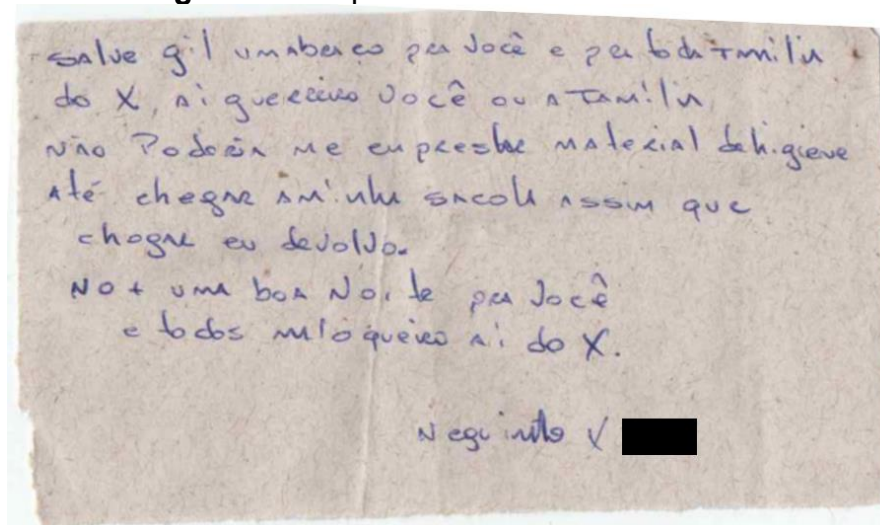
Figura 16 – Pipo XIV – Série Enunciativa IV


Salve Celsinho chegou aqui eu só
tenho agradecer que Deus te
Abençoe sua família e a você
que Deus derrame benção na
sua vida que Deus te dê
tudo em dobro vc merece e
Deus está cada dia Abençoando
Ricamenti sua família tudo
de Bom meu irmão.
fica Com Deus e um forte
abraço a todos As Pequeno.

Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Transcrição – Pipo XIV

Salve Celsinho chegou aqui eu só tenho agradecer que Deus té Abençõe sua família e a você que Deus derrame benção na sua vida que Deus te dê tudo Em dobro vc merece e Deus está cada dia Abençoando Ricamenti sua família tudo de Bom meu irmão.
fica Com Deus e um forte abraço a todos As Pequeno.

Figura 17 – Pipo XV – Série Enunciativa IV


Salve Gil um abraço pra você e pra toda família
do X, ai queeeeuu você ou a família
não podem me esquecer material de higiene
até chegue em uma sacola assim que
chegar eu devolvo.
No + uma boa Noite pra você
e todos muito queeeeuu ai do X.
Neguinho ✓

Fonte: Arquivo pessoal do autor.

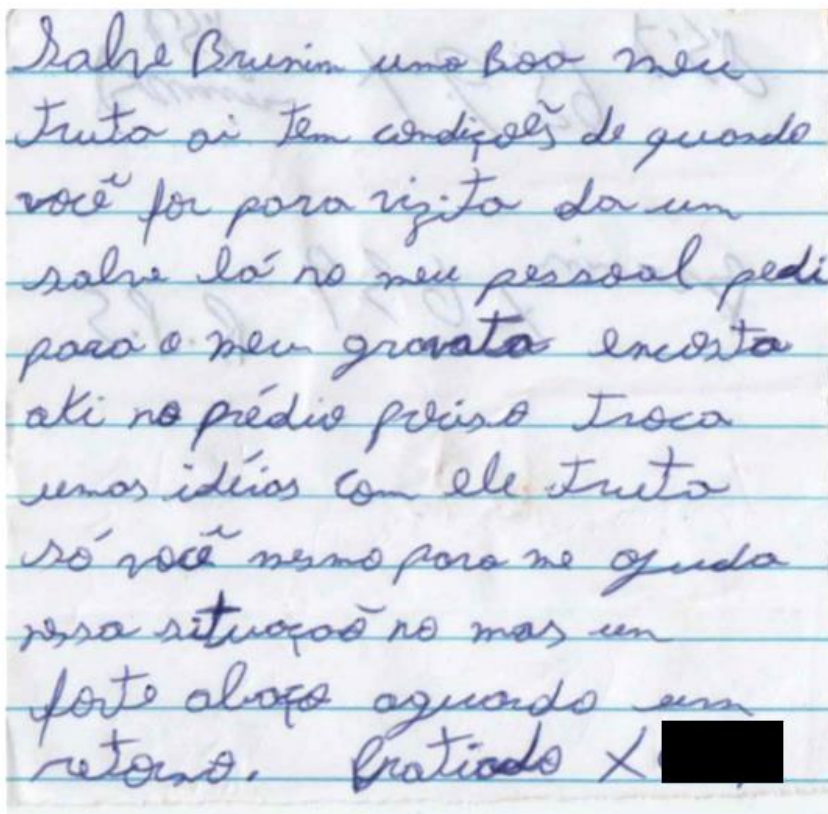
Transcrição – Pipo XV

Salve gil um abraço pra você e pra toda família do X, ai guerreiro você ou a família não poderia me empresta material de higiene até chegar aminha sacola assim que chegar eu devolvo.

No + uma boa noite pra você

e todos maloqueiro ai do X.

Neguinho X [...]

Figura 18 – Pipo XVI – Série Enunciativa IV


Salve Brunin uma boa meu
 truta ai tem condições de quando
 você for para visita da um
 salve lá no meu pessoal pedi
 para o meu gravata encosta
 ali no prédio preciso troca
 umas idéias com ele truta
 só você mesmo para me ajuda
 nessa situação no mas um
 forte abraço agurado um
 retorno. Pratiado X [...]

Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Transcrição – Pipo XVI

Salve Brunin uma boa meu truta ai tem condições de quando você for para visita da um salve lá no meu pessoal pedi para o meu gravata encosta ai no prédio preciso troca umas idéias com ele truta só você mesmo para me ajuda nessa situação no mas um forte abraço agurado um retorno. Pratiado X [...]

Os pipos dessa série, diferentemente dos pipos das anteriores, não possuem o setor de destinação da mensagem, uma vez que não são separados nem destinados “legalmente” aos receptores. Esses pipos são passados entre os detentos até que cheguem ao seu destinatário, com o qual o sujeito que o produziu mantém contato direto, ou seja, os pipos desta série são todos iniciados por uma saudação mais o vocativo, como “Salve Jacaré”, “Salve Celsinho”, “salve gil” e “Salve Brunim” respectivamente. Essa construção marca não apenas uma saudação comum, já que essa é feita com uma expressão específica utilizada entre os detentos, “Salve”, para se cumprimentarem, mas marca também uma posição de quem pertence, ou tenta pertencer, àquele grupo, àquela sociedade, já que se utiliza de um discurso comum dela. Além disso, após a saudação, não há utilização de nomes próprios, mas de alcunhas que marcam a intimidade e o conhecimento que o sujeito possui daquela condição e de seu receptor.

Ressaltamos que esses pipos não possuem nomes próprios nem de seus receptores nem de seus produtores. Tal fato se dá por vários motivos: I. por ser um meio ilícito de comunicação, a produção desses pipos pode gerar punições, assim a utilização de alcunhas pode ser uma forma de evitar que os agentes penitenciários identifiquem tanto produtor como receptor; II. A utilização de alcunhas pode demonstrar mais proximidade entre os sujeitos, uma vez que os conhecedores delas normalmente são os próprios detentos; III. A tentativa de demonstração de pertencimento àquele grupo de detentos, uma vez que as alcunhas marcam tal fato, pois são determinadas, normalmente, por sujeitos que pertencem àquele grupo, pelos próprios detentos; IV. O não conhecimento do nome próprio também é uma possibilidade, uma vez que muitos detentos, ao adentrar o sistema penitenciário, já são apresentados pelas alcunhas como forma de marcar uma posição naquela sociedade.

Seguindo o mesmo viés da utilização de alcunhas para os remetentes, ressaltamos que todos os pipos são assinados ao final, contendo alcunha e número de cela em que está residindo. A utilização da alcunha ao fim possui como foco a identificação do sujeito que produz o pipo e, por se tratar da alcunha, dificulta a identificação também dele pela equipe de segurança, caso o pipo seja interceptado. A demarcação do número da cela é uma necessidade de identificação, pois, como são

muitos os presos, as alcunhas podem se repetir, ou seja, existem detentos que possuem a mesma alcunha, porém possuem localidades distintas.

As formas com que os detentos se tratam possuem várias bases para serem estabelecidas, como utilização do diminutivo/aumentativo do nome próprio (“Brunim”, “Celsinho”), abreviação do nome próprio (“gil”), crime cometido (“Latro” – redução de latrocínio), características físicas (“Pequeno”, “negrinho”), e outros e que fica mais difícil saber as motivações, pois pode envolver motivos variados, como “Jacaré”, que pode fazer referência às características físicas, às habilidades, à forma de agir, e “Pratiado”, que pode ser referência à cor do cabelo, dos dentes, ao valor do sujeito, à função naquele grupo, ao histórico de vida. Todas essas motivações para alcunhas se dão devido a motivos específicos do grupo ao qual os detentos pertencem, o que marca também a posição social dentro daquela sociedade, assim a dificuldade de identificação do detento produtor e/ou receptor do pipo. Logicamente que a identificação da cela facilita que, caso o pipo seja interceptado, o sujeito produtor seja encontrado, porém é um risco a ser corrido, uma vez que há necessidade daquela comunicação. Assim, isso marca não apenas a localidade, mas que o detento está disposto a correr o risco de ser identificado e punido devido a essa prática, conforme a importância do assunto a ser tratado e a necessidade de tratá-lo.

Outra característica comum nos pipos é a saudação inicial desejando o bem do receptor e um gesto de carinho, de proximidade, como em “uma boa e um fortíssimo abraço” (pipo XIII), “um abraço pra você e pra toda família do x” (pipo XV) e “uma boa” (pipo XVI). O discurso “uma boa” se repete nos três casos, porém há uma lacuna a ser completada, uma vez que há apenas o adjetivo e não o substantivo ao qual se refere, podendo ser completada por um horário do dia, por exemplo, “uma boa manhã/tarde/noite”, que seria a forma mais coerente de se completar a lacuna, pois é uma saudação comum social a qual se encontra/se destina a alguém. Além disso, as marcas de afeto, de proximidade, de intimidade também são comuns, como o desejo da ação de abraçar, ação comum entre sujeitos próximos. Tal tentativa de proximidade discursiva se dá pelas expressões “um fortíssimo abraço”, marcando cumplicidade para com o receptor, e “um abraço pra você e pra toda família do x”, marcando não apenas a cumplicidade e o desejo de bem para com o receptor, mas para todos que estão

presentes na cela. Salientamos que é comum a utilização de “família” para se referir aos integrantes da cela, por isso o desejo de bem a ele e à família.

De acordo com os estudos de Foucault (2013), principalmente em *Vigiar e punir*, o autor nos mostra que a prisão não apenas reprime, mas também produz sujeitos e modos de relação/existência. Nesse sentido, podemos pensar que a utilização do termo “irmão” não remete a uma família no sentido genético, mas sim à constituição de uma rede de solidariedade, rede esta que surge devido às próprias condições de vigilância, isolamento e disciplina impostos pela instituição. Tais tratamentos não mais são que um modo de subjetivação, ou seja, os indivíduos passam, estrategicamente, a se reconhecerem e a se nomearem a partir de posições discursivas específicas. Além disso, essa “família” carcerária pode nos remeter a uma forma de organização que se constitui no interior do próprio dispositivo prisional. Lembrando Foucault (2021), onde há poder, há resistência, isto é, ao mesmo tempo em que o sistema penitenciário tem como objetivo individualizar e controlar os corpos, esses mesmos corpos/sujeitos acabam produzindo formas coletivas de pertencimento, as quais, muitas vezes, podem causar algum desequilíbrio no funcionamento da instituição. O termo “irmão” atua, então, como uma prática discursiva que reconfigura/ressignifica as relações entre os apenados, criando um laço simbólico, o qual pode garantir proteção, mas, também, regras de conduta. Como se vê, não é possível escapar da lógica disciplinar, uma vez que ela é responsável por traças hierarquias, códigos e mecanismos de controle entre os próprios detentos. Dessa forma, a ideia de “família” que se constitui dentro do sistema carcerário não é um efeito natural, mas sim histórico e discursivo, produzido em determinadas condições de relação de poder, mais especificamente do poder disciplinar.

Além disso, ao fim dos pipos, outras características comuns são as despedidas, as quais são marcadas também por expressões que podem denotar intimidade, proximidade e desejo de bem-estar. Os pipos são marcados por “Flw. fica na paz”, “fica Com Deus e um forte abraço a todos”, “No + uma boa noite pra você e todos maloqueiro ai do X.” e “no mas um forte abraço”. Tais discursos são atravessados por marcas sociais que estabelecem um *ethos* daquele meio, como a despedida “Flw” (Falou), que é utilizada por esses sujeitos na substituição de “tchau”, sendo classificada como uma gíria já que é utilizada normalmente por sujeitos de classes baixas. O desejo para que fiquem bem é

evidente também, como no discurso “fica na paz”, podendo significar que o receptor não está na paz e deve encontrá-la, bem como já está na paz e assim deve continuar, porém ressaltamos que estamos abordando o sistema penitenciário, em que esses sujeitos estão condenados e submetidos a toda dependência do Estado, fato que remove a autonomia desses sujeitos e interfere diretamente no direito de escolha e de ir e vir. Há ainda a expressão “fica com Deus”, denotando não apenas um desejo que Deus o conforte, mas também a religião seguida pelo produtor, cristianismo. É uma marca discursiva comum dessa sociedade ao se despedir dos próximos e dos queridos seguida de “um forte abraço”, que marca não apenas a proximidade de se abraçar alguém na despedida, mas de ser “um forte abraço” que marca a intensidade dessa relação entre eles, uma vez que o contato físico também é proibido entre eles por medidas de segurança, discurso contido nos pipos XIV e XVI.

Há também a expressão “boa noite”, que marca o horário da escrita do pipo, porém, além de marcar o horário da escrita, marca também o horário que se espera que esse pipo seja entregue, fato complexo de se pensar, uma vez que não há locomoção dentro da penitenciária à noite, ou seja, o produtor, de alguma forma, esperava que esse pipo fosse entregue no período noturno, marcando não apenas uma ação ilícita a ser feita, mas também um controle de sua entrega, assim, ressaltando uma forma de quebra das regras da penitenciária, pois quem vai entregar esse pipo no período noturno? Os detentos que cuidam das entregas das marmitas não podem ser, pois todos os detentos que trabalham na penitenciária voltam às suas celas após a entrega do jantar, que ocorre por voltas das 18:00 horas. Sobram os próprios agentes penitenciários que deveriam proibir essas comunicações e não as apoiar. Porém, apesar das possibilidades, esses pipos não têm horário exato de entrega, como os destinados aos setores administrativos, pois, por se tratar de uma ação ilícita, dependem de vários fatores para que sejam entregues, como o adentramento do possuidor dos pipos, normalmente um preso funcionário, nas galerias e a não observação dos agentes.

Ainda ressaltamos que em dois casos o sujeito não se refere apenas ao receptor, mas também a todos os sujeitos que fazem parte daquela cela, “um forte abraço a todos” e “uma boa noite pra você e todos os maloqueiro ai do X”. Esses discursos não marcam apenas a cumplicidade para com o destinatário, mas para com todos os detentos que

habitam aquela localidade, já que fazem parte da mesma sociedade. Ainda ressaltamos a utilização do adjetivo “maloqueiro” que possui tom pejorativo socialmente, sendo marcado pela significação de alguém que não segue as regras da sociedade, ou seja, que precisa ser ressocializado. Porém, nesse caso, a utilização, apesar do tom social pejorativo, é utilizada como forma de despedida de um todo, denotando não apenas a percepção dele dos quais se despede, mas também uma forma de tratamento que não reflete, para aqueles, como ofensa, já que todos estão naquelas condições e se consideram assim. Ou, pensemos, que aceitam essa posição que foram colocados e se identificam como tais.

O pipo XIII inicia com um vocativo, “irmão”, que determina, dentro do sistema penitenciário, não os laços de sangue estabelecidos pela origem genética, mas marca a cumplicidade que se dá entre os detentos naquele ambiente, os quais se tratam e se veem como família por estarem na mesma situação, talvez, por dividirem uma mesma casa, a cela, no caso, por viverem juntos como uma família vive. Tal vocativo não marca apenas um tratamento de proximidade, mas também marca que o sujeito é próximo do destinatário a ponto de considerá-lo um “irmão”.

Seguindo, o sujeito deixa evidente o motivo principal do pipo, requisitar algo. No trecho “tem como você encaminha aquele pisanti pra mim” o sujeito se coloca na condição de pedir um favor ao outro, o tênis emprestado. Para tanto, após o pedido, há a explicação do motivo do empréstimo no trecho “é que vai canta uma vizita e eu tô sem um pra desce”, ou seja, o sujeito produtor receberá uma visita de alguém e está sem um tênis para ir e, devido a tal fator, coloca-se na condição de pedir emprestado para outro preso que não faz parte da cela dele. Além disso, evidenciamos no trecho “mais se não for pedir demais sera que não estaria nas suas condições manda a gancha também” há o pedido de uma meia emprestada para usar junto com o tênis, porém esse segundo pedido estabelece uma condição extra para o sujeito, a qual, se não conseguir se feita, não há problema, pois ele sabe que está a “pedir demais”, uma vez que denota mais cuidado ao pedir por, talvez, considerar um item mais íntimo e de uso exclusivo, ou simplesmente por entender que pode não ser viável para o outro emprestar a meia, por não estar nas condições dele. O segundo pedido é acentuado com um argumento, teoricamente, simples, “depois eu lavo e devolvo”, porém essa explicação da ação a ser

feita depois do uso denota não apenas um cuidado para com a roupa do outro e um processo básico de higiene, mas uma forma de tentar convencer o outro a emprestar não apenas o tênis, como também a meia e que essa será lavada antes de ser devolvida, fato que aparentemente tem que ser combinado antes de se emprestar algo a outros detentos, pois, caso contrário, não precisaria ser dito.

No pipo XIV, possui como mensagem inicial o discurso “chegou aqui” que mostra que o pipo é uma resposta a algo que, talvez, tenha sido pedido anteriormente e encaminhado ao sujeito que requisitou. Assim, podemos considerar que esse pipo não é a mensagem principal, mas a resposta a algo já requisitado ao outro detento, o qual conseguiu atender o que foi pedido. Além disso, ressaltamos que o discurso é limitado em seu sentido, pois ao afirmar que algo “chegou”, devemos considerar que há vários produtos que podem ter chegado, desde material de higiene básica a algo ilícito, como drogas. Assim, esse pipo marca claramente uma das formas de se ocultar o objeto a ser tratado, pois esse pode comprometer os sujeitos envolvidos e ocasionar punições. Ademais, ainda consideramos uma forma de resistência entre os sujeitos, pois a penitenciária possui um grande processo para averiguar tudo que ali adentra e os detentos conseguem reagir a esse processo e fazer com que objetos sejam trocados por eles de cela para cela por meio de pipos e de alguém que os entregue, podendo marcar não apenas uma “liberdade” de troca entre os detentos, mas também que os próprios funcionários colaboram, ou que simplesmente não percebem essa movimentação.

No restante do pipo, o sujeito marca o quão grato é ao receptor por ter chegado lá e inicia um discurso de agradecimento, marcado por “eu só tenho a agradecer”. Esse discurso de gratidão é reforçado pelos desejos destinados ao receptor do pipo “que Deus te Abençoe sua família e a você que Deu derrame benção na sua vida que Deus te dê tudo Em dobro vc merece e Deus está cada dia abençoando Ri camenti sua família tudo de bom”. Tais desejos de benção marcam não apenas a gratidão do sujeito, mas principalmente o quanto ele deseja que tudo que foi feito por ele seja retribuído “Em dobro”, pois ele “merece” e que “Deus” já está “abençoando” a ele e a “sua família”. Devido a todo processo de controle de objetos dentro da penitenciária e à impossibilidade financeira de algumas famílias ajudarem seus entes presos, a necessidade de um detento ajudar o outro é muito comum e, sempre que conseguem, ajudam um ao outro,

pois se consideram uma “família”, por isso o vocábulo família não necessariamente está se referindo à família biológica do receptor do pipo, mas pode se referir à família que compõe a cela, ou seja, aos presos que moram com ele. Ainda, ao fim dos agradecimentos, o sujeito usa o vocativo “meu irmão”, que comprova além de um agradecimento básico a alguém que o ajudou, mas que o considera “irmão”, pois fazem parte de uma irmandade.

O pipo XV, diferentemente do outros dois, não se utiliza o vocativo “irmão”, mas o vocativo “guerreiro”, vocábulo que possui várias significações, sendo por ser forte, por seu ético, por ser moral, por pertencer a um exército, por lutar por algo pela sociedade. Porém, na penitenciária, essa significação pode estar ligada além disso, principalmente a ser um “guerreiro” no sentido de sempre lutar contra as adversidades que aparecem. Também é uma forma de denotar uma percepção sobre o receptor, sobre suas características, forma de admiração. Também pode significar que faz parte daquele grupo que luta por algo juntamente com outros detentos. Tal fato marca também uma cumplicidade entre sujeito e receptor, uma vez que ressalta o respeito de um para o outro.

Em sequência, o sujeito se utiliza do discurso para fazer um pedido não apenas ao receptor, mas o abrange para mais pessoas, “você ou a família não poderia me emprestar material de higiene”, tal fato pode se dar pelo sujeito saber que existe a possibilidade do receptor não possuir o que é pedido e, assim, já deixa implícito que, caso não possua, para verificar se “a família” possui para emprestar. Ressaltamos que “família” aqui se refere aos outros integrantes da cela. Além disso, no pedido, o sujeito não especifica o que precisa de material de higiene, apenas pede emprestado, logo, ressaltamos que se coloca em uma posição de necessitar de qualquer material de higiene, que qualquer objeto que puderem contribuir com ele ajudará, sem restrições.

Para fazer o pedido, o sujeito se utiliza do verbo “emprestar” que automaticamente quer dizer que devolverá, teoricamente. Após o pedido de empréstimo, ele explica que devolverá o que puderem emprestar, “até chegar a minha sacola assim que chegar eu devolvo”. Essa explicação se vale de extrema importância, uma vez que muitos detentos não possuem apoio externo dos familiares, e isso impossibilita que recebam sacolas, materiais externos, o que não contribui para fazerem trocas e empréstimos. Assim, a afirmação “assim que chegar minha sacola eu devolvo” já estabelece um prazo para o

receptor, pois os dias para que as sacolas cheguem aos detentos já são estabelecidos, o que determina se o receptor poderá ficar sem o material de higiene até aquele momento. Além disso, a afirmação de devolução serve como argumento de garantia, uma vez que o sujeito se responsabiliza em devolver quando possuir em mãos os destinados a ele pelas pessoas que levam suas sacolas.

Ressaltamos que, além do discurso do empréstimo e da devolução, esse pipo marca também uma problemática no sistema penitenciário, uma vez que deixa faltar materiais de higiene básica aos detentos sendo o responsável por eles. Logo, devido a essa falha, os detentos se veem obrigados e se posicionarem de forma a conseguirem o que precisam, como “material de higiene”, por meio de formas ilícitas, como os pipos e a própria troca de objetos entre eles sem autorização da direção. Essa ação não marca uma forma de resistência ao sistema de poder de censura e controle da penitenciária, mas uma forma de resistência às falhas que a penitenciária possui que afetam diretamente os detentos, às falhas que precisam ser combatidas por eles e entre eles mesmo, de forma a todos os presos se apoiarem e se ajudarem.

O pipo XVI também se inicia com um vocativo de respeito/cumplicidade, “meu truta”. Apesar da palavra “truta” fazer referência a um animal marinho, nesse contexto ela possui igualdade semântica com o termo “irmão” e marca, mais uma vez, a união e a aproximação dos detentos de acordo com as condições nas quais se encontram, já que vivem sob as mesmas regras. Além disso, essa cumplicidade marca a confiança que existe entre eles, mesmo que sejam vistos pela sociedade como seres não confiáveis por serem criminosos, esses são obrigados a confiarem neles mesmo, uma vez que o Estado não confia neles e não os dá apoio.

Seguindo, o sujeito se utiliza do pipo principalmente para fazer um pedido, “ai tem condições de quando for para visita da um salve lá no meu pessoal pedi para o meu gravata encosta aki no prédio”, o qual tem como objetivo que o receptor peça para o “pessoal” do sujeito para que o advogado dele vá visitá-lo. Ressaltamos que o receptor possui conhecimento de quem é o “pessoal”, porém o termo “pessoal” pode se referir a diversos grupos, desde os parentes que estão na visita, porém, se são os parentes, por que não visitam o sujeito e ele mesmo faz esse pedido? Isso poderia ocorrer pelos dias de visitas serem agendados e, nesse caso, não fazer parte do dia de visita dele e os

parentes estarem visitando outra pessoa. Pode ser por ele estar de castigo, ou seja, cometeu alguma infração e está proibido de ir para visita. O termo “pessoal” também pode se referir a outros detentos que fazem parte do grupo do sujeito, o qual é, teoricamente, subordinado a ele e, por isso, passariam esse recado. Abordamos ainda que alguns detentos não possuem, devido às infrações, ao crime e ao tempo preso direito à visita, o que ocasionaria o pedido para alguém pedir para o advogado chamá-lo, pois a visita do advogado não pode ser negada.

O pedido é seguido pela explicação, “preciso troca umas idéias com ele”, a qual marca a necessidade de realmente se ter o advogado presente, pois a conversa se dará apenas com ele. Porém a expressão “troca umas idéias” deixa implícito o verdadeiro assunto a ser tratado. Essa estratégia é comum para evitar que outras pessoas tenham acesso a informações. Os detentos não dizem diretamente o que querem para que sejam atendidos pessoalmente ou para que essas informações não corram risco de caírem em mãos indevidas.

Após a explicação, o sujeito se utiliza de um discurso que denota toda responsabilidade da ajuda no receptor do pipo, quando aborda que “truta só você mesmo para me ajuda nessa situação”. Assim, temos o vocativo sendo repetido, o que marca uma forma de ressaltar a cumplicidade, de chamar a atenção, de implorar por ajuda. A expressão “só você mesmo” ressalta que o sujeito exclui qualquer outra pessoa que possa ajudá-lo, fixando toda reponsabilidade nesse receptor que, caso não faça o que foi requisitado, ninguém mais poderá fazê-lo. Porém, qual o motivo de, em um dia de visita, apenas uma pessoa poder ajudá-lo e ainda um detento, sendo que a penitenciária é composta de uma equipe de segurança para dar suporte e muitos outros detentos para que o pedido seja feito? O que faz questionarmos se o detento não pode realmente recorrer aos setores administrativos por motivos de censura, se não o quer por motivos de ocultar assunto, ou se realmente acha que os setores administrativos não o ajudarão. Além disso, a confiança para determinados assuntos se põe apenas em detentos específicos, os quais realmente estão dispostos a se sacrificarem pelo outro, pois, caso o ato infracional seja autuado, as consequências não são para quem pediu, mas para quem praticou.

Ainda temos algo que abre um leque de possibilidades interpretativas, pois ao citar “nessa situação”, o sujeito amplia o sentido. Provavelmente, o receptor soubesse de que situação se tratava, mas, como abordamos, são limitadas as situações que impedem um detento de ver alguém ou de fazer algum pedido, já que possui dias de visitas, direito a falar com advogado, uma equipe para pedir apoio. O sujeito pode estar impedido de ir para visita devido a infrações graves; ele pode ter sido separado do pessoal dele, se considerarmos o pessoal como cúmplices, por infrações também e ter sido mudado de cela; ele pode estar doente e, devido a isso, não consegue ir para visita; ele pode estar sendo observado/perseguido e, devido a isso, não consegue passar nenhum recado presencialmente; seu pessoal pode estar sendo proibido de qualquer contato com ele para que informações que possam comprometer o funcionamento da penitenciária não sejam passadas; ele pode ter excedido o número de pedidos de advogado já feitos. Assim, tal discurso marca uma forma de quebrar todas as possibilidades proibitivas dele e conseguir burlá-las para que consiga o que deseja de forma ilícita, sendo tanto o pipo quanto a comunicação meios não autorizados entre detentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Portanto, não existe, com respeito ao poder, um lugar de grande Recusa – alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder.”

Foucault, 2022, p. 104.

Pretendemos, com este trabalho, contribuir para a sociedade acadêmica, claro, mas principalmente com os estudos discursivos e sociais, pois acreditamos que a abordagem de temas pertencentes às esferas excluídas pode contribuir diretamente para o entendimento do funcionamento da linguagem na sociedade e das funções “assumidas” por sujeitos em situações comunicativas transpassadas/determinadas por relações de poder demonstrado, como as penitenciárias. Além disso, a abordagem do funcionamento do sujeito discursivo se dá como essencial, já que não há discurso que não manifeste ideologia, segundo Pêcheux (2014).

Para tanto, com base nas análises, abordamos que os sujeitos apenados não possuem conhecimento linguístico da norma padrão escrita, já que os desvios gramaticais são excessivos nos papis. Porém, esse fato não impossibilita que haja ampliação de conhecimento vocabular, já que os discursos encaminhados aos setores administrativos possuem termos considerados formais socialmente. Além disso, possuir a educação básica incompleta não os impossibilitam também de adquirirem novos conhecimentos para se comunicarem com sujeitos de áreas específicas, como conhecimentos de leis para comunicação com advogados e entendimento dos próprios processos. Além disso, ressaltamos que não há apenas a ampliação do vocabulário formal, pois o contato com os outros detentos também possibilita expansão vocabular de gírias, as quais são utilizadas preferencialmente para comunicação entre eles. Essas expansões linguísticas passam a fazer parte do cotidiano dos detentos e a nortear as posições discursivas que atravessarão seus discursos quando se comunicarem com

sujeitos específicos. Afinal, segundo Amossy (2018, p. 244), “O funcionamento de um discurso e sua influência dependem, então, do espaço social e institucional em que se efetua a interação”. Logo, para que se comuniquem com sujeitos em posições alternadas, os discursos devem possuir características determinadas pela posição-sujeito do receptor, as quais são estipuladas sócio-historicamente.

Ressaltamos, ainda, com base nas análises, que os sujeitos apenados, sendo obrigados, segundo Goffman (2015), a se comportarem de determinada forma, a se alimentarem em determinado horário, a se comunicarem em determinados momentos e de determinada forma, passam por um processo de (res)significação em vários momentos, já que há essa necessidade para que se enquadrem naquela sociedade específica, de apenados, pois agora passam a viver sob as regras determinadas por ela. Além disso, também há o processo de (res)significação devido às regras impostas pelo próprio sistema penitenciário, com as quais também precisam se enquadrar para que haja harmonia na convivência com os setores administrativos e com os outros presos. Ou seja, além de toda ampliação de conhecimento linguístico, também há a ampliação do conhecimento ideológico para que se posicionem de forma a seguirem o que lhes determinam.

Assim, levando em consideração todas as condições discursivas adversas⁴¹ com as quais os detentos se deparam em relação à interação e ao contato com novos conhecimentos, comprovamos que:

- a) os sujeitos apenados, mesmo com comunicação limitada pelos agentes, são expostos a ambientes distintos dos quais possuem contato normalmente, fato

⁴¹ Classificamos como condições adversas as imposições que limitam a comunicação dos detentos para com qualquer outro sujeito, como: adentrarem a um sistema regido historicamente por uma “lei” que os obriga a não se comunicarem a não ser que sejam autorizados a isso, independentemente do ambiente no qual estão, sendo corredor, cela, pátio entre outros; possuírem contato direto e rotineiro apenas com pessoas que, normalmente, possuem o mesmo nível de instrução, outros detentos, o que ocasiona uma estagnação do saber; serem censurados de possuírem contato com o meio exterior a fim de não se atualizarem das questões políticas da sociedade; não possuírem acesso a leituras além daquelas que lhes são permitidas pelo setor de segurança; possuírem raros contatos com o ambiente escolar e consequentemente raros contatos com conhecimentos que saiam do cotidiano limitado deles; possuírem raros contatos com os setores administrativos, já que o atendimento presencial ocorre de forma esporádica, entre outras situações que contribuem para a censura do conhecimento que possa fazer que evoluam socialmente e intelectualmente.

que contribui para expansão de conhecimentos de áreas específicas, bem como de vocabulários específicos, os quais constam em seus discursos. Esses conhecimentos que adquirem ao serem expostos a outros discursos, a outras formações discursivas, de outros detentos e de funcionários, são assimilados automaticamente por eles, mesmo que com pouco contato. Esses novos conhecimentos materializados nos pipos, por meio do discurso e dos vocabulários neles utilizados, denotam que os sujeitos discursivos assumem posições-sujeitos em campos discursivos específicos. Afinal, segundo Foucault (2000), os discursos são produzidos de acordo com as condições de possibilidades às quais são expostos por questão não apenas de necessidade, mas também de relações de poder. Isto é, a partir do contato com novas condições de possibilidades, os sujeitos apenados, inconscientemente, por meio do contato com novas FDs, ampliam seus conhecimentos, os quais são materializados discursivamente nos pipos conforme o receptor dele, sendo para um dos setores administrativos ou para outro detento.

- b) apesar de estarem em condições de possibilidades em que são colocados como submissos totais ao Estado, sendo controlados momentaneamente pelos agentes dele a fim de demonstrarem todo processo de relações de poderes que dominam por uma ideologia geral, os sujeitos apenados, por meio dos pipos, conseguem assumir também posições de poder, afinal, segundo Foucault (2010), o poder não é fixo, mas sim maleável, mutável, ele pode passar de um sujeitos para o outro conforme as condições sociais em que se encontram. A partir disso, ressaltamos que os sujeitos apenados conseguem se posicionar argumentativamente por meio dos discursos para que conquistem o desejado utilizando conhecimentos que adquiriram por necessidade, como as leis. Assim, ressaltamos que os sujeitos apenados por meio do conhecimento adquirido e da utilização dele pelo discurso, assumem posições-sujeitos, demonstrando que, apesar de haver um poder dominante definido momentaneamente, há condições em que as relações de poderes se alternam, no caso, com a utilização do saber.

- c) apesar dos sujeitos apenados possuírem um *ethos* já determinado socialmente, estereotipado, o qual os coloca em uma condição/posição pejorativa não apenas por serem detentos, mas também por determiná-los como violentos, ignorantes, mentirosos, entre outras características, há, por meio do discurso, a busca pela (re)construção de um *ethos* que contraponha o estereotipado. Afinal, Segundo Amossy (2018, p. 92), “Se a representação preexistente se revela favorável e apropriada à circunstância, o orador pode apoiar-se nela. Mas ele deve modulá-la ou reorientá-la se, ao contrário, ela lhe for desfavorável, ou se não convier aos objetivos persuasivos que almejou”. Tal fato se dá devido aos discursos transpassarem uma imagem distinta da estereotipada devido à utilização de termos utilizados socialmente para demonstração de bom comportamento, como as saudações, as formas de tratamentos, os desejos de bem-estar, entre outros fatores que os modelam como serem distintos dos determinados pela sociedade sócio-historicamente. Abordamos que a imagem do sujeito discursivo não é fixa.
- d) mesmo que estejam sob a supervisão do Estado, o qual prega a disciplina como forma de dominação no sistema penitenciário, pois, segundo Foucault (2013, p. 133) “A disciplina fabrica sim corpos submissos e exercitados, ‘corpos dóceis’”, o qual também lhes devia garantir todos os direitos que preservem a dignidade humana, os sujeitos apenados estão em condições degradantes, como superlotação, maus tratos, falta de acesso à educação e à saúde, falta de acesso à informação, proibição de comunicação. Essas condições fazem que os sujeitos discursivos, por meio dos pipos, assumam posições-sujeitos que visam a garantia de seus direitos, assim utilizando os discursos para demonstrarem não apenas que precisam de algo e que possuem conhecimentos das leis, mas principalmente para preservarem-se em um ambiente em que o cuidado de si deve ser buscado diariamente.

Com isso, afirmamos que o sistema penitenciário é atravessado por discursos sócio-histórico-ideológicos que, apesar de ser abordado como um sistema ressocializativo hoje, é ainda marcado pela imposição do Estado e de seus agentes por

meio da censura e da opressão para demonstração de dominação do sujeito. Isto é, o poder jurídico age sob a perspectiva da obediência à lei. A partir disso, com base nesta tese e nas quatro comprovações citadas, e com a afirmação de que “[...] o poder não é uma instituição nem uma estrutura, não é uma potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (Foucault, 2022, p. 101), comprovamos que nosso objetivo geral foi alcançado: demonstrar que os pipos, os discursos, agem como forma de resistência, por meio de jogos de poder e de posições-sujeito “assumidas”, a um sistema que aborda o detento como um sujeito não cidadão a ser contido e controlado por uma ideologia dominante.

REFERÊNCIAS

- Althusser, Louis. Aparelhos ideológico de estado: *nota sobre os aparelhos ideológicos do estado (AIE)*. Tradução de Water José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980,
- Amossy, Ruth (Org). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2018.
- Amossy, Ruth. *A argumentação no discurso*. Tradução de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2018.
- Anscombre, Jean-Claude; Ducrot, Oswald. L'argumentation dans la langue. *Langages*, nº. 42, 1976. P. 5 – 27. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/lgge_0458-726x_1976_num_10_42_2306>. Acesso em: 27 de out. de 2025.
- Authier-Revuz, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de estudos lingüísticos*, n. 19, Campinas, p. 25-42, jul./dez.1990.
- Barbisan, Leci Borges. Semântica Argumentativa. In: Celso Ferrarezi Junior e Renato Basso. (Org.). *Semântica, semânticas; uma introdução*. 1ed. São Paulo: Contexto, 2013, v., p. 19-30. Disponível em: <https://semantizar.hypotheses.org/files/2019/02/13-Barbisan-2013.pdf>. Acesso em: 27 de out. de 2025.
- Barbisan, Leci Borges; Graeff, Telisa Furlanetto. A referenciação na ótica da semântica argumentativa. *ReVEL*, edição especial vol. 14, n. 12, 2016. Disponível em: <https://semantizar.hypotheses.org/files/2019/03/2016-Referenciacao-Graeff.pdf>. Acesso em: 27 de out. de 2025.
- Barilli, Renato. *Retórica*. Lisboa: Editorial Presença, 1987.
- Bakhtin, Mikhail. (VOLOCHÍNOV) (1929). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Editora Hucitec, 2006. Disponível em: https://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Bakhtin-Marxismo_filosofia_linguagem.pdf. Acesso em: 27 de out. de 2025.
- Bakhtin, M. *Estética da criação verbal*. Tradução de Maria Emsantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- Bechara, Evanildo. *Dicionário de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2011.
- Benveniste, Émile. *Problemas de Lingüística Geral I*. Tradução de Maria da Glória Novak e de Maria Luisa Neri. 4ª ed. Campinas: Pontes, 1995.

Bottomore, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2012.

Brait, B. As vozes bakhtinianas e o diálogo inconcluso. In: BARROS, D.L. P.; FIORIN, J. L (Orgs). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. São Paulo: Edusp, 1999.

Brandão, Helena Hathsue Nagamine. *Introdução à Análise do discurso*. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

Brasil. *Lei nº 7.210*, de 11 de julho de 1984. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 26 out. 2025.

Brasil. *Decreto-Lei nº 10.792*, de 1 de dezembro de 2003. Código de Processo Penal. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm>. Acesso em: 26 de out. 2025.

Brasil. *Portaria conjunta nº 276*, de 20 de junho de 2012. Disponível em: <http://www.depen.gov.br/DEPEN/dispf/cgtp/PortariaRemioLeitura.pdf>. Acesso em: 28 de out. de 2025.

Brasil. *Lei Estadual Ordinária nº 17.329*, de 8 de outubro de 2012. Disponível em: <https://www.documentos.dioe.pr.gov.br/dioe/consultaPublicaPDF.do?action=pgLocalizar&enviado=true&dataInicialEntrada=08/10/2012&dataFinalEntrada=08/10/2012&numero=8814&search=17.329&diarioCodigo=3&submit=Localizar>. Acesso em 28 de out. de 2025.

Bueno, Elza Sabino da Silva; Moares, Edvaldo Teixeira. Análise do “código Q” utilizado pela guarda municipal de Dourado/MS – uma visão variacionista da linguagem. Revista Philologus. *Anais da IC JNLFLP*. Rio de Janeiro: CiFEFiL, p. 550 – 566, 2014. Disponível em: <<https://www.filologia.org.br/revista/60sup/045.pdf>>. Acesso em: 27 de out. de 2025.

Carel, Marion; Ducrot, Oswald. La semántica argumentativa: *una introducción a la teoría de los bloques semánticos*. Trad. e org. Marta García Negroni e Alfredo M. Lescano. Buenos Aires: Colihue, 2006

Castro, Maria Fausta P. Aprendendo a argumentar: *um momento na construção da linguagem*. 2ª ed; Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

Charaudeau, Patrick e Maingueneau, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. 3ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

Chauí, Marilena. *O que é ideologia?* São Paulo: Brasiliense, 2012.

CNCP. *Resolução nº 14*, de 11 de novembro de 1994. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/pt->

br/composicao/cnpcp/resolucoes/1994/resolucao-no-14-de-11-de-novembro-de-1994.pdf/view. Acesso em: 26 out. 2025.

Cordeiro, Isabel Cristina. Argumentação e leitura: uma relação de complementaridade. Londrina, 2007. Tese. Disponível em: < <https://repositorio.uel.br/items/3401e96b-e8a9-401a-8428-3158b0d2cebb> > Acesso em: 27 de out. de 2025.

Ducrot, Oswald. Todorov, Tzvetan. *Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem*. Tradução de Alice Kyoko Miysahiro e outros. 2ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

Fernandes, Cleudemar Alves. Análise do discurso: *reflexões introdutórias*. 2ª ed. São Carlos: Claraluz, 2007.

Fiorin, José Luiz. *Introdução aos pensamentos de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2006.

Foucault, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. 11ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

Foucault, Michel. *A arqueologia do Saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2022.

Foucault, Michel. Vigiar e punir: *nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. 41. ed. Petrópolis, RJ. Editora: Vozes, 2013, 41ª Ed.

Foucault, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução de Eduardo Jardim e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Nau, 2013.

Foucault, Michel. Teorias e instituições penais: *curso no Collège de France*. Tradução de Rosemary Costhek Abilio, São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2020.

Foucault, Michel. *Dizer a verdade sobre si*. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

Foucault, Michel. A história da sexualidade 1: *a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 9ª Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2022.

Foucault, Michel. A história da sexualidade 3: *o cuidado de si*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 9ª Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2022.

Galvez, Charlotte; Kato, Mary A.; ROBERTS, Ian. Português brasileiro: *uma viagem diacrônica – Homenagem a Fernando Tarallo*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019.

Greco, Rogério. Sistema Prisional: *colapso atual e soluções alternativas*. Niterói, RJ: Impetus, 2015. 2ª Ed.

Goffman Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 2015.

Horton, Paul; Hunt, Chester. *Sociologia*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1980.

Koch, Ingedore Grunfeld Villaça. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 2011.

Koch, Ingedore Grunfeld Villaça. Introdução à linguística textual: *trajetórias e grandes temas*. São Paulo: Contexto, 2017.

Maingueneau, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas, SP: Pontes/Unicamp, 1997.

Maingueneau, Dominique. Analisando Discursos Constituintes. *Revista do GELNE*, vol. 2, no. 2. Universidade Federal do Ceará, 2000.

Maingueneau, Dominique. A análise do discurso e suas fronteiras. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 20, p. 13-27, jan./jun. 2007. Universidade Estadual Paulista/Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP/FCLAR). PARIS XII.

Maingueneau, Dominique. *Gênese dos Discursos*. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

Maingueneau, Dominique. A propósito do ethos. In: Motta, Ana Raquel; Salgado, Luciana (Org.). *Ethos discursivo*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2019.

Marx, Karl; Engels, Friedrich. *A ideologia alemã de Karl Marx e Friedrich Engels*. Trad. Luiz Cláudio de C. e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (livro digitalizado)

Marx, Karl. *O capital*. Tradução de Flávio R. Kothe. São Paulo: Ubu Editora, 2025.

Marcuschi, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MILANEZ, N. A noção foucaultiana de dessubjetivação: alicerces, experiências e modos de agir do sujeito. *Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som*. V. 6, n. 3, p. 12-39, set.-dez. 2021.

Motta, Kuiz Eduardo. O Conceito de Estado e Sociedade Civil na Perspectiva Relacional: Conflitos e Relações de Poder nas Arenas Públicas. In: EnAPG 2008, São Salvador. *Reconfiguração do Estado a partir de novas relações entre Estado, administração pública, mercado e sociedade*. Rio de Janeiro: Anpad, 2008.

Mosca, Lineide do Lago Salvador. Velhas e novas retóricas: convergências e desdobramentos. Retóricas de ontem e de hoje. São Paulo: *Humanitas/FFLCH-USP*, 2001. Disponível em:

https://biblio.fflch.usp.br/Mosca_LLS_45_1513763_VelhasENovasRetoricasConvergenciasEDesdobramentos.pdf. Acesso em: 27 out. 2025.

Oliveira, Esther Gomes de. A argumentação na Antiguidade. *Signum* – Estudos da Linguagem, Londrina, v. 5, p. 213-225, dez. 2002. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/3671/2962>>. Acesso em: 22 abr. 2013.

Oliveira, Esther Gomes de. Argumentação: da Idade Média ao Século XX. *Signum* – Estudos da Linguagem, Londrina, v. 7, n. 2., p. 109-131, dez. 2004. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/3916/3144>>. Acesso em: 27 de out. de 2025.

Orlandi, Eni Pulcinelli. As formas do silêncio: *no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

Orlandi, Eni Pulcinelli. Análise do Discurso: *princípios & procedimentos*. 12ª Ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

Orlandi, Eni Pulcinelli. Análise de Discurso: *Michel Pêcheux*. 4ª Ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

Osakabe, Hakira. *Argumentação e discurso político*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Palmieri, Rodolfo Iglezia. *As práticas discursivas no sistema penitenciário brasileiro: “pipos”, sujeição e argumentação*. 2020. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020. Disponível em: <https://repositorio.uel.br/srv-c0003-s01/api/core/bitstreams/19acf073-505b-4a2a-b4df-23bccab4c2c0/content>. Acesso em: 19 de maio de 2026.

Paredes, Cezinando Vieira. *A influência e o significado das tatuagens nos presos nas penitenciárias*. Curitiba: 2015. Disponível em: http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/monografia_cezinando.pdf. Acesso em: 10 de setembro de 2025.

Pêcheux, Michel. Papel da memória. In: Achard, Pierre. *et al.* (Org.). *Papel da memória*. Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. P. 49 – 57.

Pêcheux, Michel. Análise de Discurso: três épocas (1983). In: GADET, F. e HAK, T. Por uma análise automática do discurso: *uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Jonas de A. Romualdo. 5ª Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014. p. 307-315.

Pêcheux, Michel. Semântica e Discurso – *uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Pucchineli Orlandi *et al.* 5ª Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

Plantin, Christian. *L'argumentation*. Paris, Seuil, 1996.

Preti, D. O léxico na linguagem popular: a gíria. São Paulo: FFLCH, USP, 2002.
Disponível em: <http://dlcv.fflch.usp.br/sites/dlcw.fflch.usp.br/files/02-1_0.pdf> Acesso em: 27 de out. de 2025.

Reboul, Olivier. *Introdução à retórica*. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Ricoeur, Paul. *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro. F. Alves, 1990.

Souza, Sérgio Augusto Freire de. Conhecendo Análise de Discurso: *linguagem, sociedade e ideologia*. Manaus: Editora Valer, 2006.

Anexos

Anexo I

PORTARIA CONJUNTA Nº 276, DE 20 DE JUNHO DE 2012

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

DOU de 22/06/2012 (nº 120, Seção 1, pág. 25)

Disciplina o Projeto da Remição pela Leitura no Sistema Penitenciário Federal

O MINISTRO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA FEDERAL e o DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolvem:

Art. 1º - Instituir, no âmbito das Penitenciárias Federais, o Projeto "Remição pela Leitura", em atendimento ao disposto na Lei de Execuções Penais, no que tange à Assistência Educacional aos presos custodiados nas respectivas Penitenciárias Federais.

Parágrafo único - O referido Projeto poderá ser integrado a outros projetos de mesma natureza que venham a ser executados nas Penitenciárias Federais.

Art. 2º - O Projeto visa à possibilidade de remição da pena do custodiado em regime fechado, em conformidade com o disposto no artigo 126 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, alterado pela Lei 12.433/2011, de 29 de junho de 2011, concomitantemente com a Súmula 341 do STJ, com o Art. 3º, III da Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação e com o Art. 3º, IV da Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, o qual associa a oferta da educação às ações complementares de fomento à leitura, atendendo a pressupostos de ordem objetiva e outros de ordem subjetiva.

Parágrafo único - O disposto neste artigo aplica-se às hipóteses de prisão cautelar.

Art. 3º - A participação do preso dar-se-á de forma voluntária, sendo disponibilizado ao participante 01 (um) exemplar de obra literária, clássica, científica ou filosófica, dentre outras, de acordo com as obras disponíveis na Unidade, adquiridas pela Justiça Federal, pelo Departamento Penitenciário Nacional e doadas às Penitenciárias Federais.

Parágrafo único - Tendo em vista a real efetivação do projeto, é necessário que haja nos acervos das Bibliotecas das Penitenciárias Federais, no mínimo, 20 (vinte) exemplares de cada obra a serem trabalhadas no projeto.

Art. 4º - Segundo o critério objetivo, o preso terá o prazo de 21 (vinte e um) a 30 (trinta) dias para leitura de uma obra literária, apresentando ao final deste período uma resenha a respeito do assunto, possibilitando, segundo critério legal de avaliação, a remição de 04 (quatro) dias de sua pena e ao final de até 12 (doze) obras lidas e avaliadas, terá a possibilidade de remir 48 (quarenta e oito) dias, no prazo de 12 (doze) meses, de acordo com a capacidade gerencial da Unidade.

Art. 5º - O critério subjetivo possui embasamento legal no artigo 126 da Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984, equiparando-se ao trabalho intelectual, e considerar-se-á a fidedignidade e a clareza da resenha, sendo desconsideradas aquelas que não atenderem a esse pressuposto.

Art. 6º - O referido Projeto desenvolver-se-á de acordo com:

I- A seleção dos presos participantes e a orientação de suas atividades será feita pela equipe de tratamento penitenciário, sendo que a avaliação das resenhas elaboradas ficarão a cargo de comissão específica, a ser nomeada pelo Diretor de cada Penitenciária Federal e presidida pelo (a) Chefe (a) da Divisão de Reabilitação da respectiva Unidade.

II- A comissão de que trata o inciso I do presente artigo será composta por servidores das Unidades Prisionais Federais - Especialistas em Assistência Penitenciária, Técnicos em Assistência Penitenciária, Agentes Penitenciários Federais e por servidores de instituições parceiras.

III- Podem participar do referido Projeto todos os presos da Unidade que tenham as competências de leitura e escrita necessárias para a execução das atividades referentes ao mesmo, principalmente aqueles que não estiverem sendo atendidos pela escola regular ou por outras oficinas/projetos extracurriculares.

IV- A avaliação das competências de que trata o inciso II do presente artigo ficará a cargo do(a) Pedagogo(a) da respectiva Unidade Penal Federal ou de servidor designado pelo presidida pelo (a) Chefe (a) da Divisão de Reabilitação da respectiva Unidade.

V- O preso participante do Projeto receberá orientações para tal, preferencialmente, através de Oficinas de Leitura, sendo cientificado da necessidade de alcançar os objetivos propostos para que haja a concessão da remição de pena, a saber:

- a) ESTÉTICA: Respeitar parágrafo; não rasurar; respeitar margem; letra cursiva e legível;
- b) LIMITAÇÃO AO TEMA: Limitar-se a resenhar somente o conteúdo do livro, isto é, não citar assuntos alheios ao objetivo proposto;
- c) FIDEDIGNIDADE: proibição de resenhas que sejam consideradas como plágio.

VI- As Oficinas de Leitura, com vistas ao incentivo à leitura e ao desenvolvimento da escrita como forma criativa de expressão, abrangerá um universo maior de participantes e será realizada pela equipe de tratamento penitenciário e possíveis colaboradores, em salas de aula ou oficinas de trabalho, em data previamente agendada junto a Divisão de Segurança e Disciplina.

VII- A Comissão organizadora do Projeto analisará os trabalhos produzidos, observando os aspectos relacionados à compreensão e compatibilidade do texto com o livro trabalhado. O resultado deverá ser enviado, por ofício, ao Juiz Federal da Execução de Penas de cada Estabelecimento Penal Federal, para que este decida sobre o aproveitamento a título de remição da pena, contabilizando-se 4 (quatro) dias de remição de pena aos que alcançarem os objetivos propostos.

VIII- Aos integrantes da Comissão supracitada deverá ser dada ciência dos termos do Artigo 130, da Lei nº 7.210/84, acerca da possibilidade de constituição de crime por atestar com falsidade um pedido de remição de pena.

Art. 7º - A remição será aferida e declarada pelo juiz federal corregedor, ouvidos o Ministério Público Federal e a defesa.

§ 1º - A Direção da Penitenciária Federal encaminhará mensalmente ao juiz federal corregedor cópia do registro de todos os presos participantes do projeto, com informação referente ao item de leitura de cada um deles, de acordo com o Art. 4º deste dispositivo.

§ 2º - Ao condenado dar-se-á a relação de seus dias remidos.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO OTÁVIO DE NORONHA - Ministro Corregedor-Geral da Justiça Federal

AUGUSTO EDUARDO DE SOUSA ROSSINI - Diretor-Geral do Departamento

Disponível em: <http://www.depen.gov.br/DEPEN/dispf/cgtp/PortariaRemioLeitura.pdf>

Anexo II**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA****DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO – DEPEN****PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE LONDRINA II****GABINETE DA DIREÇÃO**

Rod. João Alves da Rocha Loures, 5925, Gleba Ribeirão Cambé, CEP 86.109-990 – Londrina – Paraná
Fone (43) 3342-8687 – e-mail: depen-pel2@depen.pr.gov.br

Ofício nº 338/2018 - GD/PEL II

Londrina, 24 de abril de 2018.

Assunto: Autorização

Analisando a solicitação do Mestrando Rodolfo Iglezia, levando em consideração a análise da Pedagoga da Unidade a Sr.^a Miriam Medre Nóbrega, que julga importante a pesquisa proposta, e também o parecer favorável da DISED – Divisão de Segurança e Disciplina, autorizamos o acesso aos “pipos” (forma de linguagem dos presos dentro das unidades penais) para uso na elaboração da pesquisa acadêmica de dissertação do Mestrado para o PROGRAMA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM - PPGEL.

Atenciosamente,

Reginaldo Peixoto
Reginaldo Peixoto
Diretor da PEL II

À UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
Ao Conselho de Ética
Londrina – PR